

Santos Brasil Participações S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Relatório da Administração

Prezados(as) acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Santos Brasil Participações S.A. (“Santos Brasil”) (Código B3: STBP3) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas IFRS e das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Mensagem da Administração

O ano de 2024 consolidou a Santos Brasil como um dos principais players de infraestrutura portuária e logística do Brasil, líder na operação de terminais de contêineres. A partir de 2018, a estratégia de crescimento pautada na ampliação da oferta de capacidade, modernização de seus ativos e aumento de produtividade, inclusive em antecipação à demanda projetada, rendeu bons frutos à Companhia, impulsionando os seus resultados operacionais e financeiros. Destaca-se o Tecon Santos, maior terminal de contêineres da América do Sul, que passou a contar com uma capacidade dinâmica anual de 2,6 milhões TEUs ao fim de 2024, com previsão de alcançar 3 milhões de TEUS já em 2026. Houve também significativo avanço na expansão dos Terminais de Granéis Líquidos, cuja capacidade mais que dobrou em 2024, de 50 mil m³ para 110 mil m³ de tancagem, e que deverá aumentar para 190 mil m³ em 2025. As demais unidades de negócio também receberam investimentos relevantes, com objetivo principal de aumentar a eficiência das operações, através da automação de processos e equipamentos, e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, conforme o Plano de Transição Climática em que busca se tornar carbono neutro até 2040.

A Santos Brasil navegou com excelência e aproveitou as oportunidades de mercado em 2024, com a conquista de novos serviços e clientes, diante de um cenário de crescimento forte das exportações e importações. No Porto de Santos, por exemplo, o crescimento da movimentação agregada de contêineres em 2024 alcançou 13% ano-contra-ano, ao passo que o Tecon Santos aumentou 24% o volume movimentado no mesmo período, 11 ponto percentuais acima do mercado. O Tecon Santos iniciou a operação de quatro novos serviços regulares, sendo dois de longo-curso, dos armadores MSC e ZIM, um de cabotagem da Norcoast e um serviço feeder da CMA CGM, além da escala inaugural do novo LATAMAX, navio com capacidade de 14 mil TEUS, também operado pela empresa de navegação francesa CMA CGM. O Tecon Imbituba se firmou como uma estratégica alternativa portuária e logística na região Sul, recebendo dois novos serviços de longo-curso, sendo um da CMA CGM, o NEW BRAZEX, com rota de/para Caribe e Sul dos EUA, e o serviço CARIOCA da MSC, que conecta a Ásia à costa leste da América do Sul, além do serviço feeder ATLAS da CMA CGM.

A movimentação de contêineres consolidada cresceu 22,9% YoY em 2024, com 1.497.207 contêineres movimentados nos três terminais. No Tecon Santos, o crescimento foi de 24,0% YoY, reflexo de uma demanda aquecida nas exportações, principalmente de commodities agrícolas (e.g. açúcar, algodão, café, papel e celulose), mas também da recuperação das importações no Porto de Santos, com destaque para o setor de autopeças, químicos, bens de consumo e bens de capital. O Tecon Imbituba apresentou um crescimento robusto de 53,1% YoY na volumetria de contêineres, resultado da operação dos novos serviços. Por sua vez, o Tecon Vila do Conde sofreu com o congestionamento observado em outros portos, o que provocou sucessivas omissões de escalas destinadas ao terminal, resultando numa retração de 4,8% na movimentação de contêineres em 2024.

A Santos Brasil Logística se beneficiou do crescimento das importações no Porto de Santos e armazenou 69.756 contêineres (+11,9% YoY) nos seus recintos alfandegados (Centro logístico Industrial Aduaneiro - CLIA) em 2024. O Terminal de Veículos -TEV foi impactado pela menor exportação de veículos leves para mercados da América do Sul, experimentou queda de 7,4% YoY no volume de veículos movimentados em 2024. Os Terminais de Granéis Líquidos tiveram um ramp-up acelerado e apresentaram, em seu segundo ano de operação, crescimento de 37,1% YoY no volume de armazenagem de combustíveis.

O desempenho econômico-financeiro da Santos Brasil superou a performance operacional em 2024, com a Receita Líquida Consolidada alcançando R\$ 2,9 bilhões (+36,0% YoY). O EBITDA consolidado somou R\$ 1,5 bilhão, crescimento de 46,9% YoY, acompanhado de um expressivo aumento da rentabilidade, com a margem EBITDA consolidada atingindo 50,6% (vs. 46,8% em 2023). Já o Lucro Líquido totalizou R\$ 741,9 milhões em 2024 (+47,1% YoY), registrando-se margem líquida de 25,6% (vs. 23,6% em 2023).

Em 2024, a Companhia se manteve disciplinada na alocação de capital, cuja estratégia se manteve focada na execução de investimentos voltados à expansão e modernização de seus ativos operacionais e, também, na remuneração do capital de seus acionistas. O CAPEX somou R\$731,1 milhões no exercício, ao passo que a Companhia declarou ou distribuiu R\$ 741,9 milhões entre dividendos e Juros sobre Capital Próprio - JCP com base no resultado de 2024, o que reflete um payout de 100% e R\$ 0,85 por ação.

Em 2024, a Companhia também concluiu um importante processo de otimização de sua estrutura de capital. Captou-se R\$ 2 bilhões na 5ª emissão de Debêntures da Santos Brasil, cujos recursos se destinaram a usos empresariais gerais, principalmente CAPEX, e ao pagamento de R\$ 1,6 bilhão a título de restituição de capital aos seus acionistas. Ao fim de 2024, a liquidez financeira se manteve elevada, com uma posição de caixa de R\$ 730 milhões. O endividamento líquido somou R\$ 2,0 bilhões, o que representa um nível de alavancagem controlado de 1,54x na relação Dívida Líquida / EBITDA pro-forma dos últimos doze meses, sobretudo tendo em vista a expectativa de uma forte e sustentável

geração de caixa futura, o que permitiria per se reduzir o atual nível de alavancagem.

Por fim, destaque-se o ingresso das ações da Companhia no Índice Bovespa, resultado de um sólido crescimento na liquidez das ações nos últimos anos. Somente em 2024, o volume médio de negociação diária (ADTV - Average Daily Trading Volume) das ações cresceu 85,9%, reflexo também do consistente e transparente relacionamento com o mercado de capitais, em especial com acionistas e investidores. Em relação à alienação das participações detidas, na Santos Brasil, por fundos e empresas geridas pelo Opportunity para o Grupo CMA CGM, ainda aguarda-se a aprovação do referido ato de concentração pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica para que a transação seja concluída. Em seguida, como divulgado em Fato Relevante publicado em 22 de setembro de 2024, o Grupo CMA CGM deverá iniciar o processo da Oferta Pública de Aquisição – OPA da totalidade das ações em circulação de emissão da Companhia, cujo pedido de registro da OPA deve ocorrer em até 30 dias da data de fechamento da operação, seguindo a regulação vigente do mercado de capitais brasileiro.

A Santos Brasil

Em 2024, a Santos Brasil completou 27 anos de história e segue como referência nos setores de infraestrutura portuária e logística. A Companhia foi fundada em 1997, com o vencimento do leilão para exploração do Tecon Santos, e tornou-se líder nacional na movimentação de contêineres, respondendo por 17% dos contêineres operados nos portos brasileiros¹ em 2024. Atualmente, a Companhia possui três terminais de contêineres (Tecon Santos, no Porto de Santos (SP), Tecon Imbituba, no Porto de Imbituba (SC) e Tecon Vila do Conde, no Porto de Vila do Conde (PA)), nos quais são prestados os serviços de (i) cais, sendo o destaque o embarque e a descarga de contêineres dos navios, onde os clientes são os armadores, donos e operadores das embarcações e dos contêineres, e (ii) armazenagem de contêineres no pátio (retroárea) e em armazéns fechados, prestando serviços aos donos das cargas, e.g. importadores e exportadores. A Santos Brasil também opera um terminal de carga geral em Imbituba, localizado no Porto de Imbituba (SC).

No Porto de Santos, a Santos Brasil também opera o arrendamento do Terminal de Veículos (TEV), em área contígua ao Tecon Santos. A receita do TEV provém da armazenagem de veículos leves e pesados, máquinas, equipamentos e outras cargas gerais. As operações de embarque e desembarque para exportação e importação dos veículos são realizadas por empresa terceirizada. Em 2024, o TEV respondeu por 28% do transporte de veículos pelo modal marítimo no Brasil, sendo o líder absoluto da operação dessa carga no Porto de Santos.

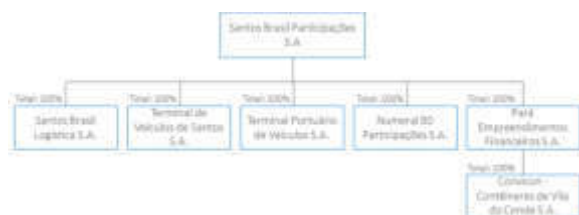
Na vertical de graneis líquidos, a Santos Brasil opera terminais no Porto de Itaqui (MA), que realizam a armazenagem de combustíveis. Os arrendamentos foram arrematados em leilão em 2021, incluindo uma área *greenfield* que está em desenvolvimento e que adicionará, até o fim de 2025, 80 mil m³ de capacidade de tancagem aos atuais 110 mil m³.

A Santos Brasil Logística atua nas frentes de (i) Logística Portuária, que conta com dois Centros Logísticos Industriais e Aduaneiros (CLIAs), localizados em Santos (SP) e Guarujá (SP), responsáveis por serviços de armazenagem alfandegada de cargas, e (ii) Logística 3PL, que conta com um Centro de Distribuição, em São Bernardo do Campo (SP), onde são realizados serviços de logística integrada, e.g. armazenagem e movimentação de pallets, transporte rodoviário, gestão de estoque, *picking*, etiquetagem, expedição, distribuição e soluções customizadas para clientes de variados segmentos.

Por meio do vasto leque de ativos portuários na costa brasileira e a oferta de operações logísticas integradas descritos acima, a Santos Brasil possui posição de destaque em todas as etapas da cadeia logística, desde o embarque e descarga de contêineres, veículos e cargas gerais de navios, até a movimentação, armazenagem, transporte e distribuição dessas cargas. Além da ampla exposição a diversos mercados brasileiros (Sul, Sudeste, Norte e Nordeste), as operações de importação e exportação conectam a Santos Brasil ao mercado global, atuando como um dos elos da cadeia logística de diversos setores e indústrias, como a automotiva, química, petroquímica, farmacêutica, alimentícia e o setor de bens de consumo em geral, incluindo eletroeletrônicos. A Companhia também possui ampla exposição ao setor agropecuário (e.g. café, açúcar, carne bovina, frutas) e de diversas outras *commodities* (e.g. celulose, metais, algodão). Nas operações de graneis líquidos, a localização no Porto de Itaqui garante acesso a uma vasta área de influência na distribuição de combustíveis, principalmente as regiões produtoras de *commodities* agrícolas do centro-oeste e nordeste, i.e. MATOPI.

Em 2024, a Companhia não realizou fusões, aquisições ou cisões e, atualmente, possui investimentos em sociedades controladas, conforme o organograma a seguir:

Estrutura societária



¹ Anuário ANTAQ para 2023.

Participação	2024	2023
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	100%	100%
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100%	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100%	100%
Numeral 80 Participações S.A.	100%	100%
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	100%	100%
Controladas indiretas:		
Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.	100%	100%

O quadro a seguir apresenta a variação dos investimentos nas controladas diretas e indiretas da Santos Brasil Participações S.A. Conforme apresentado acima, a Pará Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.

Participação	2024	2023
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	202,7	199,2
Terminal de Veículos de Santos S.A.	195,9	191,5
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,2	0,0
Numeral 80 Participações S.A.	0,2	0,1
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	176,9	12,9
Total	575,9	520,6
Controladas indiretas:		
Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.	176,2	128,4

Contexto de mercado

Em 2024, a Balança Comercial do Brasil registrou superávit de US\$ 74,6 bilhões, segundo melhor resultado da série histórica, atrás apenas do registrado em 2023, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. As exportações totalizaram US\$ 337,1 bilhões, queda de 0,8% na comparação anual, enquanto as importações somaram US\$ 262,5 bilhões, crescimento de 9,0% em relação a 2023. Os dados corroboram com o crescimento do volume de cargas movimentadas nos terminais da Santos Brasil em 2024.

De acordo com dados da Autoridade Portuária de Santos (APS), o Porto de Santos registrou um aumento de 12,8% YoY na movimentação de contêineres em 2024, com aumento de 14,5% YoY no fluxo de Longo Curso e 2,5% YoY na Cabotagem. Em relação aos volumes de Longo Curso, as importações subiram 13,8% YoY em 2024 e as exportações cresceram 15,3% YoY. Segundo dados do Datamar², houve crescimento das importações de praticamente todos os principais países de origem, com destaque para China, Estados Unidos, Bélgica, Espanha, Coreia do Sul e Índia. Quanto ao mix, as principais cargas importadas em contêiner em 2024 foram produtos químicos, máquinas e equipamentos, autopeças, plásticos e resinas, eletroeletrônicos e metais (e.g. ferro, aço, cobre). Nas exportações, houve crescimento nos embarques para os Estados Unidos, México, Colômbia e Vietnã, além de outros países da Europa, Ásia e América do Sul, porém a China se manteve como o principal destino das exportações de cargas containerizadas do Porto de Santos. Os produtos que tiveram maiores aumentos nas exportações foram algodão, café, papel e celulose e carne bovina.

O Tecon Imbituba apresentou crescimento de 53,1% na movimentação de contêineres em 2024 vs. 2023, com destaque para a operação de dois novos serviços de longo-curso, sendo um do armador CMA CGM, o NEW BRAZEX, com rota de/para Caribe e Sul dos EUA, e o serviço CARIOCA do armador MSC, que conecta a Ásia à costa leste da América do Sul, além do serviço feeder ATLAS. Por outro lado, o Tecon Vila do Conde apresentou queda de 4,8% no volume movimentado em 2024 vs 2023, reflexo de omissões de escalas, decorrente de congestionamento de navios em outros portos que pertencem às rotas nas quais o Tecon Vila do Conde faz parte.

Em relação à movimentação de graneis líquidos, o Porto do Itaquí é o 5º maior do país na movimentação de combustíveis e derivados de petróleo, segundo dados da ANTAQ², atrás apenas dos portos de Santos, Aratu, Suape e Paranaguá. Em 2024, houve queda de 5,0% na movimentação desse tipo de carga no Porto do Itaquí.

Em relação ao mercado automotivo, que influencia as operações do Tecon Santos e do TEV, a produção brasileira de veículos cresceu 9,5% YoY em 2024, sendo uma alta de 8,0% na produção de veículos leves e de 39,5% na produção de veículos pesados, segundo dados da ANFAVEA³. A produção de veículos é um indicador relevante para a Santos Brasil devido à relevância do setor automotivo na pauta importadora

² Dados para janeiro a dezembro de 2023.

³ Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

do Porto de Santos e do Tecon Santos, que abastecem de autopeças as montadoras instaladas no país. Em relação às exportações de veículos, segundo dados da ANFAVEA, houve queda de 1,6% YoY nas exportações de veículos leves e crescimento de 3,6% nas exportações de veículos pesados em 2024, o que resultou em contração de 1,3% YoY nas exportações totais de veículos, reflexo do desaquecimento econômico nos principais mercados compradores, como Argentina, Colômbia e Chile.

Essa dinâmica impactou diretamente o TEV, que operou 194.983 veículos em 2024, uma contração de 7,4% YoY, com redução de 8,3% YoY nas exportações, apesar da alta de 1,3% nas importações de veículos em 2024. No mix de veículos leves e pesados, houve queda de 7,3% e 8,3% YoY, respectivamente. Como resultado, a utilização da capacidade do TEV foi de 65,0% em 2024 (vs. 70,2% em 2023).

Estratégia e modelo de negócio

Desde 1997, a Santos Brasil é pioneira na prestação de serviços portuários e logísticos integrados à cadeia de suprimentos e operacional dos clientes, oferecendo soluções completas do porto a porta, que impactam o dia a dia de milhões de pessoas ao redor do mundo. Responsável por 17% de toda a movimentação de contêineres do país, a Santos Brasil opera o Tecon Santos, um dos maiores e mais eficientes terminais de contêineres da América Latina. Dentre as atividades oferecidas aos seus clientes, destacam-se: (i) exploração comercial de instalações portuárias e retro portuárias para a movimentação e armazenagem de contêineres, veículos, cargas gerais e granéis líquidos; e (ii) prestação de serviços e soluções logísticas em suas diversas modalidades, inclusive armazenagem alfandegada, operações logísticas terceirizadas (3PL) e transporte rodoviário de cargas. As vantagens competitivas da Companhia se diferenciam pelo arrendamento de ativos de baixa replicabilidade; excelência operacional e alto nível de serviço, inclusive através de soluções *one-stop-shop*, o que gera valor e competitividade aos seus clientes; listagem no Novo Mercado da B3, o que reforça o compromisso com elevado padrão de Governança Corporativa e amplo acesso ao mercado de capitais; e time profissional de alta performance.

A estratégia da Santos Brasil centra-se em três pilares: (i) Contêineres e Carga Geral; (ii) Logística Integrada ao Porto; e (iii) Granéis Líquidos. Para a execução bem-sucedida da estratégia, foram elencados seis habilitadores que norteiam a gestão da Companhia: (i) Experiência do(a) Funcionário(a), (ii) Experiência do Cliente, (iii) ESG⁴, (iv) Tecnologia e Inovação, (v) Disciplina Financeira e (vi) Expertise Regulatória.

Em relação aos Terminais de Contêineres e Carga Geral, a Companhia tem posição de liderança na movimentação de contêineres através dos ativos que opera ao longo da costa brasileira, com presença de Norte a Sul, beneficiando-se das particularidades e desenvolvimento de cada mercado e da diversificação dos segmentos atendidos. A Santos Brasil confia na tendência positiva para o setor no longo prazo, principalmente pelo (i) aumento da containerização de cargas; (ii) potencial de maior abertura econômica do país, impulsionando o comércio exterior e as trocas de produtos e mercadorias em contêineres; (iii) do potencial crescimento do transporte doméstico de carga pelo modal de cabotagem; e (iv) modernização da infraestrutura portuária brasileira, inclusive para a operação de navios maiores na América do Sul.

Para fortalecer as suas vantagens competitivas, a Companhia segue firme no atual ciclo de investimentos, em especial na aplicação de recursos na expansão e modernização do seu principal ativo, o Tecon Santos, elevando a capacidade anual do terminal dos atuais 2,6 milhões para 3,0 milhões de TEUs até 2026, projeto que também contempla um processo de descarbonização das operações com a eletrificação de equipamentos e inúmeros outros investimentos que deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Em relação à vertical de logística integrada, a Companhia vê oportunidades para aumentar a atuação na cadeia logística de seus clientes, com foco na conexão com o Porto de Santos, vislumbrando o modelo de operação *one-stop-shop* e soluções customizadas a seus clientes. Dessa forma, o foco permanecerá na expansão das operações de armazenagem de cargas importadas, no segmento 3PL e de carga fragmentada (LCL). Um dos impulsionadores dessa estratégia é o relacionamento de longo prazo com grandes empresas brasileiras e multinacionais, construído, nutrido e renovado pela Santos Brasil ao longo dos anos.

Por fim, no que se refere às operações de granéis líquidos, o objetivo da Companhia é ganhar escala no Porto de Itaquí, ampliar o mercado endereçável, inclusive de armazenagem alfandegada, e aumentar o nível de serviço aos seus clientes, fortalecendo a marca da Santos Brasil como operador de granéis líquidos no mercado doméstico. Para isso, segue investindo na construção, modernização e/ou adição de capacidade de seus ativos, cuja primeira fase de ampliação foi concluída em 2024, com a adição de 60 mil m³. A segunda fase segue em ritmo acelerado, e tem expectativa de ser concluída em 2025, quando os terminais de líquidos alcançarão uma capacidade de 190 mil m³. Embora o presente foco seja no desenvolvimento e expansão dos ativos atuais, a Companhia seguirá acompanhando oportunidades e projetos portuários que permitam expandir a sua presença no segmento de granéis líquidos no país.

Perspectivas e oportunidades

O setor portuário brasileiro evoluiu ao longo dos últimos anos em razão de um arcabouço regulatório mais moderno e flexível, a exemplo do Decreto 9.048/2017 e da Portaria MINFRA 513/2019, o que trouxeram maior segurança jurídica aos participantes do mercado e fomentaram investimentos da iniciativa privada. Em 2024, foram realizados oito leilões no setor portuário, que preveem cerca de R\$ 3,8 bilhões em investimentos no setor. Tais áreas são destinadas à operação de granéis líquidos combustíveis, granéis sólidos vegetais e granéis sólidos

⁴ Sigla em inglês para *Environmental, Social and Corporate Governance* (Meio-Ambiente, Social e Governança Corporativa).

minerais. De acordo com declarações do Ministério de Portos e Aeroportos, estão previstos, para 2025, arrendamentos em diversas áreas portuárias do país, bem como concessões de canais de acesso e lançamento de editais de hidrovias.

A estratégia atual da Companhia é a maximização da geração de valor por meio da expansão e modernização de seus ativos atuais, cujos retornos sobre o capital alocado, relativos ao risco incorrido, são, geralmente, superiores à estratégia de crescimento pela via inorgânica. Ainda assim, a Santos Brasil continuará atenta às oportunidades de fusões e aquisições e, inclusive, licitações de novos arrendamentos portuários para expandir sua base de negócios, como aconteceu em 2021, quando foram arrematadas três áreas no Porto do Itaquí para a armazenagem de grãos líquidos combustíveis.

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 731,1 milhões em seus ativos, com destaque para os projetos de expansão e modernização dos Terminais Portuários de Contêiner e Carga Geral, sendo o Tecon Santos e Tecon Vila do Conde os destaques, e para a expansão e desenvolvimento dos Terminais de Líquidos, localizados no Porto de Itaquí.

Nos Terminais de Contêiner e Carga Geral, foram investidos R\$ 434,2 milhões, sendo R\$ 331,7 milhões no Tecon Santos, elevando sua capacidade anual para 2,6 milhões de TEUs. A Santos Brasil avalia sistematicamente o cenário de oferta de capacidade em relação à demanda, consciente do seu protagonismo em prover capacidade ao Porto de Santos, contribuindo para o avanço da infraestrutura portuária e, consequentemente, para o crescimento do comércio exterior brasileiro. Isto dito, a Santos Brasil pretende alcançar os 3,0 milhões de TEUs de capacidade anual no Tecon Santos até o final de 2025.

No Tecon Vila do Conde, por sua vez, foram investidos R\$ 79,6 milhões em 2024, com o objetivo de expandir a capacidade atual de 217 mil TEUs para 300 mil TEUs. O projeto engloba a compra de equipamentos e a expansão da área de armazenagem de contêineres, inclusive a área para *reefers*, fundamentais para que o terminal capture o potencial de exportação de produtos da indústria extrativa, como minérios, madeira e frutas, e de cargas refrigeradas, a exemplo da carne bovina. Adicionalmente, também estão sendo feitos investimentos em novas áreas que foram adensadas ao terminal para armazenagem de carga geral, que possuem um grande potencial de crescimento na área de influência do Tecon Vila do Conde, i.e. região Norte, principalmente de projetos ligados aos setores de mineração, siderurgia, agrícola e energia renovável.

Em relação ao Tecon Imbituba, foram investidos R\$ 22,9 milhões em 2024, principalmente na renovação do parque de equipamentos e em melhorias nos processos operacionais e nas instalações do terminal. A Santos Brasil pretende seguir com a prospecção de novos serviços para a movimentação de contêineres no Tecon Imbituba, principalmente de Longo-Curso, e manter as operações de cabotagem, que possuem amplo potencial de crescimento em razão da BR do Mar e das operações *feeder*, que auxiliam na redistribuição da carga de longo curso de/para outros portos da costa.

Em 2024, os Terminais de Líquidos receberam investimentos da ordem de R\$ 284,5 milhões, que permitiram a conclusão do projeto de expansão dos terminais *brownfields*, adicionando 60 mil m³ à capacidade de armazenagem de líquidos, totalizando 110 mil m³. A construção do terminal *greenfield* (TGL 02) teve início no segundo semestre de 2023 e evoluiu dentro do planejado em 2024. Previsto para ser concluído em 2025, o TGL 02 adicionará 90 mil m³ de capacidade de tancagem ao sistema de grãos líquidos da Santos Brasil no Porto do Itaquí, passando a contar com 190 mil m³. A estratégia comercial para o fechamento de novos contratos segue em curso e tem sido bem-sucedida, como demonstrado pelo crescimento robusto de 37% na movimentação de combustíveis em 2024 pelos terminais da Santos Brasil.

Na vertical de Logística, investiu-se R\$ 11,6 milhões em 2024, com destaque para a melhoria da infraestrutura do CLIA Santos, na compra de novos scanners de vistoria de contêineres e projetos de tecnologia e novos sistemas de informação, e.g. implantação do novo *Warehouse Management System* (WMS) e *Transportation Management System* (TMS). A Santos Brasil Logística está preparada para capturar novas oportunidades na prestação de serviços de logística integrada ao Porto, atendendo às mais variadas demandas de seus clientes.

Por fim, o TEV enfrentou um cenário desafiador em 2024, com queda de 7,4% YoY na movimentação de veículos, sendo as exportações prejudicadas pelos menores embarques para países da América do Sul, como Argentina, Chile e Colômbia. Por outro lado, as importações apresentaram pequeno crescimento (+1,3%), principalmente de veículos pesados ligados ao setor do agronegócio. O cenário global e doméstico em 2025 deverá continuar impactando a dinâmica do TEV, porém a Companhia seguirá sua estratégia comercial de elevar as margens do negócio, inclusive através da captura de novos volumes.

Desempenho operacional e econômico-financeiro

Consolidado

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Receita Bruta	3.291,0	2.428,6	35,5%
Terminais de Contêiner e Carga Geral	2.566,5	1.791,8	43,2%
Santos Brasil Logística	540,1	486,4	11,0%
Terminal de Veículos	139,0	121,3	14,5%
Terminais de Líquidos	60,4	38,2	58,0%
Eliminações	-14,9	-9,2	63,0%
Receita Líquida	2.903,0	2.134,9	36,0%
Terminais de Contêiner e Carga Geral	2.296,6	1.598,2	43,7%
Santos Brasil Logística	450,5	409,5	10,0%
Terminal de Veículos	117,9	103,3	14,2%
Terminais de Líquidos	51,8	32,3	60,2%
Eliminações	-13,8	-8,3	64,8%
Custos Operacionais	-1.315,7	-1.049,4	25,4%
Terminais de Contêiner e Carga Geral	-1.007,8	-788,8	27,8%
Santos Brasil Logística	-232,1	-199,2	16,5%
Terminal de Veículos	-52,0	-47,3	10,1%
Terminais de Líquidos	-37,5	-22,6	66,2%
Eliminações	13,8	8,3	64,7%
Despesas Operacionais	-380,0	-306,4	24,0%
Terminais de Contêiner e Carga Geral	-110,7	-87,9	26,0%
Santos Brasil Logística	-131,3	-115,5	13,6%
Terminal de Veículos	-8,0	-4,8	64,8%
Terminais de Líquidos	-4,2	-4,2	-1,4%
Corporativo	-125,9	-93,9	34,0%
EBITDA	1.469,4	1.000,1	46,9%
Terminais de Contêiner e Carga Geral	1.380,0	894,7	54,2%
Santos Brasil Logística	105,9	112,3	-5,7%
Terminal de Veículos	77,4	69,9	10,7%
Terminais de Líquidos	27,7	12,9	115,4%
Corporativo	-121,6	-89,7	-35,6%
Margem EBITDA	50,6%	46,8%	3,8 p.p.
Terminais de Contêiner e Carga Geral	60,1%	56,0%	4,1 p.p.
Santos Brasil Logística	23,5%	27,4%	-3,9 p.p.
Terminal de Veículos	65,6%	67,7%	-2,1 p.p.
Terminais de Líquidos	53,6%	39,8%	13,7 p.p.
<i>Itens não recorrentes</i>	6,0	-	-
EBITDA recorrente	1.475,4	1.000,1	47,5%
Margem EBITDA recorrente	50,8%	46,8%	4,0 p.p.

Em 2024, a Receita Líquida da Santos Brasil somou R\$ 2,9 bilhões, um crescimento de 36,0% YoY. O segmento de Terminais de Contêiner e Carga Geral teve aumento de 43,7% YoY na Receita Líquida, que foi impulsionada (i) pelas operações de cais, resultado do aumento dos volumes operados no Tecon Santos e no Tecon Imbituba, do melhor mix de contêineres cheios e do maior *ticket* médio, e (ii) pela receita de armazenagem, derivada do crescimento de contêineres cheios de importação no Tecon Santos e Tecon Imbituba. A Receita Líquida da Santos Brasil Logística subiu 10,0% YoY em 2024, reflexo do maior volume de contêineres armazenados nos CLIAs. A receita líquida do TEV cresceu 14,2% YoY, apesar da queda de volume, resultado do maior *ticket* médio, influenciado pelo maior *dwell time* de importação. Finalmente, a receita líquida dos Terminais de Granéis Líquidos cresceu 60,2% YoY, com maior giro dos tanques e aumento do *ticket* médio no ano.

Os Custos Operacionais da Companhia somaram R\$ 1,3 bilhão em 2024 (+25,4% YoY), com crescimento de (i) 43,7% YoY nos custos dos Terminais Portuários de Contêineres e Carga Geral, reflexo do maior volume operado e da contratação de funcionários(as) operacionais no

Tecon Santos e no Tecon Imbituba, (ii) 16,5% YoY na Santos Brasil Logística, resultado do maior volume de contêineres armazenados e da prestação de serviços terceirizados de transporte de cargas (e.g. frete rodoviário), (iii) 10,1% YoY no TEV, em virtude de maiores gastos com a descarga de maquinários no cais do terminal e aumento na linha de depreciação e amortização e (iv) 60,2% YoY nos Terminais de Granéis Líquidos, fruto de maiores gastos com depreciação e amortização, manutenção e pessoal.

As Despesas Operacionais consolidadas totalizaram R\$ 380,0 milhões (+24,0% YoY), com crescimento de (i) 26,0% nas despesas de Terminais Portuários de Contêineres e Carga Geral, (ii) 13,6% YoY na Santos Brasil Logística, (iii) 64,8% YoY no TEV e (iv) 34%,0 nas despesas corporativas. As despesas dos Terminais de Granéis Líquidos ficaram praticamente estáveis em 2024.

Em 2024, o EBITDA da Santos Brasil alcançou c.R\$ 1,5 bilhão, com margem de 50,6% (+3,8 p.p. YoY), com destaque para o crescimento de (i) 54,2% YoY no EBITDA de Terminais de Contêiner e Carga Geral, (ii) de 10,7% no EBITDA do TEV e (iii) de 115,4% YoY no EBITDA dos Terminais de Granéis Líquidos. No ano, houve um impacto negativo líquido de R\$ 6,0 milhões referente a itens não recorrentes, i.e. venda de ativos imobilizados, gastos com a devolução do CD Imigrantes e o recolhimento de diferenças sobre a reoneração da folha de pagamento, disputada judicialmente pela Companhia desde 2018.

Resultado Líquido

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
EBITDA	1.469,4	1.000,1	46,9%
Depreciação e Amortização	262,1	221,0	18,6%
EBIT	1.207,3	779,1	55,0%
Resultado Financeiro	-165,9	-86,4	92,1%
Receitas Financeiras	92,2	65,7	40,3%
Despesas Financeiras	-229,2	-150,8	52,0%
Juros de dívida/debêntures	-70,1	-6,8	934,0%
Arrendamento mercantil e aluguel	-133,6	-134,1	-0,4%
Outras despesas financeiras	-25,6	-10,0	156,5%
Variações monetárias e cambiais	-28,9	-1,3	2207,4%
IRPJ / CSLL	-299,4	-188,4	58,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido	742,0	504,3	47,1%

Em 2024 o Lucro Líquido da Santos Brasil totalizou R\$ 742,0 milhões (+47,1% YoY), com margem líquida de 25,6% (+1,9 p.p. YoY).

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, incidirão sobre o Lucro Líquido as deduções ou acréscimos, de forma decrescente e na seguinte ordem:

1. 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social;
2. Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
3. Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
4. 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
5. A parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76, (ii) reforço de capital de giro, e podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

Dívida Bancária e Disponibilidades

R\$ milhões	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	Δ (%)
Curto Prazo	Nacional	159,6	48,9	226,2%
	Estrangeira	0,0	2,1	-100,0%
Longo Prazo	Nacional	2.566,3	372,9	588,3%
	Estrangeira	0,0	0,0	-
Endividamento Total		2.725,9	423,9	543,1%
Caixa e aplicações financeiras		730,1	367,5	98,7%
Dívida Líquida		1.995,8	56,4	3438,3%
Dívida Líquida/ EBITDA proforma UDM⁵		1,54x	0,07x	

A Santos Brasil encerrou o ano de 2024 com R\$ 730,1 milhões em disponibilidades de caixa e aplicações financeiras e R\$ 2,7 bilhões de endividamento. No ano, houve a captação de R\$ 262,0 milhões em linha de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), para o financiamento do Capex dos Terminais de Líquidos⁶, e de R\$ 2 bilhões com a 5ª emissão de Debêntures. A Dívida Líquida ao fim do ano era de R\$ 2,0 bilhões, o que resultou no índice de alavancagem de 1,54x, calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA Proforma dos últimos doze meses. Nota-se que a alavancagem cresceu significativamente quando comparado ao histórico da Companhia, decorrente da otimização da estrutura de capital. Em linha com a estratégia de alocação de capital adotada, que concentra investimentos na expansão e modernização dos ativos, a Companhia seguiu remunerando o capital dos seus acionistas por meio do pagamento de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Com base no exercício fiscal de 2024, o total de proventos pagos foi de R\$ 506,7 milhões, que representa um pagamento de R\$ 0,58 por ação. Adicionalmente, foi distribuído o montante de R\$ 1,6 bilhão aos acionistas em 2024 sob forma de restituição de capital, equivalentes a R\$ 1,85 por ação.

Capex

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
TERMINAIS DE CONTÊINER E CARGA GERAL	434,2	370,2	17,3%
Tecon Santos	331,7	302,3	9,7%
Tecon/TCG Imbituba	22,9	2,2	926,7%
Tecon Vila do Conde	79,6	65,7	21,0%
LOGÍSTICA	11,6	24,2	-52,2%
TERMINAL DE VEÍCULOS	0,8	0,8	4,5%
TERMINAIS DE LÍQUIDOS	284,5	236,0	20,6%
CORPORATIVO	0,0	0,1	-67,8%
INVESTIMENTO BRUTO	731,1	631,3	15,8%
Baixas de ativo Imobilizado/Intangível	-85,7	-7,4	1061,1%
INVESTIMENTO LÍQUIDO	645,4	623,9	3,4%

Em 2024, a Santos Brasil permaneceu focada na estratégia de investimentos em seus ativos portuários e logísticos, com o objetivo de maximizar a geração de valor de cada unidade de negócio e posicionar a Companhia para capturar o crescimento de demanda em seus mercados de atuação, assegurando sua posição de liderança. Destaca-se que os investimentos realizados em 2024 atenderam a todas as obrigações contratuais relativas aos arrendamentos da Companhia. No ano, foram investidos R\$ 731,1 milhões, em especial (i) nos projetos de expansão e modernização dos Terminais Portuários de Contêiner e Carga Geral, com destaque para o Tecon Santos e Tecon Vila do Conde, e (ii) na expansão e desenvolvimento dos Terminais de Líquidos.

⁵ EBITDA dos últimos 12 meses, excluindo efeitos do IFRS 16.

⁶ O financiamento em questão possui taxa de IPCA+2,3875%, com prazo de 17 anos e carência de 5 anos na amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais.

Terminais de Contêiner e Carga Geral

	2024	2023	Δ (%)
Contêineres (unidades)			
Cais	1.497.207	1.218.580	22,9%
Contêineres cheios	1.138.243	883.495	28,8%
Contêineres vazios	358.964	335.085	7,1%
Armazenagem	166.528	130.130	28,0%
Carga geral (toneladas)	109.756	88.901	23,5%

	2024	2023	Δ (%)
Tecon Santos	1.321.402	1.065.965	24,0%
Contêineres cheios	1.026.496	786.875	30,5%
Contêineres vazios	294.906	279.090	5,7%
Tecon Imbituba	80.835	52.805	53,1%
Contêineres cheios	53.666	33.212	61,6%
Contêineres vazios	27.169	19.593	38,7%
Carga Geral (toneladas)	109.756	88.901	23,5%
Tecon Vila do Conde	94.970	99.810	-4,8%
Contêineres cheios	58.081	63.408	-8,4%
Contêineres vazios	36.889	36.402	1,3%
Carga Geral (toneladas)	-	-	-

Consolidado: em 2024, os Terminais de Contêiner da Santos Brasil movimentaram 1.497.207 contêineres (+22,9% YoY), com crescimentos de 24,5% YoY no fluxo de Longo Curso e de 16,2% YoY na Cabotagem. No longo curso, as exportações aumentaram 28,8% YoY e as importações foram 22,8% maiores em relação a 2023. Em relação ao mix, foram movimentados 1.138.243 contêineres cheios (+28,8% YoY), que responderam por 76,2% do volume total (vs. 72,5% em 2023), dos quais 326.466 contêineres de importação (+24,0% YoY).

Tecon Santos: movimentação de 1.321.402 contêineres em 2024 (+24,0% YoY), reflexo do crescimento de 24,5% na movimentação de Longo Curso, com aumento de 26,0% YoY nas exportações, decorrente dos maiores embarques de açúcar, algodão, café, papel, celulose, químicos e carne bovina e de 22,4% nas importações, com destaque para produtos químicos, autopeças, bens de capital e bens de consumo. Em 2024, as operações de Longo Curso representaram 84,8% do volume movimentado no Tecon Santos (vs. 84,5% em 2023). A Cabotagem cresceu 21,3% YoY, com o maior volume de serviços *feeder* e do novo serviço da Norcoast, que iniciou suas operações no 1T24. Em 2024, o *market share* do Tecon Santos no Porto de Santos foi de 41,8% (vs. 38,0% em 2023). Em relação ao mix, foram movimentados 1.026.496 contêineres cheios (+30,5% YoY), sendo 312.425 de importação (+23,9% YoY) e 258.799 de exportação (+23,2% YoY).

Tecon Imbituba: movimentação de 80.835 contêineres em 2024 (+53,1% YoY), com destaque para o novo serviço de Longo Curso do armador CMA CGM, i.e. Brazex, iniciado na segunda quinzena de fevereiro de 2024, e que atende a região sul dos EUA e o Caribe, e da inauguração, em dezembro/2024, do novo serviço Carioca, do armador MSC, além de escalas extras operadas no ano. Em 2024, os volumes de Longo Curso representaram 42,4% da movimentação total do terminal (vs. 14,2% em 2023). Na Cabotagem, com a operação do novo serviço *feeder* ATLAS do armador CMA CGM, houve crescimento de 2,8% YoY em 2024. Em relação à operação de carga geral, o **TCG Imbituba** registrou crescimento de 23,5% YoY.

Tecon Vila do Conde: em 2024 foram movimentados 94.970 contêineres (-4,8% YoY), com menor movimentação de contêineres de Longo-curso, que teve queda de 13,3% YoY, com o impacto de omissões de escalas dos armadores decorrente de congestionamento de navios em outros portos que pertencem às rotas nas quais o Tecon Vila do Conde faz parte. Por outro lado, a Cabotagem cresceu 9,9% YoY, fruto da maior demanda do mercado doméstico.

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Receita Bruta	2.566,5	1.791,8	43,2%
Operações de cais	1.727,2	1.149,1	50,3%
Operações de armazenagem	839,3	642,7	30,6%
Receita Líquida	2.296,6	1.598,2	43,7%
Operações de cais	1.588,1	1.053,6	50,7%
Operações de armazenagem	708,5	544,6	30,1%
Custos Operacionais	-1.007,8	-788,8	27,8%
Custos com movimentação	-166,1	-126,1	31,6%
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	-70,6	-56,5	24,8%
Mão de obra avulsa	-36,4	-23,7	53,9%
Outros custos com movimentação	-59,1	-46,0	28,6%
Custos com pessoal	-458,2	-335,0	36,8%
Manutenção	-78,2	-57,7	35,5%
Depreciação e amortização	-201,6	-173,0	16,5%
Outros custos	-103,8	-96,9	7,1%
Despesas Operacionais	-110,7	-87,9	26,0%
Vendas	-25,1	-32,5	-22,8%
Gerais e administrativas	-85,3	-55,2	54,4%
Depreciação e amortização	-0,3	-0,2	77,0%
EBITDA	1.380,0	894,7	54,2%
Margem EBITDA	60,1%	56,0%	4,1 p.p.
Itens não recorrentes	5,5	-	-
EBITDA recorrente	1.385,5	894,7	54,9%
Margem EBITDA recorrente	60,3%	56,0%	4,1 p.p.

Em 2024, a Receita Líquida dos Terminais de Contêiner e Carga Geral somou R\$ 2,3 bilhões, um crescimento de 43,7% em relação a 2023, impulsionada pela Receita Líquida de Cais (+50,3% YoY), cujo crescimento reflete o aumento da volumetria, melhor mix operacional de contêineres cheios e ticket médio mais alto. A Receita Líquida de Armazenagem, por sua vez, cresceu 30,1% YoY em 2024, resultado do maior volume de contêineres cheios de importação armazenados no Tecon Santos e no Tecon Imbituba.

Os Custos Operacionais totalizaram R\$ 1,0 bilhão em 2024 (+27,8% YoY), reflexo dos maiores custos com (i) pessoal (+36,8% YoY), fruto da contratação de funcionários(as) operacionais no Tecon Santos, a fim de adequar a operação do terminal ao aumento da capacidade instalada e da demanda esperada, bem como para atender à maior volumetria do ano, e de maiores pagamentos com horas extras, decorrente do maior volume operado, sendo que essas despesas vieram diminuindo a medida que os novos(as) funcionários(as) finalizaram os treinamentos e iniciaram suas jornadas de trabalho efetivas, contribuindo para o aumento da eficiência (alavancagem) operacional, (ii) com depreciação e amortização (+16,5% YoY) de bens, veículos e equipamentos, (iii) custos com movimentação (+31,6% YoY), resultado de maiores gastos com combustíveis, lubrificantes e energia elétrica (+24,8% YoY), mão de obra avulsa (+53,9% YoY) e outros custos com movimentação (+28,6% YoY), necessários para atender o aumento do volume operado no ano, (iv) manutenção (+35,5% YoY), principalmente com equipamentos operacionais de cais e retroárea, especialmente de caráter preventivo a fim de não impactar a produtividade dos terminais, e (v) outros custos (+7,1% YoY), fruto de maiores gastos com tecnologia, decorrente do processo de automação de equipamentos de pátio, principalmente no Tecon Santos, e de maiores gastos com locação de equipamentos no Tecon Vila do Conde e Tecon Imbituba.

As Despesas Operacionais somaram R\$ 110,7 milhões (+26,0% YoY) em 2024, com crescimento de 54,4% YoY nas despesas gerais e administrativas, resultado de maiores gastos com pessoal, devido a maior provisão de pagamento de PPR (Programa de Participação nos Resultados), processos trabalhistas e tecnologia, além de eventos não recorrentes que impactaram as despesas em R\$ 5,5 milhões, sendo R\$ 9,2 milhões referentes à perda de processo judicial relacionado à reoneração previdenciária da folha de pagamento de funcionários(as), benefício suspenso pelo Governo Federal em meados de 2018, e ganhos de R\$ 3,7 milhões referente à venda de equipamentos no Tecon Imbituba e Tecon Vila do Conde.

Em razão dos fatores mencionados acima, o EBITDA dos Terminais de Contêiner e Carga Geral alcançou R\$ 1.380,0 milhões (+54,2% YoY), com margem EBITDA de 60,1% (+4,1 p.p. YoY).

Santos Brasil Logística

	2024	2023	Δ (%)
Armazenagem Alfandegada (CLIAs)			
Contêineres armazenados	69.756	62.316	11,9%
Centros de Distribuição			
Pallets movimentados	416.563	940.088	-55,7%

Armazenagem Alfandegada: em 2024, a Santos Brasil Logística armazenou 69.756 contêineres em seus CLIAs (+11,9% YoY), reflexo da maior importação de contêineres cheios no Porto de Santos, que aumentou a base de captação de carga para armazenagem.

Centros de Distribuição: movimentação de 416.563 pallets (-55,7% YoY) em 2024, reflexo da descontinuação de contratos ao longo do ano, que diminuiu o fluxo de carga, principalmente, de clientes do setor automotivo.

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Receita Bruta	540,1	486,4	11,0%
Armazenagem alfandegada	431,8	373,1	15,7%
Centros de Distribuição	30,7	49,9	-38,4%
Outros	77,5	63,5	22,1%
Receita Líquida	450,5	409,5	10,0%
Armazenagem alfandegada	366,1	317,5	15,3%
Centros de Distribuição	26,3	43,8	-39,9%
Outros	58,0	48,3	20,3%
Custos Operacionais	-232,1	-199,2	16,5%
Custos com movimentação	-82,0	-60,8	35,0%
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	-11,6	-11,8	-1,8%
Fretes	-57,9	-37,9	52,9%
Outros custos com movimentação	-12,5	-11,1	12,8%
Custos com pessoal	-56,9	-53,8	5,7%
Serviços Terceirizados	-35,2	-32,0	10,0%
Depreciação e amortização	-18,4	-17,4	5,7%
Outros custos	-39,7	-35,3	12,4%
Despesas Operacionais	-131,3	-115,5	13,6%
Vendas	-115,7	-100,5	15,1%
Gerais e administrativas	-15,2	-14,9	1,9%
Depreciação e amortização	-0,4	-0,1	276,2%
EBITDA	105,9	112,3	-5,7%
Margem EBITDA	23,5%	27,4%	-3,9 p.p.
Itens não recorrentes	0,7	-	-
EBITDA recorrente	106,6	112,3	-5,1%
Margem EBITDA recorrente	23,7%	27,4%	3,7 p.p.

Em 2024, a Receita Líquida da Santos Brasil Logística totalizou R\$ 450,5 milhões (+10,0% YoY), explicada pelo crescimento de (i) +15,3% YoY na receita dos CLIAs, com maior volume de contêineres armazenados, e (ii) +20,3% YoY na linha de outras receitas, com destaque para as operações de Transporte Rodoviário, que apresentou aumento na base de clientes. A receita dos Centros de Distribuição caiu 39,9% YoY, reflexo da menor movimentação de pallets, decorrente da descontinuação de contratos.

Os Custos Operacionais somaram R\$ 232,1 milhões em 2024, crescimento de 16,5% YoY. Os custos com movimentação cresceram 35,0% YoY, com destaque para o aumento de 52,9% no custo com fretes. Os custos com pessoal cresceram 5,7% YoY, decorrente de uma reestruturação de pessoas nessa unidade de negócio, que culminou na contratação de novos(as) funcionários(as) e processos trabalhistas, e os custos com serviços terceirizados aumentaram 10,0% YoY, reflexo de maiores gastos com operação e manutenção de equipamentos. Houve maior depreciação de bens e com arrendamento de aluguéis e a linha de outros custos aumentou 12,4% YoY, decorrente, principalmente, de maiores gastos com seguros, avarias e manutenção de equipamentos.

As Despesas Operacionais somaram R\$ 131,3 milhões (+13,6% YoY) em 2024, resultado, principalmente, do crescimento de 15,1% YoY nas despesas com vendas, decorrente do maior volume captado para armazenagem de contêineres nos CLIAs,

A Santos Brasil Logística alcançou R\$ 105,9 milhões de EBITDA (-5,7% YoY) em 2024, com margem EBITDA de 23,5% (-3,9 p.p.). Os maiores detratores de resultado foram a menor ocupação do Centro de Distribuição de São Bernardo do Campo, com a descontinuação de contratos com clientes, e o aumento dos custos, principalmente, com frete rodoviário. Em 2024, houve despesas não recorrentes no montante líquido de R\$ 0,7 milhão, sendo R\$ 1,5 milhão de gastos com a devolução do CD Imigrantes e um ganho de R\$ 0,8 milhão referente à venda de equipamentos.

Terminal de Veículos (TEV)

	2024	2023	Δ (%)
Veículos (unidades)	194.983	210.591	-7,4%
Exportação	174.324	190.188	-8,3%
Importação	20.659	20.403	1,3%
Leves	170.699	184.108	-7,3%
Pesados	24.284	26.483	-8,3%

Em 2024, o TEV movimentou 194.983 veículos (-7,4% YoY), com queda de 8,3% YoY nas exportações, fruto do menor volume embarcado para países da América do Sul, como Argentina, Colômbia e Chile. As importações de veículos tiveram um crescimento de 1,3% YoY. O mix de veículos ficou praticamente estável em 2024, com os veículos pesados representando 12,5% do total movimentado (vs. 12,6% em 2023).

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Receita Bruta	139,0	121,3	14,5%
Receita Líquida	117,9	103,3	14,2%
Custos Operacionais	-52,0	-47,3	10,1%
Custos com movimentação	-25,6	-23,0	11,1%
Depreciação e amortização	-19,5	-18,8	3,8%
Outros custos	-7,0	-5,5	27,5%
Despesas Operacionais	-8,0	-4,8	64,8%
Vendas	-4,9	-3,6	35,4%
Gerais e administrativas	-3,1	-1,2	153,3%
EBITDA	77,4	69,9	10,7%
Margem EBITDA	65,6%	67,7%	-2,1 p.p.

Em 2024, a Receita Líquida do TEV cresceu 14,2% YoY e somou R\$ 117,9 milhões, apesar da queda na volumetria. O desempenho financeiro do TEV foi resultado do maior ticket médio e do maior *dwell time* de importação, principalmente, no 2T24, impactado por uma greve do Ibama que postergou a liberação de veículos importados, além da movimentação de maquinários no cais do terminal.

Os Custos Operacionais somaram R\$ 52,0 milhões (+10,1% YoY) em 2024, com crescimento (i) de 11,1% YoY nos custos com movimentação, reflexo da descarga de maquinários no cais do terminal, (ii) de 3,8% YoY nos custos com depreciação e amortização, fruto da maior depreciação com direitos de exploração do terminal, e (iii) 27,5% YoY na linha de outros custos, principalmente devido a maiores gastos com manutenção.

Em relação às Despesas Operacionais, o TEV totalizou R\$ 8,0 milhões (+64,8% YoY), com crescimento de (i) +35,4% YoY nas despesas com vendas, decorrente do pagamento de comissão pela movimentação de maquinários no cais do terminal e (ii) +153,3% YoY nas despesas gerais e administrativas, devido a maiores gastos com consultoria e assessoria jurídica, cujos valores se mostram materialmente pouco relevantes, em termos absolutos.

Por fim, o EBITDA do TEV cresceu 10,7% YoY em 2024, alcançando R\$ 77,4 milhões, com margem EBITDA de 65,6% (-2,1 p.p.).

Terminais de Líquidos

	2024	2023	Δ (%)
Granéis Líquidos (m³)			
Movimentação	807.187	588.725	37,1%

Em 2024, os Terminais de Granéis Líquidos da Santos Brasil movimentaram 807.187 m³ de combustíveis, um crescimento de 37,1% YoY, resultado da maior ocupação e do maior giro dos tanques. Ao longo do ano, outro destaque foi a mudança no perfil da base de clientes que, além de crescer, teve a conversão de contratos *spot* para contratos de longo prazo.

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Receita Bruta	60,4	38,2	58,0%
Operações de armazenagem	60,4	38,2	58,0%
Receita Líquida	51,8	32,3	60,2%
Operações de armazenagem	51,8	32,3	60,2%
Custos Operacionais	-37,5	-22,6	66,2%
Custos com movimentação	-4,1	-3,6	15,6%
Custos com pessoal	-10,3	-8,2	25,3%
Depreciação e amortização	-17,3	-7,1	145,1%
Outros custos	-5,8	-3,7	55,1%
Despesas Operacionais	-4,2	-4,2	-1,4%
Vendas	-1,6	-1,1	46,3%
Gerais e administrativas	-2,3	-2,9	-20,2%
Depreciação e amortização	-0,3	-0,3	9,1%
EBITDA	27,7	12,9	115,4%
Margem EBITDA	53,6%	39,8%	13,7 p.p.

Em 2024, a Receita Líquida dos Terminais de Líquidos aumentou 60,2% YoY, totalizando R\$ 60,4 milhões, resultado da maior volumetria na armazenagem de combustíveis e do maior ticket médio.

Os Custos Operacionais somaram R\$ 37,5 milhões (+66,2% YoY) em 2024, reflexo do crescimento de (i) 145,1% YoY na linha de depreciação e amortização, devido à alteração na metodologia de depreciação da outorga, antes com prazo de 5 anos e que passou a ser até o final do arrendamento, i.e. 2042, (ii) 25,3% com pessoal, reflexo da contratação de funcionários(as) operacionais, (iii) 15,6% com custos com movimentação, reflexo do maior volume operado, e (iv) 55,1% na linha de outros custos, resultado de maiores gastos com manutenção operacional.

As Despesas Operacionais, por sua vez, se mantiveram praticamente estáveis em 2024, somando R\$ 4,2 milhões (-1,4% YoY).

Como resultado, o EBITDA dos Terminais de Líquidos somou R\$ 27,7 milhões em 2024, um crescimento de 115,4% YoY, com margem EBITDA de 53,6% (vs. 39,8% em 2023).

Corporativo

R\$ milhões	2024	2023	Δ (%)
Despesas Corporativas	-125,9	-93,9	34,0%
Gerais e administrativas	-121,6	-89,7	35,5%
Depreciação e amortização	-4,3	-4,2	2,2%
EBITDA	-121,6	-89,7	-35,6%

Em 2024, as Despesas Corporativas somaram R\$ 125,9 milhões (+34,0% YoY), reflexo, principalmente, de maiores gastos com pessoal, decorrente de maior provisão para pagamento de participação nos resultados, e maiores gastos com consultoria e assessoria jurídica. Houve um ganho não recorrente de R\$ 0,2 milhão referente à venda de ativo imobilizado no 4T24.

Mercado de capitais

Governança Corporativa

A Santos Brasil é comprometida com altos padrões de Governança Corporativa e o constante aperfeiçoamento de seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos, funcionários(as) e demais envolvidos em seus negócios. Em agosto de 2016, a Companhia concluiu sua migração do segmento Nível 2 da B3⁷ para o Novo Mercado, segmento com os padrões mais elevados de Governança Corporativa o que resultou, dentre outras adequações, na extinção do acordo de acionistas que vigorava à época e na transformação de todas as ações preferenciais em ordinárias, que dão direito a voto aos(as) acionistas (uma ação, um voto). A comunicação da Companhia com o mercado de capitais é pautada pela transparência e segurança das informações e adota, de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, um conjunto de critérios, para a divulgação e manutenção de sigilo sobre informações relevantes.

Em relação à estrutura de Governança Corporativa, destaca-se o Conselho de Administração, o mais alto órgão da Companhia, composto por 7 membros titulares e 7 membros suplentes, eleitos em 2024, com mandato de dois anos e sendo permitida a reeleição. Nota-se que nenhum conselheiro(a) integra a Diretoria Estatutária e, segundo o Estatuto Social da Companhia, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente (ou principal executivo da Companhia) não podem ser acumulados pela mesma pessoa. Dentre as responsabilidades do Conselho de Administração, destaca-se a definição de objetivos empresariais, política e orientação geral dos negócios, a fiscalização da gestão da Diretoria Estatutária e a deliberação sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos(as) acionistas e às partes relacionadas. Os conselheiros(as) se reúnem de forma ordinária a cada três meses e extraordinariamente sempre que necessário.

A Diretoria Estatutária, por sua vez, cujos membros são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 anos, sendo permitida a reeleição, é responsável pela execução da estratégia definida pelo Conselho de Administração. Atualmente, é composta pelo (i) Diretor-Presidente, que acumula o cargo de Diretor de Operações, (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e (iii) Diretor Comercial.

Por fim, destaca-se o Conselho Fiscal, atualmente composto por 3 membros titulares e 3 membros suplentes, que é responsável por (i) fiscalizar os atos dos(as) Administradores(as) e o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, (ii) verificar a qualidade e integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia e (iii) examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social. Desde 2023, o Conselho Fiscal atua em caráter não permanente.

Nota-se que a Companhia, acionistas, Administradores(as) e o Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A estrutura de Governança Corporativa também engloba comitês de assessoramento, dentre os quais se destaca o Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Gente e Comitê de M&A. O Comitê de Auditoria foi instalado em dezembro de 2021 e, de acordo com o Regimento Interno, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e deve ser composto por 3 membros, sendo ao menos 1 membro independente do Conselho de Administração e 1 membro com reconhecida experiência em contabilidade societária, nos termos da regulação editada pela CVM. O órgão é responsável por (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria externa, (ii) avaliar as informações e relatórios financeiros elaborados periodicamente, (iii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas, (iv) supervisionar as atividades da auditoria interna, do Programa de *Compliance*, Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos da Companhia, (v) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, e (vi) acompanhar e dar tratamento às denúncias encaminhadas ao canal de ética denominado de Portal Confidencial da Santos Brasil.

O Comitê de Compliance possui caráter permanente e é composto pela Diretoria Estatutária, pelo Diretor Jurídico e pelo Diretor de Gente e Gestão da Companhia, sendo que o mandato dos membros é de 2 anos, e é responsável por (i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes do Código de Conduta, políticas, normas e regulamentos da Santos Brasil por funcionários(as), consultores, administradores(as), conselheiros(as) e parceiros de negócios, (ii) definir e gerir os indicadores de desempenho do Programa de *Compliance*, (iii) avaliar controles internos e riscos do negócio, adotando, sempre que necessário, medidas de aprimoramento, dentre outras ações, (iv) propor e acompanhar planos de treinamentos, liderados pelo time de *Compliance*, sobre os deveres impostos pela legislação vigente, (v) analisar e deliberar sobre denúncias recebidas por meio do Portal Confidencial, bem como sobre alterações ou melhorias procedimentais relativas às reclamações e sugestões recebidas pelo Portal Confidencial, (vi) deliberar sobre potenciais questões envolvendo conflito de interesses, brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade, interações com agentes públicos, bem como qualquer outro tema afim, (vi) informar o Conselho de

⁷ Brasil, Bolsa, Balcão.

Administração sobre as atividades do Comitê e do Programa de *Compliance*, sempre que necessário ou quando relevante para o cumprimento de sua finalidade, (vii) revisar e aprovar normativos e (viii) analisar os casos omissos.

Por fim, o Comitê de Sustentabilidade é liderado pelo Diretor-Presidente da Companhia e integrado pelos membros da Diretoria Estatutária, pela equipe de Sustentabilidade e por funcionários(as) de áreas operacionais e administrativas, o que resulta em um time multidisciplinar e heterogêneo, que atua na aplicação da Política da Sustentabilidade, no desenvolvimento de planos de ações para serem desdobrados para as demais equipes da Companhia e no monitoramento dos principais indicadores, a exemplo da emissões de gases do efeito estufa (GEE), geração de resíduos e consumo de água.

Melhores Práticas

A Santos Brasil é signatária do Pacto Global da ONU desde 2013, em reforço ao compromisso com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, além de garantir que todos possam desfrutar de paz e prosperidade até 2030.

Inclusive, a Companhia aderiu, em 2023, a um novo conjunto de metas estabelecidas pela ONU relacionadas à Ambição 2030: os movimentos + Água, Ambição Net Zero, Conexão Circular e Mente em Foco. Os compromissos visam engajar as empresas brasileiras para que, por meio de ações concretas, com metas mensuráveis e compromissos públicos, os ODS para 2030 sejam atingidos.

Nesse sentido, a Santos Brasil reporta publicamente o seu desempenho em ESG pelo Relatório de Sustentabilidade, divulgado desde 2006, com a comunicação transparente dos indicadores exigidos pelo GRI, SASB e TCFD e tomando como base a matriz de materialidade construída a partir da escuta dos stakeholders.

Atualmente, o Planejamento Estratégico da Companhia é fundamentado em seis Habilitadores, sendo que o ESG é um deles. Para esse habilitador, o objetivo estratégico é ter um modelo empresarial que agregue valor de forma sustentável, atuando com elevado grau de governança corporativa. Para tal, são mantidas e periodicamente revisadas políticas formais que norteiam as operações e condutas, estabelecidas para reforçar continuamente o compromisso da Santos Brasil com os mais elevados padrões de ética e integridade no desenvolvimento e gestão de seus negócios.

A Política de Compliance contempla a Política de Direitos Humanos, em vigor desde 2017, com diretrizes de respeito, promoção e preservação dos direitos essenciais nos relacionamentos com clientes, funcionários(as), fornecedores e terceiros. Complementa essa estrutura o Comitê de Compliance, que possui regimento interno próprio. A Companhia também possui um canal para recebimento de denúncias, administrado por uma empresa independente, chamado Portal Confidencial. O canal está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, e acessível por telefone e por mensagem eletrônica aos públicos interno e externo da Santos Brasil. O processo de apuração das denúncias é realizado pela área de Compliance da Companhia, sendo submetida, no final da investigação, à deliberação final do Comitê de Compliance. Em 2024, o canal registrou 548 demandas, das quais 404 denúncias, 84 reclamações, 22 sugestões, 16 dúvidas e 22 comunicações de conflito de interesses.

A Política de Sustentabilidade, SGI e Engajamento de Partes Interessadas por sua vez, simboliza o compromisso da Santos Brasil em incluir a sustentabilidade em sua cultura, decisões de negócio e práticas diárias, sendo referência para toda a sua atuação. Abaixo estão os princípios norteadores:

- Incorporar a sustentabilidade às práticas de gestão, promovendo a melhoria contínua;
- Promover uma governança corporativa transparente e justa;
- Proteger o meio ambiente, gerenciando e controlando aspectos ambientais;
- Atuar com responsabilidade e excelência na prestação de serviços, garantindo a integridade física das pessoas, do patrimônio da empresa e de seus clientes;
- Engajar partes interessadas.

Reconhecimentos

Em 2024, as iniciativas de sustentabilidade da Santos Brasil foram reconhecidas por índices do mercado de capitais e premiações relevantes do setor. As ações da Companhia integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), que seleciona empresas comprometidas com a sustentabilidade empresarial. O índice é pioneiro em sustentabilidade na América Latina e o 4º maior do mundo, de forma a apoiar investidores na tomada de decisão e motivar empresas na adoção de práticas ESG.

Para a temática de emissões, em janeiro de 2025, foi divulgada a permanência das ações da Santos Brasil na nova carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), que reúne companhias engajadas em eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na transição para uma economia de baixo carbono.

Em relação ao Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a Companhia conquistou em 2024 o selo Prata do GHG Protocol, referente aos dados de 2023. Esta conquista foi obtida através da publicação integral das emissões dos Escopo 1 (emissões diretas das operações) e

Escopo 2 (emissões oriundas do consumo de energia) na plataforma Registro Público de Emissões, reforçando assim o compromisso da Santos Brasil com as questões climáticas.

Além destes índices e selos, a Santos Brasil também manteve o Carbon Disclosure Project (CDP) com a nota B-. O CDP é uma entidade que incentiva empresas, investidores e governos a adotarem práticas sustentáveis com foco no combate às mudanças climáticas e na neutralidade de carbono.

Ainda, a Companhia faz parte do Índice Great Place to Work da B3 (IGPTW), em que ingressam empresas com as melhores práticas no mercado de trabalho e certificadas pelo selo GPTW, além de múltiplos selos que atestam as melhores práticas de Governança Corporativa. Conquistou ainda a segunda posição na categoria de Transporte, Logística e Serviços Logísticos na Maiores & Melhores Exame 2024 e ficou no TOP 5 entre as melhores empresas de infraestrutura do país, do Anuário Época Negócios 360° de 2024.

Por fim, a Santos Brasil faz parte do S&P/B3 Brazil ESG Index, que pondera pontuações em ESG da S&P Global e critérios de sustentabilidade das empresas, além de manter o selo bronze junto a plataforma Ecovadis, cujo reconhecimento é concedido às empresas que demonstram um sistema forte de gestão em sustentabilidade, através de ações nas dimensões de ética, meio ambiente, leis trabalhistas, direitos humanos entre outros. Em 2024 a Companhia avançou 13 pontos em relação à última avaliação, passando de 53 para 66 pontos.

Em novembro de 2024, a Santos Brasil foi vencedora do Prêmio Excelência em ESG - Porto de Santos, promovido pela Autoridade Portuária de Santos (APS), destacando-se como finalista em todas as categorias (Social, Ambiental e Governança) e conquistando os troféus das categorias +ESG, que avalia as iniciativas inscritas em todas as categorias, e do eixo Governança, para o qual foi submetido o case Ética Entre os Mundos, treinamento anual de Compliance.

Finalmente, a Santos Brasil foi reconhecida, pelo 4º ano consecutivo, em oito categorias do Latin America Team da Institutional Investor 2024, conquistando as primeiras colocações nas categorias setoriais: Time de Relações com Investidores, Programa de RI, Analyst Day, ESG, Conselho de Administração, melhor CEO, melhor CFO e melhor profissional de RI. Ainda, foi considerada, pela 3ª vez, Most Honored Company entre as empresas Small Cap de Transportes e no ranking Overall.

Inovação e Tecnologia

O uso da tecnologia para criação de valor é crescente na Santos Brasil, impactando positivamente os negócios, as operações e as pessoas. A inovação tecnológica e a digitalização estiveram presentes em todas as áreas da Companhia, com iniciativas transformacionais em 2024. Executamos investimentos importantes em transformação digital, alinhados ao planejamento estratégico e contribuindo nos resultados operacionais e financeiros.

A Companhia se destaca mais uma vez por seu pioneirismo ao ser a primeira empresa a adotar a operação remota de RTGs (guindastes de pátio) 100% elétricos no Brasil, desde o final do ano passado, no Tecon Santos, com benefícios para os operadores, meio ambiente e toda a operação. Essa iniciativa inaugurou uma nova fase tecnológica no Tecon Santos, com um investimento inicial de cerca de R\$ 140 milhões em guindastes e eletrificação do pátio. Cada equipamento evita a emissão de aproximadamente 20 toneladas de CO2 por mês. Uma iniciativa estratégica que contribui para um mundo mais sustentável, além de produtividade e conforto aos operadores.

Desde 2023, está em curso um ciclo de investimentos em novas tecnologias digitais da ordem de R\$ 55 milhões nos centros logísticos industriais aduaneiros e terminais da Companhia. Os frutos desses investimentos já são visíveis com a adoção de tecnologias 3D (modelos em três dimensões), Digital Twin (que espelha o mundo real), IoT (Internet das Coisas), Machine Learning (que aprende com base em dados), realidade aumentada e uso de drones na segurança patrimonial. Parte dos investimentos é alocada na infraestrutura, para dar suporte a todas essas tecnologias, executadas, em boa parte, em nuvem. É o caso da adoção de um datacenter de hiperescala, com conexões de alta velocidade com as nuvens públicas e rede de dados definida por software (SD-Wan). Essa nova tecnologia de rede proporciona maior flexibilidade e escalabilidade, gestão fina do fluxo de dados e múltiplos fornecedores de telecomunicações, trabalhando simultaneamente com rádio, cabo e satélite de baixa órbita.

Fomentamos a cultura de dados e investimos em ferramentas que podem democratizar o uso de dados em todos os níveis hierárquicos da Companhia. Vários processos administrativos, gerenciais e operacionais utilizam dados como matéria prima e algoritmos complexos para decisões mais rápidas, acuradas e sofisticadas. Dentre as várias iniciativas digitais baseada em dados, podemos citar:

a) Atracação de navios – A Companhia desenvolveu um sistema de inteligência que faz a previsão de chegada de todos os navios destinados ao porto de Santos (Berth Window) com base nas escalas, na análise de maré e na condição do tempo fornecidos por empresa especializada em previsão de mar e tempo e no rastreamento de onde o navio se localiza. Essa análise dá mais acuracidade sobre o horário da chegada destas embarcações, otimizando a utilização do cais, além da visibilidade da escala no site do Terminal Santos Brasil, permitindo que nossos clientes antecipem soluções.

b) Movimentação no gate de entrada – Um algoritmo proprietário usando Machine Learning e Deep Learning (redes neurais profundas) consegue fazer uma previsão mais acurada e de curto prazo (nas seis horas seguintes) do movimento no gate de entrada. A partir dessa

previsão, é possível antever os recursos necessários para a operação de pátio. Com isso, a Companhia consegue prever a produtividade dentro do terminal e mensurar melhor os recursos necessários para a operação nas próximas horas.

c) Digital Twin – A operação dentro de um contexto simulado com variações de rotas de caminhões, gates, equipamentos de pátio e cais é feita por ferramenta de gêmeo digital (Digital Twin). Baseado em dados históricos e visualização em três dimensões (3D), a ferramenta utiliza inteligência artificial para criar diferentes cenários e avaliar virtualmente seus resultados operacionais, antevendo limites e direcionando os futuros investimentos.

d) Manutenção preditiva – Nos portêineres (guindastes de cais), a Companhia adota a plataforma Manufacturing Data Engine, que a cada hora captura dados da central de controle digital (PLC) das máquinas, para fazer um preditivo de manutenção. A ferramenta identifica o limite das peças por meio de "sintomas", como o consumo de energia, vibração, temperatura, entre outros, e determina o momento ideal da sua troca. Isso evita desperdício com trocas de peças antes do necessário e minimiza o risco de o equipamento apresentar uma parada inesperada.

e) Antecipação de necessidades dos clientes – A Companhia consegue mapear de maneira muito transparente a carga de um determinado segmento que entra pelo porto, identificar as que têm necessidade de remoção, sua origem, seu destino e o tempo de armazenamento. Essas informações sobre os movimentos da carga associada a modelos matemáticos complexos, que permitem a análise de inúmeras variáveis, viabilizam que se antevêja as necessidades de um cliente e que seja feita uma oferta assertiva de soluções para o mercado.

f) Assistentes pessoais – A Santos Brasil vem estimulando o uso de assistentes pessoais (IA Generativa) nas suas diversas áreas. As equipes de comunicação, recursos humanos, experiência do cliente e faturamento/cobrança, por exemplo, já utilizam prompts específicos, criados para apoiar nas rotinas dessas áreas. As equipes passaram por um trabalho de letramento, que capacitou seus profissionais no uso de assistentes virtuais, que contribuem para o ganho de produtividade das áreas.

Migramos as principais plataformas de back-office da Companhia para soluções mais modernas e integradas, criando um cenário mais propício para os novos projetos e para a aceleração da transformação digital através de sistemas em nuvens gerenciadas pelos próprios fabricantes dos softwares. Migramos o ERP para a plataforma SAP RISE e implantamos o SAP Ariba para e-Commerce, elevando a eficiência dos processos de suprimentos. Adotamos o conjunto de soluções da LG (lugar de gente) para gestão e operação de Recursos Humanos, otimizando os processos de gestão do capital humano, garantindo produtividade para as áreas e melhorando a experiência dos funcionários. Para gerenciar os relacionamentos com os nossos clientes, iniciamos a migração do CRM para a plataforma Zoho. Isso auxilia na transformação dos processos de vendas, com o objetivo de maior conversão das oportunidades, expansão dos negócios e relacionamentos mais duradouros. Para democratização no uso dos dados, adotamos a plataforma QLIK SaaS. Elevamos nossa maturidade na governança nos dados e capacitamos a Companhia no uso de ferramentas avançadas de análise de dados. Na área de tecnologia, implantamos a plataforma Freshservice como ferramenta de ITSM (Information Technology Service Management), simplificando processos, aumentando a agilidade no atendimento aos usuários finais e melhorando a utilização dos recursos de tecnologia.

Os projetos de tecnologias planejados e implementados são organizados e correlacionados para viabilizar o conceito de Smart Port. O objetivo final é melhorar a eficiência, a segurança e a sustentabilidade das operações logísticas e portuárias da Santos Brasil, sempre alinhado às necessidades regulatórias dos entes anuentes. Dentro desse cenário cada vez mais digital, a segurança cibernética também é elevada para protegermos uma maior superfície de ataque, bloqueando os acessos maliciosos e mitigando os riscos digitais.

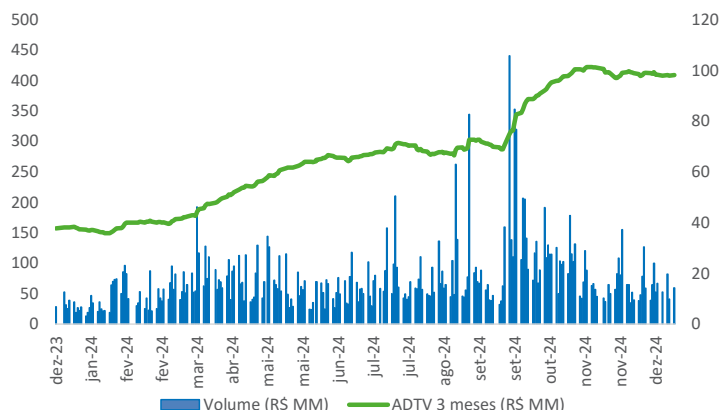
Evolução das ações

As ações da Companhia (STBP3) encerraram 2024 cotadas a R\$ 13,13, que representou valorização de 69,4% no ano, com desempenho superior ao Ibovespa (IBOV) e ao Índice *Small Caps* (SMLL), que registraram queda de 10,4% e 25,0% respectivamente. Em relação à liquidez das ações, o volume médio de negociação diária em 2024 foi de R\$ 75,1 milhões (vs. R\$ 40,3 milhões em 2023), um crescimento de 85,9% YoY, contribuindo para a entrada das ações da Companhia no Índice BOVESPA em setembro/2024, fazendo parte das 85 ações mais líquidas da B3.

Evolução das ações da Santos Brasil (STBP3) em 2024 (base 100 = 29/12/2023)



Volume negociado em 2024 (R\$ milhões)



Direito dos acionistas

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia concluiu a migração para o Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de Governança Corporativa da B3. As ações da Companhia passaram a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (ON), garantindo-se, para cada ação, o direito a um voto nas deliberações das Assembleia Gerais, restando vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. O Capítulo II do Estatuto Social da Companhia, disponível no site de Relações com Investidores e na Comissão de Valores Mobiliários, aborda o Capital Social e Ações, sem prejuízo de demais mecanismos de proteção previstos em disposições estatutárias específicas.

Auditoria independente

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. e das suas controladas são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o(a) auditor(a) não deve (i) auditar o seu próprio trabalho, (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente, condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido na presente data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Desempenho social

Capital humano

No fim de 2024, a Santos Brasil contava com 3.703 funcionários(as) localizados em diversas regiões do Brasil. A Companhia continuou buscando melhorias e atualizações no ambiente de trabalho e na relação com funcionários(as) por meio de diversas ações baseadas na pesquisa GPTW (Great Place to Work), certificação obtida pelo 6º ano consecutivo, outros canais de comunicação, como a pesquisa de satisfação com os serviços internos onde houve crescimento de 12 p.p. na avaliação dos funcionários nos últimos 4 anos, e novos sistemas de gestão, além do aplicativo Viva Voz, no qual os(as) funcionários(as) podem ver notícias da empresa, interagir com outras áreas e se candidatar a processos seletivos internos.

Alinhado com as tendências de mercado e transformação digital, a Santos Brasil em 2024 implantou uma plataforma sistêmica de recursos humanos que integra todas as funcionalidades em um único lugar, 100% cloud, com certificação ISO 27001 e ISAE 3402, referência internacional para a gestão de segurança da informação. Além disso, por ser um sistema com tecnologia projetada para o atendimento das necessidades dos clientes, possibilita o acesso dos serviços à distância através de dispositivos móveis. Essa ação reforça o engajamento da Santos Brasil com Tecnologia e Inovação e traz aumentos significativos na produtividade.

No total, 3.246 funcionários(as) participaram do processo de Avaliação de Comportamento ou Competência, onde 210 funcionários(as) em posição de liderança foram objeto de avaliação em sessões de calibração da matriz de potencial, além de 42 workshops realizados durante o ano, dedicados à capacitação para elaboração e cadastro de metas e planos de desenvolvimento individuais (PDI).

A Companhia continuou o fornecimento de conteúdo de curadoria, como artigos, palestras, vídeos, podcasts e indicação de livros através do folheto mensal "Papo de Líder". Em 2024, foram tratados temas como Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento, Segurança do Trabalho, Desenvolvimento de Potencial, Elaboração de Metas e Acompanhamento de Desempenho, entre outros. O folheto é compartilhado mensalmente com toda a liderança da Santos Brasil.

Ao longo de 2024, foi dada continuidade no desenvolvimento das lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), desenvolvido em parceria com consultorias de renome no mercado. Após o conteúdo passado no ano anterior, trabalhou-se para colocar em prática todo o aprendizado adquirido e desenhou-se um programa no qual foram abordadas as principais competências que a liderança deve ter, através de estudos dos consultores das empresas, palestrantes e do escritor Ram Charam. Em 2024, o PDL foi desenvolvido com base no livro 'Os 5 desafios das equipes', do autor Patrick Lencioni onde, por meio de *cases* e dinâmicas de grupo, as lideranças tiveram oportunidade de entender os conceitos e aplicá-los na prática. Além do programa para coordenação, gerência e diretoria, foram disseminados temas de Autoconhecimento, Pipeline da Liderança e Comunicação não violenta para o público de Supervisão, com um índice de satisfação de 97% em todo o público participante. Ao total, no ano de 2024, foram 5.465 horas investidas em capacitação da liderança da Santos Brasil. Além disso, foi projetado treinamento de entrevista por competências, que capacitou 171 funcionários(as), incluindo líderes e supervisores(as), para conduzir entrevistas assertivas e alinhadas à cultura da empresa. Essa iniciativa fortalece a gestão e aprimora a estratégia de recrutamento e seleção.

A Companhia continuou com o seu Programa de Mentoria, conduzido 100% internamente pelo time de Desenvolvimento Humano Organizacional, com capacitação e acompanhamento de mentores e mentorados identificados como potenciais por meio de ferramentas de avaliação da Santos Brasil. Em 2024, a Companhia teve uma turma de mentoria afirmativa para Mulheres. Houve também o Programa Santos Brasil Inspira, no qual o objetivo é multiplicar o conhecimento por meio de palestras com especialistas das áreas da Companhia, com links com temas de mercado e aplicação na Santos Brasil. Os eventos são gravados e compartilhados na plataforma de treinamentos. Ainda, o Mapeamento de Sucessão foi iniciado em 2023 e continuou em 2024, sendo de extrema importância para as tomadas de decisões de encareiramento e desenvolvimento de pessoas.

A Companhia utiliza o modelo de aprendizagem 70/20/10, isto é: 70% é aprendizado on the job, 20% através de troca de experiência e 10% por meio de cursos. Na oferta de treinamentos, 168 conteúdos estão disponibilizados na plataforma de conhecimento Carreira em Foco, incluindo treinamentos legais e obrigatórios, cursos sobre liderança e sobre os deveres e obrigações dos funcionários(as) de uma companhia de capital aberto. Foram mais de 3.460 funcionários(as) ativos(as) participantes em 2024, com 19.443 horas de treinamento presencial e online.

Pensando no crescimento futuro, a Santos Brasil continuou uma trilha de desenvolvimento para os(as) estagiários(as) da empresa, com o objetivo de fortalecer o *pool* de talentos com profissionais que apoiem a estratégia e sustentabilidade da Companhia, programa com aproveitamento de 50% nos últimos anos; além da conclusão da 1ª turma do programa de trainees, onde houve o aproveitamento de 75% dos profissionais, que ocuparam cargos de especialistas e coordenadores(as) em diversas unidades e áreas da Companhia.

Adicionalmente, a Santos Brasil seguiu com o Ciclo de Evolução para gerir o desenvolvimento profissional dos(as) funcionários(as), que busca consolidar a cultura de meritocracia, reconhecimento por entregas e do "como" tais entregas são feitas. O programa contempla a definição de metas individuais e coletivas, o acompanhamento mensal das metas, feedbacks constantes e planejados, plano de desenvolvimento individual, avaliação 360º e um calendário para revisão salarial e movimentos de carreira. A nova maneira de gerir o desenvolvimento de todos(as) proporcionou visão mais ampla dos talentos e, assim, maior aproveitamento interno, com 53% das vagas em posições de liderança sendo preenchidas com funcionários(as) da empresa e outras 293 vagas preenchidas por meio de recrutamento interno em 2024. O plano de remuneração da Companhia tem como principal diretriz a meritocracia e é pautado por informações de mercado obtidas através de pesquisas de remuneração. A evolução de carreira e dos rendimentos fixos, bem como a apuração dos resultados para o Plano de Participação nos Resultados (PPR), baseiam-se no Ciclo de Evolução e abrange as avaliações individuais ou coletivas de metas.

A Santos Brasil zela por um ambiente de respeito, livre de preconceitos e discriminação, e possui Código de Conduta, Política e Cartilha de Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento, que todos(as) os(as) funcionários(as) têm conhecimento e devem seguir para reforçar o ambiente respeitoso. Para garantir que as pessoas sejam ouvidas quando casos de discriminação acontecem, há o canal de denúncias. Nos últimos dois anos, a Companhia tem atuado com mais intensidade no tema, sendo realizadas duas edições do Censo de Diversidade e Inclusão para identificar a percepção de equidade, inclusão e pertencimento dos funcionários(as) da Santos Brasil. Ainda, foi conduzida capacitação das

lideranças (cargos acima de supervisão) nos temas vieses inconsciente, liderança inclusiva e uma trilha com módulos sobre grupos minorizados.

Nos últimos 6 anos, houve um crescimento de 44% de mulheres na Companhia, passando a representar 17,6% do quadro de pessoal. As mulheres em cargos de liderança tiveram um aumento de 55%, passando a representar 29,8% deste grupo. Em relação à raça, pessoas pretas e pardas representam 54,5% do quadro de funcionários(as) e 25,1% da liderança.

Em 2024, houve avanços na estrutura de governança de Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento, que é composta pelo (i) Comitê de DIEP, composto pela Diretoria Estatutária, Diretoria de Gente e Gestão, Diretoria Jurídica, Gerência Executiva de Comunicação e Sustentabilidade e Gerência Executiva de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, tendo como objetivo a deliberação de ações e metas da Companhia no tema, (ii) Grupo de Apoio, formado por gestores(as), com o objetivo de apoiar os membros do Comitê, e (iii) Comitê Disciplinar, composto por funcionários(as) voluntários(as) para viabilização de ações aprovadas.

Em 2024, aconteceu a 3ª jornada de Diversidade e Inclusão em todas as unidades da Companhia, contando com ações durante uma semana como, por exemplo, o fórum “Vamos falar sobre”, abrangendo todos os grupos minorizados, além de palestras sobre a importância da Diversidade e Inclusão para o desenvolvimento pessoal e profissional. A 3ª Jornada de DIEP teve 3.312 participações, um crescimento de 21% em relação à 2ª Jornada de DIEP, realizada em 2023. Todos(as) funcionários(as) admitidos(as) na Santos Brasil passam por um programa de *onboarding* em que há a entrega da Cartilha DIEP e a realização de uma agenda sobre diversidade em que são apresentadas as principais ações, incluindo uma palestra sobre vieses inconscientes.

Por fim, a Companhia possui espaços dedicados ao aleitamento materno nas unidades Tecon Santos, Escritório de São Paulo, CLIA Santos, CD São Bernardo do Campo e nos Terminais de Líquidos, em Itaquí - MA.

Dados sobre o quadro de funcionários(as) da Santos Brasil

	2023	2024
Número de funcionários	3.272	3.703
Turnover	7,55%	11,69%
São Paulo	7,70%	12,08%
Pará	6,15%	9,84%
Santa Catarina	8,71%	8,44%
Maranhão	6,11%	15,31%
Investimento em treinamentos⁸ (Benefício abrange funcionários(as) do Tecon Santos)	-	R\$ 790 mil
Fundo de seguridade	Previdência Privada⁹	
Outros planos sociais	-	-
Nível educacional		
Ensino Fundamental incompleto	43	94
Ensino Fundamental completo	150	112
Ensino Médio incompleto	86	60
Ensino Médio completo	1.862	2.165
Técnico incompleto	8	7
Técnico completo	182	215
Superior incompleto	133	163
Superior completo	632	708
Pós-graduação	170	172
Mestrado	6	6
Doutorado	-	1

Segurança

A Santos Brasil segue investindo no fortalecimento da cultura de saúde, segurança e meio ambiente. Em 2024, foi implementado o software FAP Online, com o objetivo de aprimorar a governança e a gestão dos temas relacionados à saúde, segurança e eSocial. Também foi adotada a solução Learning Management System (LMS), do software Lugar de Gente (LG), voltada para a gestão de treinamentos legais e obrigatórios da companhia. Além disso, foi realizado o mapeamento completo das matrizes de avaliação de risco, utilizadas para categorizar e priorizar os riscos no ambiente de trabalho, com uma revisão que abrange aspectos como acidentes, higiene ocupacional e ergonomia.

⁸ A Companhia utiliza o modelo de aprendizagem 70/20/10, isto é: 70% é aprendido *on the job*, 20% através de troca de experiência e 10% por meio de cursos.

⁹ Benefício abrange funcionários(as) do Tecon Santos.

Iniciou-se também o projeto de Gerenciamento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com foco na gestão, controle e fornecimento desses equipamentos nas unidades da Santos Brasil. O objetivo é melhorar a eficiência operacional, garantindo que os(as) funcionários(as) tenham fácil acesso aos EPIs necessários, ao mesmo tempo em que se busca reduzir deslocamentos e otimizar o tempo de trabalho. Para isso, estão sendo implementadas soluções inovadoras, como uma plataforma centralizada, máquinas automatizadas e um software de gestão de EPIs, que permitirão um processo mais ágil e eficaz na distribuição dos equipamentos. Esse projeto, que representa um avanço significativo para a segurança e produtividade dos(as) funcionários(as), será expandido e aprimorado ao longo de 2025.

No final de 2024, foi realizada mais uma edição da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA), entre os dias 9 e 13 de dezembro, com o tema "A disciplina operacional e a segurança psicológica na Santos Brasil". O evento envolveu tanto funcionários(as) próprios quanto terceirizados(as), e contou com atividades nas áreas operacionais, como a Blitz de EPIs, com foco na conscientização dos(as) funcionários(as), e a participação da equipe técnica de SSMA e dos membros da CIPA. Também foi promovido um quiz e jogos interativos sobre as rotinas e comportamentos esperados em relação à saúde, segurança e meio ambiente. Dando continuidade à tradição de 2023, foi realizada uma palestra online, em parceria com a plataforma Zenklub, com o tema "estigma e segurança psicológica", registrando um aumento de 65% na participação dos(as) funcionários(as) em relação ao ano anterior.

Ao longo de 2024, a Santos Brasil alcançou resultados significativos em termos de segurança, com 4.214 dias sem acidentes com afastamento na unidade K-10 (BASF), 2.773 dias no CLIA Guarujá, 2.290 dias no Terminal de Veículos, 886 dias no CD São Bernardo do Campo, 500 dias no CLIA Santos e 437 dias no Tecon Vila do Conde.

Sustentabilidade Ambiental

A Santos Brasil tem como missão promover a competitividade dos clientes por meio de serviços eficazes, ágeis e seguros, que respeitam o meio ambiente, os indivíduos e as comunidades. Promove princípios e práticas sustentáveis, para reduzir e mitigar os impactos negativos das operações, além de potencializar os impactos de cunho positivo, considerando os interesses específicos de nossos públicos.

A Companhia realiza programas e projetos corporativos de sustentabilidade por meio da administração de investimentos, estabelecimento de parcerias com stakeholders, implementação de estratégias e gestão/monitoramento de indicadores na frente social, ambiental e de governança.

Para gestão e monitoramento de indicadores, a área de Sustentabilidade conduz reuniões trimestrais com grupos de trabalho de Sustentabilidade, envolvendo diretores(as) e gerentes das unidades, a fim de avaliar os resultados e definir planos de ações. Também reformulou seu Comitê de Sustentabilidade, composto por representantes da alta liderança e focado na avaliação do desempenho em Sustentabilidade e a decisão sobre metas e ações estratégicas.

Honrando os compromissos de sustentabilidade ambiental estabelecidos para o período de 2020 a 2024, houve a antecipação do atingimento das três metas ambientais em 2023, com a redução de 41% no consumo de água, 50% nos resíduos gerados e de 36% nas emissões de gases de efeito estufa. Para 2024, foram definidas novas metas, com um horizonte temporal de 2024 a 2028, sendo elas: (i) reduzir em 20% o consumo de água, zerar o envio de resíduos a aterros sanitários e reduzir em 23% as emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2.

A Companhia também está comprometida na formulação de políticas públicas e em ser um agente de mudanças, participando ativamente de diversos fóruns, como workshops organizados pela ANTAQ, GIZ e Autoridade Portuária de Santos, nos quais se discute a relação Porto Cidade, com foco em avaliar riscos, oportunidades e adaptação às mudanças climáticas. Atua também em iniciativas como a Aliança Brasileira de Descarbonização dos Portos, Moveinfra, Abol, IBI, entre outras, buscando contribuir de forma eficaz para os avanços necessários nas questões ESG.

Em 2024, a Companhia demonstrou grandes avanços na área de sustentabilidade ambiental, como a apresentação de seu Plano de Transição Climática ao mercado, o qual se caracteriza como um conjunto de diretrizes e compromissos assumidos para reduzir em 70% as emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) de suas operações nos escopos 1 e 2, além de 30% nas emissões indiretas do escopo 3 – voltado a cadeia de valor. O documento visa também contribuir para a mitigação dos efeitos climáticos adversos, com metas de curto, médio e longo prazo.

Outro grande avanço foi o Programa LCL Carbon Neutral, que atesta que as emissões de gases de efeito estufa dos serviços prestados para clientes LCL (Less-than-Container Load), do transporte rodoviário à movimentação e armazenagem das cargas, são devidamente compensadas através de aquisição de créditos de carbono.

No momento, o programa se destina exclusivamente às atividades desenvolvidas nos Centros Logísticos Industriais Aduaneiros (CLIAs) Santos e Guarujá, para o segmento de clientes de carga fracionada LCL, operado pelos clientes NVOCCs (Non-Vessel Operator Common Carriers) e Freight Forwarders.

Na frente de preservação do meio ambiente, a Santos Brasil tornou-se patrocinadora do projeto Blue Keepers, que integra a Plataforma de Ação pela Água e Oceano do Pacto Global da ONU - Rede Brasil e visa mobilizar recursos e engajar empresas, governos e a sociedade no

combate à poluição dos oceanos e bacias hidrográficas por resíduos sólidos, em especial plásticos, por meio de ações preventivas e corretivas alinhadas à Agenda 2030 e ao ODS 14. Com o auxílio, foram retiradas 7,1 toneladas de resíduos dos corpos hídricos.

Ainda, a Companhia é parceira do Instituto Gremar, ONG do Guarujá focada em gestão da fauna, pesquisa e educação ambiental, e patrocina quatro projetos: Maré Mangue, Guardiões da Mata Atlântica, Vamos Desenredar e Rede de Mulheres pela Vida Marinha. A iniciativa Maré Mangue faz o monitoramento embarcado da saúde de animais marinhos, enquanto o Guardiões da Mata Atlântica atua nesse ecossistema específico. Ambos fazem o resgate, tratamento e reabilitação dos animais. O projeto Vamos Desenredar faz a coleta de materiais de pesca, entregues de forma voluntária por pescadores da região, e os destina de acordo com o potencial de reciclagem/reuso. Os materiais podem ser encaminhados para uma empresa e utilizados como matéria-prima para a confecção de produtos diversos de consumo ou encaminhados para o projeto Rede de Mulheres pela Vida Marinha, em que são confeccionadas peças de artesanato para comercialização.

Emissões

Pesquisadores de diversas partes do mundo alertam sobre o aumento das emissões e reconhecem que o clima já mudou, tornando urgente a adoção de medidas efetivas para a redução das emissões e de adaptação às mudanças climáticas.

Diante desse cenário, a Santos Brasil implantou uma série de processos, com a finalidade de reduzir suas emissões diretas e indiretas, contribuindo para o enfrentamento das alterações do clima.

Desde 2023, a Companhia tem avançado no processo de substituição de equipamentos movidos a diesel por elétricos. Em 2024, entraram em operação 8 e-RTG's (Eletric Rubber-Tired Gantry – pórticos de pátio elétricos) e 35 caminhões movidos a GNC (Gás Natural Comprimido) no Tecon Santos, 28 empilhadeiras elétricas em nossas operações logísticas e 7 maquinários stackers com melhor eficiência operacional.

A Santos Brasil também realizou mudanças estratégicas em relação às emissões de seu escopo 2 - consumo de energia, substituindo os refletores convencionais por LED, reduzindo o consumo de eletricidade dos pátios de operações do Tecon Imbituba. Também ampliou-se a aquisição de I-RECs (International Renewable Energy Certificate) para a neutralização das emissões de gases de efeito estufa das operações de Itaquí e de escritórios administrativos.

Água

A atenção à crise hídrica está refletida nas iniciativas da Companhia, como a implementação de sistema de telemetria nos hidrômetros, que permite o acompanhamento em tempo real do consumo de água e possibilita a verificação de possíveis vazamentos ou consumos excessivos de forma diligente nas Unidades Tecon Santos e Tecon Vila do Conde.

A Companhia também realizou investimentos em diversos projetos e ações em todas as suas unidades, visando a redução do consumo e reutilização do recurso. Atualmente, a Santos Brasil conta com as ações de captação de água e tratamento em Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), reutilizando a água, além de realizar procedimentos de caça vazamento.

Resíduos

A Companhia adota práticas de manejo com atenção especial ao princípio da "não geração", o que é preconizado pela legislação brasileira, buscando constantemente alternativas para reduzir a produção de resíduos durante o ciclo operacional.

Todos os resíduos gerados são encaminhados para o tratamento adequado, seja por meio de reciclagem, logística reversa, compostagem, CDRU, coprocessamento ou rerrefino, entre outros. A logística reversa é um dos pontos de destaque, pois garante que resíduos passíveis de reaproveitamento, como pneus e baterias, sejam adequadamente recolhidos e destinados para fins adequados.

Somente em 2024, a Companhia encaminhou para o sistema de reciclagem 2.381 toneladas* de resíduos. Ressalta-se que em algumas unidades, os resíduos de varrição, poda e orgânicos também são destinados à reciclagem e/ou compostagem. Todavia, em relação à logística reversa, foram destinadas 211 toneladas em 2024*, o que indica um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Mesmo com todas as ações, a Santos Brasil segue investindo em educação ambiental e soluções para melhorar o gerenciamento, como é o caso da implantação do projeto Zero Aterro até 2028. Com essas medidas, em 2024, deixaram de ser destinadas 196 toneladas a aterros sanitários.

Para os programas de conscientização, a Companhia entende que seus(as) funcionários(as) são peças fundamentais dessa grande engrenagem e, com isso, desenvolve programas de treinamento para funcionários(as) e terceirizados(as), como a Jornada Ambiental, Dia do Consumo Consciente, Chega de Desperdício, Dia da Reciclagem e Dia Mundial do Meio Ambiente.

Dessa forma, a Companhia contribui para a economia circular, fechando o ciclo de vida dos produtos e minimizando o impacto ambiental, ao reduzir a necessidade de extração de novos recursos.

* Os dados de resíduos, podem sofrer alterações, uma vez que os certificados de destinação são condicionados a um prazo de entrega de até 90 dias, após a geração.

Sustentabilidade Social

Em 2024, a Santos Brasil publicou o 3º Edital de Projetos Incentivados, que recebeu o expressivo número de 463 propostas inscritas na plataforma Prosas, que conecta empreendedores sociais e patrocinadores. Nota-se que o número é cerca de 50% superior ao recebido no edital anterior, o que demonstra o fortalecimento da Santos Brasil como vetor de desenvolvimento comunitário e inclusão social nas regiões em que atua.

O processo de seleção das propostas inscritas segue a Política e o Procedimento de Doações e Patrocínios da Santos Brasil, que apresentam as diretrizes de investimento social privado, áreas participantes da triagem e estratégia para o aporte. A Companhia investe prioritariamente em projetos de capacitação profissional, cidadania, cultura, educação, esporte e saúde, realizados nos municípios onde possui unidades operacionais.

Para execução em 2025, 56 propostas foram selecionadas, com abrangência de Norte a Sul do País, e atualmente estão em tramitação junto aos mecanismos correspondentes para efetivação do aporte e início da execução. A concretização das aprovações implicará em aproximadamente R\$ 8 milhões investidos.

Em 2024, como resultado do 2º Edital de Projetos Incentivados, foram realizados 50 projetos via incentivos fiscais, que representaram cerca de R\$ 7 milhões em investimentos e impacto direto em cerca de 97 mil pessoas. Os projetos contemplaram as cidades de Santos (SP), Guarujá (SP), São Bernardo do Campo (SP), Imbituba (SC), Barcarena (PA) e São Luís (MA).

Nota-se que, via Lei Rouanet, a Santos Brasil foi uma das patrocinadoras da exposição Voz dos Oceanos, realizada no Shopping JK Iguatemi, que teve como objetivo alertar sobre os riscos da poluição plástica nos oceanos e o impacto das mudanças climáticas. Ao longo de 25 dias, foram 10 mil visitantes, inclusive funcionários(as) da Companhia, que percorreram uma aventura imersiva, sustentável e inovadora.

Em relação aos patrocínios diretos e doações, R\$ 1,7 milhão foi destinado para 13 projetos nas comunidades em torno das operações da Companhia, que abrangeram iniciativas ligadas à preservação do meio ambiente, esportes, educação, capacitação profissional e saúde.

Em 2024, um dos destaques foi a primeira turma do projeto Mãos que Transformam, que visa capacitar mulheres do complexo Prainha e Conceiçãozinha para que se tornem manicures. Ao longo de seis meses e com aulas semanais de duas horas, a grade curricular contempla módulos de manicure, pedicure, extensão de unhas, uso de redes sociais e empreendedorismo. As aulas tiveram início em agosto e, atualmente, 25 mulheres estão matriculadas. É importante reforçar que o projeto foi idealizado em parceria com a Associação Lugar de Menina é no Tatame, que auxiliou a Santos Brasil na definição do curso profissionalizante, com base em uma pesquisa com as mulheres da comunidade. Para além da independência financeira, o projeto trabalha a autoestima das mulheres e o empoderamento feminino, com reflexos diretos no encerramento de ciclos de violência. Os resultados positivos e a alta demanda pela próxima turma confirmam que a iniciativa atende uma demanda real da comunidade e, dessa forma, o projeto seguirá em 2025.

Ainda em 2024, outro projeto de destaque, apoiado via patrocínio direto, foi a Expedição Voz dos Oceanos - Costa Brasil, em que a família Schurmann navegou pela costa brasileira a bordo do veleiro Vitória Régia, feito a mão em Belém (PA), sede da COP30, para levar a conscientização sobre o lixo plástico nos oceanos e, ao final da jornada, desembarcar no G20 para a entrega do manifesto “Ecoando Vozes”, com mensagens da sociedade civil.

Ao longo da jornada, o projeto Voz dos Oceanos participou, em setembro, do Porto em Família no Tecon Imbituba, oportunidade em que Vilfredo Schurmann, capitão do Voz dos Oceanos, e Thiago Cascabulho, do projeto Abraça o Mar, apoiado via Lei Rouanet pela Santos Brasil e cujo foco é a educação ambiental por meio da contação de histórias, dividiram o palco e contaram suas aventuras envolvendo os oceanos para os 12 funcionários sorteados e seus 23 familiares.

Já em outubro, o veleiro atracou no Iate Clube de Santos, sendo que 32 funcionários da Santos Brasil e 37 acompanhantes tiveram a oportunidade de tomar café da manhã a bordo e conversar com Vilfredo Schurmann sobre o projeto Voz dos Oceanos e a importância da participação ativa da sociedade civil na defesa do meio ambiente. Ainda, os membros do projeto fizeram parte da ação de Dia das Crianças do Programa Sou Voluntário, no qual puderam dividir suas histórias com as 120 crianças do Instituto Arte em Movimento Ana Zucchi, no Guarujá (SP), em um dia com atividades de educação ambiental, dança e recreação.

Para além dos patrocínios, 2024 foi um ano importante para o Programa Sou Voluntário, que superou a marca de mais de 500 funcionários(as) inscritos na iniciativa. O Programa é mantido pela Companhia desde 2008 e incentiva funcionários(as) a doarem seu tempo e talento para projetos e ações de voluntariado, desenvolvidos e apoiados pela Santos Brasil.

No ano, foram realizadas 13 ações, que contemplaram todas as unidades da Companhia, e envolveram 293 voluntários(as) em 984 horas dedicadas ao voluntariado. Inclusive, uma ação especial foi incluída no calendário do Programa: a celebração do Dia dos Avós no Lar para Idosas Eno Gregório, no Guarujá (SP), em que 25 voluntários(as) passaram um dia especial com 26 residentes e conduziram atividades como bingo e dança. Para celebrar a data, os(as) funcionários(as) da Santos Brasil puderam apadrinhar uma das senhoras, que montaram uma lista de pedidos especiais, e os presentes foram distribuídos no dia da ação. Ao total, 85 presentes foram arrecadados e 126 itens de higiene doados para ajudar no dia a dia da instituição.

Em agosto, foi realizada mais uma edição do Mc Dia Feliz, em que 31 voluntários(as) distribuíram 400 lanches para crianças de 5 instituições da Baixada Santista, que aproveitaram um dia com brinquedos infláveis, pintura facial e apresentações de dança. Já em setembro, a Santos Brasil fez parte do Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias e, com a colaboração de 80 funcionários(as) distribuídos em praias de São Vicente (SP), Barcarena (PA), São Luís (MA) e Imbituba (SC), foram recolhidos cerca de 1,6 tonelada de resíduos das praias e encaminhados para destinação correta.

Em dezembro, foi realizado o Contêiner do Bem, tradicional ação de Natal que, pelo sexto ano consecutivo, levou o espírito do Natal para as crianças de Santos e do Guarujá. Em parceria com outros terminais do Porto de Santos, 2.357 brinquedos foram distribuídos em quatro instituições parceiras da Baixada Santista (Sociedade de Melhoramentos da Vila Pantanal, Projeto Sai da Rua Muleke, Instituto Arte no Dique e Associação Lugar de Menina é no Tatame). Nas demais unidades, foi realizada a Ação do Bem, que distribuiu 1.636 brinquedos em associações locais, além de 142 itens de higiene, especificamente para o público da APAE Imbituba (SC).

O voluntariado também é pilar fundamental do Programa Formare, em que funcionários(as) atuam como educadores voluntários e, ao longo de dez meses, capacitam jovens de 17 a 19 anos, residentes no Guarujá (SP) e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que se tornem Assistentes Administrativos na Área Portuária. O processo seletivo dos alunos também conta com a atuação de voluntários(as), sendo que 60 funcionários(as) aplicaram e corrigiram as provas escritas da primeira etapa de seleção, ocorrida em maio de 2024.

O curso é ministrado na Santos Brasil desde 2009, em parceria com a Fundação lochpe, sendo que 311 jovens já se graduaram, dos quais 121 contratados pela própria Companhia. Em julho de 2024, a 17ª turma foi recepcionada no Tecon Santos, sendo 25 alunos, dos quais 22 mulheres.

Nota-se que o Programa Formare conta com uma prática pedagógica inovadora e sintonizada com as transformações do mundo e as demandas do mercado de trabalho. A estrutura curricular é composta por (i) base instrumental, voltada ao desenvolvimento de competências básicas para a vida profissional e pessoal, (ii) base tecnológica, focada em habilidades para a formação como Assistente Administrativo na Área Portuária, e (iii) base integradora que, por meio de atividades práticas e projetos, combina os aprendizados dos módulos anteriores para solução de problemas reais no ambiente de trabalho e inovações.

De acordo com pesquisa conduzida pela Fundação lochpe, em parceria com a consultoria Plano CDE, 89% dos ex-alunos conquistam uma vaga formal de emprego logo após a formatura, resultado notável e que demonstra a importância da iniciativa para a formação de mão de obra local de qualidade e geração de renda no município.

Por fim, a Sustentabilidade Social coordena o Programa Sou Aprendiz, cujo objetivo é contribuir para a formação profissional de jovens de 18 a 21 anos e desenvolver habilidades importantes para o mercado de trabalho. Atualmente, o Programa está em todas as cidades com operações da Santos Brasil e, em 2024, 82 jovens estão em cargos de aprendizes, em mais de 48 áreas diferentes, e 20 foram efetivados para Assistentes Administrativos, sendo que a premissa da Santos Brasil é reter os talentos desenvolvidos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a Companhia e suas controladas prestam o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia e suas controladas estimam e registram as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 3.c.

Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços, conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta.



Shape the future
with confidence

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) Para uma amostra de navios que estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício, confrontamos estas informações com dados obtidos de fontes externas; (iv) comparação do valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2025 e relacionadas aos serviços prestados; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas com relação ao reconhecimento e corte de receita.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas derivadas dos seus serviços prestados para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas controladas registram valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio (*goodwill*) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração da Companhia. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou indeterminável, que não estão sujeitos à amortização, são testados com relação à redução ao valor recuperável (*impairment*) pela Administração no mínimo anualmente. Além da relevância do saldo, os modelos e premissas utilizados nos testes de recuperabilidade dos ágios e de outros ativos intangíveis requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas. Dentre as premissas utilizadas, podemos citar principalmente os fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia e suas controladas; (ii) avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável; (iii) com o auxílio de nossos especialistas, avaliamos a taxa de desconto e principais premissas econômicas aplicadas às UGCs, utilizadas pela Companhia e suas controladas na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria realizados sobre o teste de valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia e suas controladas decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado. Estas provisões são constituídas pela Companhia e suas controladas para fazer face às perdas prováveis em assuntos relacionados as questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível ou remota.

Algumas leis e regulamentos no Brasil têm graus de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes relativos aos processos e/ou, em certos casos, aderência às leis e regulamentos requerem julgamento profissional por parte da Administração de Companhia e de seus consultores jurídicos.

Em função da relevância dos valores envolvidos e do julgamento para classificação dos processos e dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.



Shape the future
with confidence

Como nossa auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram os principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas; (ii) efetuamos confirmação do prognóstico de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia e confrontamos com os controles do departamento Jurídico interno da Companhia para certificarmos sobre a existência, valorização e integridade dos dados constantes nestes controles, bem como atualização dessa confirmações; (iii) com o apoio de nossos especialistas da área jurídica, efetuamos avaliação da classificação do prognóstico de perda para causas controversas significativas; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da provisão da Companhia e de suas subsidiárias derivadas da avaliação da probabilidade de perdas das causas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Flávio de Luna Fragoso', is written over a faint, light blue circular stamp or watermark.

Flávio de Luna Fragoso
Contador CRC -PE-026316/O

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023			31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a)	533.612	178.046	730.094	367.481	Empréstimos e financiamentos	13	5.731	2.017	5.731	4.119
Contas a receber	6	282.423	205.426	359.401	302.674	Debêntures	14	147.035	40.406	153.835	46.905
Estoques	7	24.370	23.570	32.563	31.150	Fornecedores		127.096	110.426	181.870	147.062
Tributos a recuperar	9	1.088	905	7.629	2.778	Salários e obrigações sociais		93.551	55.778	107.450	68.725
Dividendos a receber	4.a)	28.076	30.794	-	-	Impostos, taxas e contribuições		37.736	26.215	48.701	37.689
Instrumentos financeiros derivativos	26.a)	-	-	315	398	Imposto de renda e contribuição social a pagar		16.697	13.784	25.730	21.477
Outros ativos		10.981	9.958	31.425	12.335	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		36.283	69.776	36.283	69.776
Total dos ativos circulantes		880.550	448.699	1.161.427	716.816	Obrigações com poder concedente		-	6.159	-	6.159
						Arrendamento mercantil	16	383.513	330.787	420.832	365.766
						Outros passivos		73	47	73	47
						Total dos passivos circulantes		847.715	655.395	980.505	767.725
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	5.b)	15.974	4.136	15.974	4.136	Empréstimos e financiamentos	13	486.389	129.760	486.389	129.760
Depósitos judiciais	15	163.991	326.689	176.300	341.081	Debêntures	14	2.040.503	199.363	2.079.925	243.102
Ativo fiscal diferido	23.b)	78.029	73.359	87.153	79.335	Fornecedores	15.(f)	29.527	27.586	29.527	27.586
Precatórios a receber	8	-	-	7.550	8.808	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	27.609	30.255	41.175	40.374
Instrumentos financeiros derivativos	26.a)	-	-	1.339	2.443	Passivo fiscal diferido	23.b)	-	-	16.509	20.308
Outros ativos		24.924	21.531	24.965	21.561	Passivos atuariais - assistência médica complementar	25	9.817	11.203	12.049	14.391
Investimentos	10	575.897	520.619	-	-	Impostos sobre faturamento TRA	15.(c)	70.892	66.790	70.892	66.790
Ativo imobilizado	11	3.310.223	2.825.133	3.900.572	3.373.703	Arrendamento mercantil	16	997.296	1.001.214	1.155.762	1.173.137
Ativo intangível	12	121.519	118.418	166.362	159.962	Outros passivos		-	-	7.550	7.654
Total dos ativos não circulantes		4.290.557	3.889.885	4.380.215	3.991.029	Total dos passivos não circulantes		3.662.033	1.466.171	3.899.778	1.723.102
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17.a)	279.484	1.879.484	279.484	1.879.484
						Reserva de capital	17.b)	58.807	63.047	58.807	63.047
						Reserva de lucros	17.c)	63.133	109.772	63.133	109.772
						Dividendos adicionais propostos	17.d)	235.212	141.371	235.212	141.371
						Ajuste de avaliação patrimonial	17.e)	24.723	23.344	24.723	23.344
						Total do patrimônio líquido		661.359	2.217.018	661.359	2.217.018
TOTAL DOS ATIVOS		5.171.107	4.338.584	5.541.642	4.707.845	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.171.107	4.338.584	5.541.642	4.707.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA LÍQUIDA	18	2.173.455	1.471.891	2.903.016	2.134.925
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(913.926)	(703.059)	(1.315.680)	(1.049.450)
LUCRO BRUTO		<u>1.259.529</u>	<u>768.832</u>	<u>1.587.336</u>	<u>1.085.475</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	19	(49.296)	(38.789)	(170.734)	(144.369)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	19	25.196	6.253	23.087	6.572
Despesas gerais e administrativas	19	(219.439)	(147.659)	(253.076)	(172.382)
Equivalência patrimonial	10	118.018	129.506	-	-
Outras receitas operacionais	20	13.219	1.669	23.978	4.169
Outras despesas operacionais	20	<u>(2.552)</u>	<u>(198)</u>	<u>(3.311)</u>	<u>(387)</u>
Total		<u>(114.854)</u>	<u>(49.218)</u>	<u>(380.056)</u>	<u>(306.397)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.144.675</u>	<u>719.614</u>	<u>1.207.280</u>	<u>779.078</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	72.036	34.035	97.624	74.779
Despesas financeiras	21	<u>(226.586)</u>	<u>(126.912)</u>	<u>(263.544)</u>	<u>(161.140)</u>
Total do resultado financeiro		<u>(154.550)</u>	<u>(92.877)</u>	<u>(165.920)</u>	<u>(86.361)</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>990.125</u>	<u>626.737</u>	<u>1.041.360</u>	<u>692.717</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	23.a)	(255.407)	(126.594)	(313.910)	(189.430)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23.a)	<u>7.248</u>	<u>4.161</u>	<u>14.516</u>	<u>1.017</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social		<u>(248.159)</u>	<u>(122.433)</u>	<u>(299.394)</u>	<u>(188.413)</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>741.966</u>	<u>504.304</u>	<u>741.966</u>	<u>504.304</u>
(PREJUÍZO) / LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$ Ordinária	24	<u>0,86265</u>	<u>0,58407</u>	<u>0,86265</u>	<u>0,58407</u>
(PREJUÍZO) / DILUÍDO POR AÇÃO - R\$ Ordinária	24	<u>0,85825</u>	<u>0,58132</u>	<u>0,85825</u>	<u>0,58132</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		741.966	504.304	741.966	504.304
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Assistência médica complementar	25	1.255	9.542	2.089	13.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perda - assistência médica complementar	25	(427)	(3.244)	(710)	(4.491)
Equivalência sobre assistência médica complementar	25	551	2.420	-	-
Total assistência médica complementar	25	1.379	8.718	1.379	8.718
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		743.345	513.022	743.345	513.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora e Consolidado									
		Reserva de capital			Reserva de lucros						
	Nota explicativa	Capital social	Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	Outras	Legal	Investimento	Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.876.956	76.983	(10.009)	90.423	31.123	(155)	12.936	-	14.626	2.092.883
Dividendos pagos		-	-	-	-	(31.000)	-	(12.936)	-	-	(43.936)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	504.304	-	504.304
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		25	-	-	-	-	-	-	-	8.718	8.718
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações		22	-	6.043	-	-	-	-	-	-	6.043
Opção exercida		17.c)	2.528	-	-	-	12.122	-	-	-	14.650
Destinação do resultado:											
Reserva legal		17.c)	-	-	25.215	-	-	-	(25.215)	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados		17.d)	-	-	-	-	-	-	(142.121)	-	(142.121)
Dividendos intermediários		17.d)	-	-	-	-	-	-	(195.597)	-	(195.597)
Dividendo adicional proposto		17.d)	-	-	-	-	-	141.371	(141.371)	-	-
Recompra de ações		17.c)	-	-	-	-	(17.941)	-	-	-	(17.941)
Custos na recompra de ações		17.c)	-	-	-	-	(15)	-	-	-	(15)
Resultado na alienação de ações em tesouraria		17.c)	-	-	(9.970)	-	-	-	-	-	(9.970)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.879.484	83.026	(19.979)	115.638	123	(5.989)	141.371	-	23.344	2.217.018
Redução de Capital Social - AGE 14.08.2024		(1.600.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.600.000)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	(141.371)	-	-	(141.371)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	741.966	-	741.966
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		25	-	-	-	-	-	-	-	1.379	1.379
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações		22	-	6.741	-	-	-	-	-	-	6.741
Opção exercida		17.c)	-	-	-	-	12.998	-	-	-	12.998
Destinação do resultado:											
Juros sobre o capital próprio creditados		17.d)	-	-	-	-	-	-	(146.925)	-	(146.925)
Dividendos intermediários		17.d)	-	-	-	-	-	-	(359.829)	-	(359.829)
Dividendo adicional proposto		17.d)	-	-	-	-	-	235.212	(235.212)	-	-
Recompra de ações		17.c)	-	-	-	-	(59.588)	-	-	-	(59.588)
Custos na recompra de ações		17.c)	-	-	-	-	(49)	-	-	-	(49)
Resultado na alienação de ações em tesouraria		17.c)	-	-	(10.981)	-	-	-	-	-	(10.981)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		279.484	89.767	(30.960)	115.638	123	(52.628)	235.212	-	24.723	661.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	990.125	626.737	1.041.360	692.717
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais	23.796	-	29.053	1.325
Depreciações e amortizações	197.050	164.940	262.092	221.013
Constituição de provisão para contingências	13.723	15.166	24.642	19.387
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(25.196)	(6.253)	(23.087)	(6.572)
Equivalência patrimonial	(118.018)	(129.506)	-	-
Plano de opção de compra de ações / <i>performance share</i> / <i>matching</i>	10.185	8.517	10.185	8.517
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	9.187	(53)	4.838	(765)
Baixa e resultado no direito de uso	-	-	(2.280)	-
Assistência médica complementar	(131)	946	(253)	1.258
Juros sobre debêntures	66.663	4.011	68.994	6.467
Juros sobre empréstimos apropriados	1.046	33	1.078	309
Juros sobre aplicações financeiras	(1.089)	(118)	(1.089)	(118)
Juros sobre arrendamento mercantil	122.577	121.699	144.229	143.208
Juros sobre obrigações com poder concedente	141	488	141	488
	<u>1.290.059</u>	<u>806.607</u>	<u>1.559.903</u>	<u>1.087.234</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(51.801)	(87.764)	(33.640)	(116.380)
Estoques	(800)	(964)	(1.413)	(2.503)
Ativo fiscal corrente	(183)	23.841	(4.851)	24.771
Depósitos judiciais	162.698	10.249	164.781	4.484
Outros ativos	(4.416)	(3.470)	(21.236)	(4.609)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	18.611	44.786	36.749	41.022
Fornecedores risco sacado	-	(9.882)	-	(15.393)
Salários e obrigações sociais	37.773	(291)	38.725	(1.470)
Impostos, taxas e contribuições	(1.881)	(3.925)	(3.134)	(2.744)
Contas a pagar	-	-	(104)	311
Impostos sobre faturamento TRA	4.102	(7.724)	4.102	(7.724)
Outros passivos	(1)	-	(1)	-
	<u>1.454.161</u>	<u>771.463</u>	<u>1.739.881</u>	<u>1.006.999</u>
Pagamentos obrigações com poder concedente	(6.300)	(18.818)	(6.300)	(18.818)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(250.337)	(112.810)	(306.718)	(171.614)
Baixas de contingências com pagamento	(16.369)	(15.148)	(23.841)	(17.701)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais	<u>1.181.155</u>	<u>624.687</u>	<u>1.403.022</u>	<u>798.866</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de bens do imobilizado	(590.040)	(500.713)	(687.278)	(590.903)
Recursos provenientes de alienação de bens do imobilizado	3.077	226	9.340	1.705
Aumento de investimento líquido de redução de capital em controladas	(37.981)	(100)	-	-
Aumento do ativo intangível	(17.340)	(7.460)	(19.624)	(7.944)
Aplicações financeiras	(10.751)	(4.019)	(10.751)	(4.019)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	103.990	95.377	-	-
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento	<u>(549.045)</u>	<u>(416.689)</u>	<u>(708.313)</u>	<u>(601.161)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (Redução) de capital social	(1.599.965)	-	(1.599.965)	-
Recebimento de opções de compra de ações exercidas	(1.428)	2.206	(1.428)	2.206
Pagamento pela recompra de ações	(59.588)	(17.941)	(59.588)	(17.941)
Custos pela recompra de ações	(49)	(15)	(49)	(15)
Empréstimos captados	2.262.608	129.566	2.262.608	129.566
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(33.340)	(33.330)	(42.020)	(43.987)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.623)	(3.499)
Juros pagos por debêntures / empréstimos	(44.513)	(35.615)	(46.761)	(38.254)
Pagamentos arrendamento mercantil	(132.042)	(121.272)	(175.043)	(162.049)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<u>(668.227)</u>	<u>(310.882)</u>	<u>(668.227)</u>	<u>(310.882)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	<u>(276.544)</u>	<u>(387.283)</u>	<u>(332.096)</u>	<u>(444.855)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	<u>355.566</u>	<u>(179.285)</u>	<u>362.613</u>	<u>(247.150)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	178.046	357.331	367.481	614.631
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>533.612</u>	<u>178.046</u>	<u>730.094</u>	<u>367.481</u>
	<u>355.566</u>	<u>(179.285)</u>	<u>362.613</u>	<u>(247.150)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS (DESPESAS)				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.396.808	1.630.136	3.244.190	2.398.613
Outras receitas	13.219	1.669	23.978	4.169
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	25.196	6.253	23.087	6.572
	<u>2.435.223</u>	<u>1.638.058</u>	<u>3.291.255</u>	<u>2.409.354</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(157.318)	(114.923)	(271.353)	(206.087)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(292.897)	(213.814)	(536.053)	(418.166)
Outros	(2.552)	(198)	(3.311)	(387)
	<u>(452.767)</u>	<u>(328.935)</u>	<u>(810.717)</u>	<u>(624.640)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.982.456</u>	<u>1.309.123</u>	<u>2.480.538</u>	<u>1.784.714</u>
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÃO	(197.050)	(164.940)	(262.092)	(221.013)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>1.785.406</u>	<u>1.144.183</u>	<u>2.218.446</u>	<u>1.563.701</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	118.018	129.506	-	-
Receitas financeiras	72.036	34.035	97.624	74.779
	<u>190.054</u>	<u>163.541</u>	<u>97.624</u>	<u>74.779</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.975.460</u>	<u>1.307.724</u>	<u>2.316.070</u>	<u>1.638.480</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>1.975.460</u>	<u>1.307.724</u>	<u>2.316.070</u>	<u>1.638.480</u>
Pessoal:				
Remuneração direta	362.878	271.359	441.575	342.006
Benefícios	78.752	66.446	106.534	93.625
FGTS	21.327	15.263	26.868	19.683
	<u>462.957</u>	<u>353.068</u>	<u>574.977</u>	<u>455.314</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	409.941	227.788	542.275	365.711
Estaduais	96	88	7.975	6.412
Municipais	121.234	82.468	161.072	118.049
	<u>531.271</u>	<u>310.344</u>	<u>711.322</u>	<u>490.172</u>
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	226.586	126.912	263.544	161.140
Aluguéis	12.680	13.096	24.261	27.550
	<u>239.266</u>	<u>140.008</u>	<u>287.805</u>	<u>188.690</u>
Remuneração de capital próprio:				
Juros sobre o capital próprio	146.925	142.121	146.925	142.121
Dividendos	359.829	195.597	359.829	195.597
Dividendos adicionais propostos	235.212	141.371	235.212	141.371
Lucros retidos	-	25.215	-	25.215
	<u>741.966</u>	<u>504.304</u>	<u>741.966</u>	<u>504.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, constituída em 25 de agosto de 1998, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos, Tecon Imbituba, Terminais de Granéis Líquidos (IQI 12).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2024	31.12.2023
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	100	100

* Companhias não operacionais;

** Holding.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

<u>Efeitos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul</u>	Apesar das unidades de negócio da Santos Brasil possuírem exposição direta a rotas que passam pelo Porto de Rio Grande, o volume é pouco representativo e, portanto, não houve impactos nas operações da Companhia.
<u>Unificação dos contratos de exploração nº 05/2021, nº 07/2021 e nº 08/2021 ("Terminais de Granéis Líquidos de Itaquí/MA") com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP</u>	Em razão do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 05/2021 ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 2 de agosto de 2024, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, cujo objetivo foi a unificação dos contratos de arrendamento de nº 05/2021, 07/2021 e 08/2021, que passaram a constituir o primeiro termo aditivo ao contrato de arrendamento nº 05/2021, doravante denominado CONTRATO UNIFICADO. A unificação dos contratos não alterou prazos e valores das áreas descritas nos contratos originais, somente, o adensamento de uma área de 12.319m², com as mesmas condições dos contratos originais, no montante de R\$6.913.

<u>Compromisso de investimento decorrente do contrato de exploração nº 05/2021, ("Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui/MA") com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP</u>	Em razão dos contratos de arrendamento assinados em 4 de abril de 2022 e do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 05/2021 ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 2 de agosto de 2024, conforme informado no item anterior a Companhia assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação de investimentos estimado no montante de R\$476.174. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já investiu aproximadamente: R\$621.279 (R\$337.309 em 31 de dezembro 2023).
<u>Compromisso de investimento decorrente do contrato de exploração do Tecon 1 com a Autoridade Portuária de Santos - APS</u>	Em razão do 7º Termo Aditivo ("Sétimo Termo Aditivo") ao Contrato de Arrendamento do Tecon Santos ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com a União ("Poder Concedente"), por intermédio da SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, que estabeleceu um novo cronograma de investimentos ao Contrato de Arrendamento, passando o prazo final de execução dos investimentos relacionados à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2031 e investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já investiu aproximadamente R\$1.269.021 (R\$968.454 em 31 de dezembro 2023).
<u>Compromisso de investimento decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP</u>	Em razão do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado em 16 de novembro de 2017, entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2024 foram no montante de R\$211.740 (R\$134.169 em 31 de dezembro de 2023).
<u>Participação acionária</u>	Em 22 de setembro de 2024, a Companhia em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, comunicação conjunta enviada pelas partes abaixo identificadas, informando a celebração do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" ("Contrato"), tendo por objeto a compra e venda ("Operação") de (i) 214.991.864 ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), e (ii) 39.779.406 Global Depositary Receipts - GDRs (que possuem, como valores mobiliários subjacentes, 198.897.030 ações ordinárias de emissão da Companhia) ("GDRs"; e, em conjunto com as Ações, os "Valores Mobiliários"): Como "Vendedores", de um lado, (i) Emerging Markets Investments CV; o Grupo OHDF, composto por (ii) Opportunity Ações Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I, (iii) Opportunity Lógica Master Fundo de Investimento em Ações, (iv) OPP I Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I Investimento no Exterior, (v) Opportunity Log II Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I Investimento no Exterior; o Grupo OPEG, composto por (vi) Opportunity Global II - Fundo de Investimento Financeiro em Ações – Responsabilidade Limitada, (vii) Opportunity Dinâmico II - Fundo de Investimento Financeiro em Ações - Responsabilidade Limitada, (viii) OPEG Spectrum Fundo de Investimento Financeiro de Ações - Responsabilidade Limitada; o Grupo OGR, composto por (ix) TG II Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior, (x) Opportunity SLQ Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior; o Grupo Opportunity, composto por (xi) Opportunity Invest II LTDA., (xii) Ancoradouro da Ponta Ltda., e (xiii) Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda.; e, de outro lado, CMA Terminals Atlantic S.A. e CMA Terminals ("Compradores"), e sua controladora CMA CGM. O Grupo CMA CGM é líder global em soluções marítimas, terrestres, aéreas e logísticas, com sede em Marselha (França). Como a terceira maior empresa de transporte marítimo de contêineres do mundo em termos de capacidade e um dos cinco maiores players globais de logística, a CMA CGM opera em 160 países e emprega 160.000 pessoas globalmente. A CMA CGM também é uma das principais operadoras

	globais de terminais multiuso, com investimentos em aproximadamente 60 terminais ao redor do mundo. Os termos pactuados na Operação envolvem a aquisição dos Valores Mobiliários considerando o preço de R\$15,30 por Ação (correspondente a um preço agregado de R\$6.332.500), pagos em dinheiro, sujeito a ajustes positivos e negativos até a data de fechamento da Operação, conforme critérios de ajuste de preço determinados no Contrato por um mecanismo de <i>locked-box</i>, inclusive: (i) Um acréscimo incondicional no valor fixo de R\$0,50/ação referente a resultados do exercício social de 2024; (ii) um acréscimo diário de R\$0,0023288/ação, apenas se o fechamento acontecer depois de 31 de dezembro de 2024, por cada dia corrido desde 1º de janeiro de 2025 até o dia do fechamento; (iii) um decréscimo de R\$1.8516098 por ação, quando for paga a redução de capital aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de agosto de 2024; (iv) um decréscimo no mesmo valor por ação de quaisquer distribuições ou devoluções de capital adicionais a partir de 30 de junho de 2024, exceto pela distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de agosto de 2024, no valor de R\$0,2422268587/ação; e (v) um potencial decréscimo de até R\$0,20679 por ação, a depender da solução de determinados processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia; O preço por ação será integralmente pago à vista na data de fechamento da Operação, quando será conhecido e divulgado o preço final por Ação. O fechamento da Operação está sujeito a condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo a obtenção de aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e autoridades portuárias aplicáveis. A comunicação informa ainda que os Vendedores, que atuam de forma independente e se associaram exclusivamente para a maximização dos benefícios econômicos na Operação, negociaram, em benefício de todos os acionistas da Companhia, a obrigação dos Compradores de realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações remanescentes de emissão da Companhia, pelo mesmo preço por ação e condições oferecidas aos Vendedores na Operação, tendo os Compradores decidido e se obrigado a realizar oferta pública de aquisição de ações nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76 e do art. 37 do Regulamento do Novo Mercado ("OPA"), obrigando-se a protocolar o pedido de registro da OPA na CVM em até 30 dias contados da data de fechamento da Operação. A fim de viabilizar a Operação, e considerando os benefícios que trará aos acionistas, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (em reunião realizada em 20 de setembro de 2024) a celebração de instrumento particular para cooperar na obtenção das aprovações exigidas por autoridades governamentais para o fechamento da Operação, bem como a conduzir seus negócios no curso normal até o fechamento da Operação. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, em 28 de setembro de 2024, carta da CEVA Logistics ("CEVA"), informando a aquisição de 26.840.000 ações, equivalentes a 3,1% das ações ordinárias da Companhia ("Ações Adquiridas"). A CEVA é uma entidade sob controle comum com a CMA Terminals Atlantic S.A., CNPJ/MF 56.951.066/0001-11 ("CMA Atlantic") e CMA Terminals ("CMA Terminals"), ambos compradores sob um determinado "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" ("Contrato") (conforme divulgado pela Companhia, via Fato Relevante, em 22 setembro de 2024) referente a (i) 214.991.864 ações ordinárias da Companhia, e (ii) 39.779.406 Global Depositary Receipts – GDRs que possuem, como títulos subjacentes, 198.897.030 ações ordinárias da Companhia. CEVA, CMA Atlantic e CMA Terminals são todas entidades controladas pela CMA CGM, uma empresa francesa inscrita no registro comercial e empresarial de Marselha (França) sob o número 562 024 422, com sede em 4 Boulevard Jacques Saade, Quai Arenc 13002 Marselha ("CMA CGM"). Ao fechar a transação prevista no Contrato (que está sujeita a determinadas condições previamente divulgadas no Fato Relevante de 22 de setembro de 2024), as ações
--	---

	adquiridas e as ações a serem adquiridas no âmbito do Contrato, representarão a equivalência de 51% do Capital Social da Companhia. Para fins do artigo 12 da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, a CEVA, CMA Atlantic e a CMA Terminais informam: (i) Ao fechar a transação prevista no Contrato, as entidades controladas pela CMA CGM serão titulares de ações (e/ou GDRs) representativas da maioria do capital social da Companhia (considerando o atual capital social). Além das Ações Adquiridas e das ações a serem adquiridas no fechamento da transação prevista no Contrato, conforme divulgado no Fato Relevante de 22 de setembro de 2024, será apresentada pela CMA Atlantic e/ou CMA Terminais, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações nos termos do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e artigo 37 do Novo Mercado; (ii) além do Contrato, nenhum acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia foram realizadas pela CEVA, CMA Atlantic e/ou CMA Terminais; (iii) Para evitar dúvidas, a CEVA garante que nenhum direito de voto associado às ações adquiridas será exercido além do permitido pela lei aplicável até as aprovações antitruste e regulatórias necessárias. Em 18 de dezembro de 2024, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) aprovou a transferência do controle societário dos contratos de arrendamento sob titularidade da Companhia para o Grupo CMA CGM, conforme decisão publicada no Diário Oficial da União. Todavia, a conclusão da transferência do controle societário da Companhia para o Grupo CMA CGM fica condicionada à aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Até 31 de dezembro de 2024, não houve nenhum impacto nas demonstrações financeiras como resultado dessa reestruturação societária.
--	--

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards* - IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 1 - contexto: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 16 - classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 e 12 - teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis de imobilizado e intangível;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 23 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 25 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 22 - Plano de opção de compra de ações; e
- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras, individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas.

c) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembaraço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos
patrimoniais a
VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento***Ativos financeiros***

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

e) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros.

f) Estoques

Os estoques estão representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias de circulante em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim “Obrigações com poder concedente”.

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são arrendadores intermediários, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento circulante que a Companhia e suas controladas, como arrendatários, contabilizam aplicando a isenção descrita acima e classificam o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicarão o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia e suas controladas como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

k) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão portuária, sendo os contratos da Tecon Santos, Tecon Imbituba, Terminal de Carga Geral Imbituba e Terminais de Graneis Líquidos Itaquí alocados na controladora e os contratos Terminal de Veículos - TEV e Tecon Vila do Conde alocados em suas controladas Terminal de Veículos de Santos S.A. e Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., respectivamente. Adicionalmente, também foi definido com uma UGC, as operações de logística realizadas unicamente pela sua controlada Santos Brasil Logística S.A. A base para avaliação e testes anuais é 31 de dezembro.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("*vesting date*").

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("*non-vesting conditions*"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 4.e).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 25.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

t) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e suas controladas consideram os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisam os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

u) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

Alterações nas normas de contabilidade

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores - esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre esses acordos.

Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir:

- IFRS S1: *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2: *Climate-related Disclosures*. No Brasil, foram endossados pela CVM por meio da Resolução nº 193 emitida em 2023, que estabelece as principais diretrizes a serem observadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias brasileiras;
- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - substitui o IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação das demonstrações financeiras, especialmente na demonstração do resultado do exercício;
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (Divulgações) - permite que entidades elegíveis optem por aplicar requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS;

- CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - a atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo mudanças nas normas internacionais; A ICPC 09, que não tinha correspondência direta com normas do IASB, foi atualizada para alinhar sua redação com as mudanças posteriores observadas nos documentos do CPC; e
- CPC 02(R2): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - incorpora alterações do IASB relacionadas ao *Lack of Exchangeability*, afetando o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam sobre procedimentos para moedas não conversíveis, estabelecendo que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes e está avaliando a adoção das normas acima. Nesse momento, exceto pela norma S1 S2 que gerarão relatórios e informações adicionais a serem divulgadas pela administração, a Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber - controladora

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	5.514	6.395
Terminal de Veículos de Santos S.A.	8.543	7.654
Santos Brasil Logística S.A.	14.019	16.745
	<u>28.076</u>	<u>30.794</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	6.530	1.194	6.775	1.589
Contas correntes (II)	2.042	1.798	2.042	1.798
	<u>8.572</u>	<u>2.992</u>	<u>8.817</u>	<u>3.387</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	176	374	6.775	1.589
Contas correntes (II)	-	-	2.042	1.798
	<u>176</u>	<u>374</u>	<u>8.817</u>	<u>3.387</u>

(*) Representam valores de transações entre a controladora e suas controladas, assim como entre as controladas que são eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 4.c), em condições comerciais acordadas entre as partes, e venda de ativo entre a controlada Convicon e a controladora;
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

	31.12.2024		31.12.2023	
	R\$ mil	Contêineres	R\$ mil	Contêineres
<u>Tecon Santos para Santos Brasil Logística</u>				
Inspeção não invasiva de contêineres	1.492	28.298	1.266	25.119
Monitoramento reefers	57	167	187	297
	1.549	28.465	1.453	25.416
<u>Santos Brasil Logística para Tecon Santos</u>				
Transporte de contêineres	12.220	10.791	7.182	7.531
Agenciamento de carga	251	8.470	232	8.464
	12.471	19.261	7.414	15.995
<u>Santos Brasil Logística para Tecon Vila do Conde</u>				
Transporte de contêineres	907	17	-	-
	907	17	-	-

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.762	27.503	3.013	17.378
Outros benefícios	-	1.488	-	1.315
Plano de opção de compra de ações /				
Plano de incentivo atrelado a ações	-	10.186	-	8.516
Total	2.762	39.177	3.013	27.209
	Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios circulante	2.762	28.927	3.013	19.622
Outros benefícios	-	1.566	-	1.445
Plano de opção de compra de ações /				
Plano de incentivo atrelado a ações	-	10.186	-	8.516
Total	2.762	40.679	3.013	29.583

Nos valores da remuneração da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores acionistas possuem 0,97% (0,79% em 31 de dezembro de 2023) das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição, refeições prontas, vale brinquedo e cesta de Natal. Em 31 de dezembro de 2024, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$90.567 (R\$77.563 em 31 de dezembro de 2023).

A filial operacional Tecon Santos, Terminais de Granéis Líquidos de Itaquí e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$34.335 (R\$16.144 em 31 de dezembro de 2023).

f) Avais e fianças

A Companhia concede garantias às suas controladas conforme segue:

		31.12.2024 (*)	31.12.2023
	EUR	R\$ Mil	R\$ Mil
Devedor solidário da aquisição de guindaste	3.635	-	19.453
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio	678	-	3.628
Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio	271	-	1.450
	4.584	-	24.531

(*) Garantias finalizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

<u>Saldos</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos	9.685	14.250	22.572	17.462
Aplicações financeiras	523.927	163.796	707.522	350.019
Total	533.612	178.046	730.094	367.481

<u>Natureza das aplicações financeiras</u>	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Certificado de depósito bancário - CDB	2024	-	108.350	-	235.640
	2025	357.147	42.705	530.350	101.638
	2026	63.581	12.741	73.973	12.741
	2028	13.011	-	13.011	-
	2029	50.188	-	50.188	-
		483.927	163.796	667.522	350.019
Compromissada	2025	40.000	-	40.000	-
		40.000	-	40.000	-
Total		523.927	163.796	707.522	350.019

b) Outras aplicações financeiras - Não circulante

<u>Saldos</u>	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Aplicações financeiras	15.974	4.136

<u>Natureza das outras aplicações financeiras</u>	Vencimento	Controladora e Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Certificado de depósito bancário - CDB	2040	15.974	4.136

Como exigibilidade contratual do financiamento FNE, a Companhia possui uma conta corrente restrita denominada "conta reserva", cedida fiduciariamente ao banco credor o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, cujo saldo no montante de R\$15.974 deverá ser mantido durante todo o prazo contratual, na equivalência de 3% (três por cento) dos valores efetivamente desembolsados. Tais recursos são considerados como outras aplicações financeiras não circulantes, via CDB's e/ou Fundos de baixo risco.

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e Compromissada, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2024. As aplicações variaram de 94,00% a 102,50% do CDI (97,00% a 103,00% em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de “Caixa e Equivalentes de Caixa” e as “Aplicações Financeiras” são mantidos com bancos que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado nas agências de *rating* S&P (*Standard & Poor's*) e *Fitch Ratings* e *Moody's*.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de clientes	248.097	190.471	326.227	280.474
Contas a receber de clientes a faturar	31.193	15.218	38.724	24.584
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	6.530	1.194	-	-
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(3.397)	(1.457)	(5.550)	(2.384)
Total	282.423	205.426	359.401	302.674

Em 31 de dezembro de 2024, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$6.775 (R\$1.589 em 31 de dezembro de 2023), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Créditos a vencer	257.574	167.192	320.116	252.345
Créditos em atraso até 60 dias	22.287	33.990	33.392	45.751
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	883	2.806	959	3.294
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.069	813	4.642	2.071
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	1.986	234	4.336	88
Créditos em atraso há mais de 361 dias	1.021	1.848	1.506	1.509
Total	285.820	206.883	364.951	305.058

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas no resultado na controladora e no consolidado:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2022	15.070	18.011
Adições (reversões), líquidas	(6.253)	(6.572)
Baixas	(7.360)	(9.055)
Saldo em 31.12.2023	1.457	2.384
Adições (reversões), líquidas	5.232	10.500
Baixas	(3.292)	(7.334)
Saldo em 31.12.2024	3.397	5.550

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Material de manutenção	23.296	22.002	30.762	28.889
Material administrativo	211	210	360	347
Material de segurança	355	352	616	570
Outros	508	1.006	825	1.344
Total	24.370	23.570	32.563	31.150

Os estoques são, quando aplicável, apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de obsolescência e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	7.550	8.808
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	6.040	6.214

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2024 apenas uma parcela a ser recebida, no montante de R\$7.550 (R\$7.200 em 31 de dezembro de 2023), corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

Em 1º de setembro de 2022, a controlada Santos Brasil Logística, firmou contrato de cessão de direitos creditórios com os antigos acionistas controladores para mitigar o custo relacionado à pendência originada de débito de impostos de competência do município de Santos, no estado de São Paulo. A cessão oriunda do processo nº 0203493-71.1998.4.03.6104 em trâmite na 3ª Vara Federal de Santos, no montante de R\$1.409, corrigido conforme SELIC e operará como medida compensatória ao adimplemento de obrigação referente ao débito de Imposto Territorial Predial Urbano - IPTU, no montante de R\$912. O contrato prevê que os valores de diferença dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos acionistas controladores. Em junho de 2024, a Companhia recebeu o precatório oriundo do processo nº 0203493-71.1998.4.03.6104, no montante de R\$1.599, e em setembro de 2024 foi realizado o repasse aos antigos acionistas controladores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo não circulante, no montante de R\$6.040 (R\$6.214 em 31 de dezembro de 2023), foi ajustado considerando a correção monetária e os recebimentos ocorridos durante o ano. Os contratos preveem que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	909	202	1.196	375
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	47	602	5.943	1.733
Outros	132	101	490	670
Total do circulante	1.088	905	7.629	2.778

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$1.196 (R\$375 em 31 de dezembro de 2023), referiam-se, principalmente: (i) a aplicações financeiras do exercício vigente da Companhia, no montante de R\$685; (ii) ao levantamento dos depósitos judiciais da Companhia referentes ao faturamento TRA, conforme processo nº 0008783-19.2005.4.03.6100, no montante de R\$218.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$5.943 (R\$1.733 em 31 de dezembro de 2023), referiam-se, principalmente: (i) ao incentivo fiscal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") da controlada Tecon Vila do Conde iniciado em 2024, no montante de R\$5.467; (ii) ao reconhecimento IRPJ e CSLL sobre a SELIC pagos indevidamente pela controlada Tecon Vila do Conde, no montante de R\$352 (R\$326 em 31 de dezembro de 2023), conforme decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187. Tais créditos serão compensados durante os próximos 12 meses.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Movimentação dos saldos - a partir de 1º de janeiro de 2023

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	114	67	108.143	184.236	195.175	487.735
Aporte de capital	100	-	-	-	-	100
Equivalência patrimonial	(133)	(19)	26.927	70.506	32.225	129.506
Dividendos complementares (*)	-	-	-	(40.053)	(28.296)	(68.349)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(6.395)	(16.745)	(7.653)	(30.793)
Passivo atuarial	-	-	477	1.930	13	2.420
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81	48	129.152	199.874	191.464	520.619
Aporte de capital	200	200	-	7.581	-	7.981
Adiantamento para futuro aumento capital	-	-	30.000	-	-	30.000
Equivalência patrimonial	(115)	(79)	23.218	59.026	35.968	118.018
Dividendos complementares (**)	-	-	-	(50.236)	(22.960)	(73.196)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.514)	(14.019)	(8.543)	(28.076)
Passivo atuarial	-	-	53	490	8	551
Saldo em 31 de dezembro de 2024	166	169	176.909	202.716	195.937	575.897

(*) Conforme AGO de 28 de abril de 2023.

(**) Conforme AGO de 26 de abril de 2024.

Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

b) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2024

	Numeral 80 Participações S.A. (a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. (a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.830	770	84.484	133.955	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	1.263.066	770.000	84.484.349	122.827.717	204.269.217
Preferenciais	566.934	-	-	122.827.716	-
(Prejuízo) lucro líquido do período	(115)	(79)	23.218	59.026	35.968
Patrimônio líquido	166	169	176.909	202.716	195.937
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	166	169	176.909	202.716	195.937
Ativo circulante	44	170	40.116	146.478	130.962
Ativo não circulante	123	-	249.513	213.622	202.297
Total do ativo	167	170	289.629	360.100	333.259
Passivo circulante	1	1	43.269	91.951	34.461
Passivo não circulante	-	-	69.451	65.433	102.861
Total do passivo	1	1	112.720	157.384	137.322
Receita líquida	-	-	174.925	450.493	117.897
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(115)	(79)	23.218	59.026	35.968

(a) Controladas com atividades operacionais paralisadas.

11. IMOBILIZADO

	Controladora												
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,8	7,4	-	20	-	5,8 - 10	10	20	1,7	21	5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	498.678	171.821	488.799	10.600	23.850	49.260	1.755	181	1.760	1.515	1.141.103	23	2.389.345
Movimentações													
Aquisições / transferências	347.098	28.908	145.152	5.933	-	3.957	450	1.568	-	92	39.592	72	572.822
Baixas	-	(12)	(125)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(138)
Reclassificações (***)	-	(1)	(2.560)	1.410	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1.152)
Depreciações	(41.993)	(22.386)	-	(4.128)	-	(4.943)	(250)	(331)	(35)	(533)	(61.113)	(32)	(135.744)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	803.783	178.330	631.266	13.814	23.850	48.274	1.955	1.418	1.725	1.074	1.119.581	63	2.825.133
Saldos em 31 de dezembro de 2023													
Custo	1.350.920	599.759	631.266	61.513	23.850	80.184	11.653	3.191	1.955	2.525	1.530.788	417	4.298.021
Depreciação acumulada	(547.137)	(421.429)	-	(47.699)	-	(31.910)	(9.698)	(1.773)	(230)	(1.451)	(411.207)	(354)	(1.472.888)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	803.783	178.330	631.266	13.814	23.850	48.274	1.955	1.418	1.725	1.074	1.119.581	63	2.825.133
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4,8	6,1	-	20	-	6,0 - 10	10	20	-	21,3	3 - 6,9	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	803.783	178.330	631.266	13.814	23.850	48.274	1.955	1.418	1.725	1.074	1.119.581	63	2.825.133
Movimentações													
Aquisições / transferências	137.651	289.093	125.900	12.791	-	55.280	579	582	-	2.569	55.703	17	680.165
Baixas	(776)	(390)	(846)	(22)	(8.439)	-	-	-	(1.695)	-	-	-	(12.168)
Reclassificações (***)	-	-	(6.183)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.183)
Depreciações	(53.764)	(35.703)	-	(6.094)	-	(4.241)	(302)	(483)	(30)	(1.088)	(75.000)	(19)	(176.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	886.894	431.330	750.137	20.489	15.411	99.313	2.232	1.517	-	2.555	1.100.284	61	3.310.223
Saldos em 31 de dezembro de 2024													
Custo	1.486.142	833.903	750.137	74.173	15.411	134.417	12.155	3.772	-	5.096	1.586.493	434	4.902.133
Depreciação acumulada	(599.248)	(402.573)	-	(53.684)	-	(35.104)	(9.923)	(2.255)	-	(2.541)	(486.209)	(373)	(1.591.910)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	886.894	431.330	750.137	20.489	15.411	99.313	2.232	1.517	-	2.555	1.100.284	61	3.310.223

(*) O montante de R\$886.894 na rubrica de "Benfeitorias em imóveis de terceiros", refere-se principalmente, à imobilização de parte da expansão do Tecon Santos, liberada em 27 de julho de 2023.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. O montante de R\$750.137 refere-se à investimentos da Companhia, aplicados principalmente, na expansão do Tecon Santos referente à compra de novos equipamentos e nos Terminais de Granéis Líquidos de Itaquí.

(***) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Direito de uso - Contratos de Concessão

	Direito de uso - Controladora					
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Direito de uso - IQI03 (**)	Direito de uso - IQI11 (**)	Direito de uso - IQI12
Taxa média de depreciação (% a.a.)	3	6,8	5,6	5	5	5
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244
Movimentações						
Aquisições / transferências	28.668	17.533	248	(4.049)	(1.586)	(1.222)
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	(1)
Depreciações	(21.659)	(36.882)	(718)	977	(1.709)	(1.122)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899
Saldos em 31 de dezembro de 2023						
Custo	725.890	543.834	12.795	62.017	109.897	76.355
Depreciação acumulada	(187.947)	(195.492)	(6.737)	(5.298)	(9.277)	(6.456)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899
Taxa média de depreciação (% a.a.)	3	6,9	5,7	-	-	5
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899
Movimentações						
Aquisições / transferências	25.505	14.546	193	1.466	1.340	12.653
Reclassificações – Unificação (**)	-	-	-	(61.638)	(109.551)	171.189
Depreciações	(22.856)	(38.517)	(743)	3.453	7.591	(23.928)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	540.592	324.371	5.508	-	-	229.813
Saldos em 31 de dezembro de 2024						
Custo	751.398	558.379	12.988	-	-	263.728
Depreciação acumulada	(210.806)	(234.008)	(7.480)	-	-	(33.915)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	540.592	324.371	5.508	-	-	229.813

(*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(**) Contratos IQI03 e IQI11 unificados ao contrato IQI12 em agosto de 2024, conforme nota explicativa nº 1.1.

	Consolidado												
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso – Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	5	7,9	-	20	-	5,8 - 10	10	20	1,7 - 2,2	12 - 23	3 - 7,2	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	583.532	212.825	502.092	18.333	50.275	53.768	8.825	181	18.328	58.071	1.365.500	101	2.871.831
Movimentações													
Aquisições / transferências	366.502	86.195	144.706	15.784	-	4.528	3.866	1.568	-	6.988	64.089	176	694.402
Baixas	-	(594)	(297)	-	-	(14)	-	-	-	-	-	-	(905)
Reclassificações (***)	-	(1)	(2.739)	2.296	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(445)
Depreciações	(50.212)	(29.222)	-	(6.782)	-	(5.990)	(2.134)	(331)	(539)	(13.991)	(81.907)	(72)	(191.180)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	899.822	269.203	643.762	29.631	50.275	52.292	10.557	1.418	17.789	51.068	1.347.681	205	3.373.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023													
Custo	1.490.662	770.521	643.762	91.165	50.275	102.029	65.696	3.339	27.138	97.296	1.927.157	1.030	5.270.070
Depreciação acumulada	(590.840)	(501.318)	-	(61.534)	-	(49.737)	(55.139)	(1.921)	(9.349)	(46.228)	(579.476)	(825)	(1.896.367)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	899.822	269.203	643.762	29.631	50.275	52.292	10.557	1.418	17.789	51.068	1.347.681	205	3.373.703
Taxa média de depreciação (% a.a.)	5	6,4	-	20	-	6,0 - 10	10	20	2,2	13,9 - 75,0	3,0 - 7,4	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	899.822	269.203	643.762	29.631	50.275	52.292	10.557	1.418	17.789	51.068	1.347.681	205	3.373.703
Movimentações													
Aquisições / transferências	140.900	290.156	204.407	18.128	7.582	55.659	1.095	1.186	-	19.571	63.429	17	802.130
Baixas (****)	(1.266)	(1.748)	(903)	(22)	(8.439)	(9)	-	-	(1.695)	(12.215)	-	-	(26.297)
Reclassificações (****)	-	-	(8.011)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.011)
Depreciações	(62.896)	(47.410)	-	(11.192)	-	(4.851)	(1.368)	(494)	(535)	(15.525)	(96.625)	(57)	(240.953)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	976.560	510.201	839.255	36.545	49.418	103.091	10.284	2.110	15.559	42.899	1.314.485	165	3.900.572
Saldos em 31 de dezembro de 2024													
Custo	1.628.485	991.993	839.255	109.160	49.418	156.574	66.637	4.523	25.184	75.931	1.990.590	1.048	5.938.798
Depreciação acumulada	(651.925)	(481.792)	-	(72.615)	-	(53.483)	(56.353)	(2.413)	(9.625)	(33.032)	(676.105)	(883)	(2.038.226)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	976.560	510.201	839.255	36.545	49.418	103.091	10.284	2.110	15.559	42.899	1.314.485	165	3.900.572

(*) O montante de R\$976.560 na rubrica de "Benfeitorias em imóveis de terceiros", refere-se principalmente, à imobilização de parte da expansão do Tecon Santos, liberada em 27 de julho de 2023.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. O montante consolidado de R\$839.255 é composto por: (i) R\$750.137 referente à investimentos da Companhia, aplicados principalmente, na expansão do Tecon Santos referente à compra de novos equipamentos e nos Terminais de Granéis Líquidos de Itaquí.; (ii) R\$9.364 referente à controlada Santos Brasil Logística; (iii) R\$79.034 referente à investimentos da controlada Convicon, aplicados principalmente, em equipamentos; e (iv) R\$720 referente à controlada Terminal de Veículos/TEV.

(***) O montante de R\$12.215, refere-se ao cancelamento do contrato de aluguel do CD Imigrantes, devido à descontinuidade de suas operações.

(****) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Direito de uso - Contratos de Concessão

	Direito de uso - Consolidado							
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Direito de uso - IQI03 (**)	Direito de uso - IQI11 (**)	Direito de uso - IQI12	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV
Taxa média de depreciação (% a.a.)	3	6,8	5,6	5	5	5	7,2	5
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	24.672	199.725
Movimentações								
Aquisições / transferências	28.668	17.533	248	(4.049)	(1.586)	(1.222)	2.504	21.993
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Depreciações	(21.659)	(36.882)	(718)	977	(1.709)	(1.122)	(2.420)	(18.374)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899	24.756	203.344
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo	725.890	543.834	12.795	62.017	109.897	76.355	33.409	362.960
Depreciação acumulada	(187.947)	(195.492)	(6.737)	(5.298)	(9.277)	(6.456)	(8.653)	(159.616)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899	24.756	203.344
Taxa média de depreciação (% a.a.)	3	6,9	5,7	-	-	5	7,4	5,1
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899	24.756	203.344
Movimentações								
Aquisições / transferências	25.505	14.546	193	1.466	1.340	12.653	2.226	5.500
Reclassificações - Unificação (**)	-	-	-	(61.638)	(109.551)	171.189	-	-
Depreciações	(22.856)	(38.517)	(743)	3.453	7.591	(23.928)	(2.640)	(18.985)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	540.592	324.371	5.508	-	-	229.813	24.342	189.859
Saldos em 31 de dezembro de 2024								
Custo	751.398	558.379	12.988	-	-	263.728	35.636	368.461
Depreciação acumulada	(210.806)	(234.008)	(7.480)	-	-	(33.915)	(11.294)	(178.602)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	540.592	324.371	5.508	-	-	229.813	24.342	189.859

(*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(**) Contratos IQI03 e IQI11 unificados ao contrato IQI12 em agosto de 2024, conforme nota explicativa nº 1.1.

Análise de recuperabilidade de ativo

Em 31 de dezembro de 2024, foi efetuado teste de recuperação das UGCs, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) das UGCs considerando o orçamento anual para o exercício de 2025 e o planejamento de longo prazo até o final dos contratos de concessão portuária de cada respectiva UGC, elaborado com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	2025	2026	2027	2028	2029
Tecon Santos, Tecon (i)	13,77%	0,11%	4,24%	4,24%	4,24%
Tecon Imbituba (ii)	27,89%	4,10%	47,59%	4,10%	4,10%
Terminal de Carga Geral Imbituba (iii)	-53,35%	108,75%	8,26%	2,00%	2,00%
Terminais de Graneis Líquidos Itaquí (iv)	85,57%	39,29%	8,63%	6,67%	7,45%
Terminal de Veículos/TEV (v)	8,37%	2,94%	3,00%	3,08%	3,16%
Tecon Vila do Conde (vi)	8,55%	5,29%	5,35%	5,42%	5,49%

(i) Crescimento de volumes do Tecon Santos tem incremento em 2025 pelo avanço do projeto de expansão. Em 2026 atinge ocupação máxima até a finalização das obras que, uma vez concluídas segue a elasticidade histórica do crescimento do Porto de Santos e PIB brasileiro a partir de 2027;

(ii) Crescimento apontado em 2025 se dá pelo efeito de anualização de novos clientes com contratos firmados ao longo de 2024 e normalização dos volumes de Cabotagem da carga containerizada de arroz da produção do Rio Grande do Sul que teve suas colheitas reduzidas em função das enchentes em 2024. No médio prazo, com a requalificação do terminal em seus equipamentos e retroárea previstos para 2025, projeta-se a atração de nova linha de Cabotagem em 2027. A partir de 2028, crescimento conforme Plano Mestre;

(iii) Queda pontual dos volumes a ser revertido em 2026 devido a rotatividade da carteira de clientes;

(iv) Ramp-up de volumes em função das expansões de capacidade e plano de conclusão de obras ao final do exercício 2025. Evolução gradual da ocupação da nova capacidade pelo esforço comercial de atrair novos clientes e otimização de giros do terminal;

(v) Volume de importação atrelado a projeção do crescimento do PIB e de exportação, ao crescimento histórico. Recuperação econômica da Argentina considerada para o aumento da expectativa de exportações;

(vi) Considera o crescimento do volume de importação em função da maior abertura comercial, bem como o aumento da adoção de cabotagem no Arco Norte, graças a consolidação do novo marco regulatório setorial (BR do mar).

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2024 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto:	7,65%	7,73%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados atualizados.

O valor recuperável estimado das UGCs são superiores ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa acima e na nota explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2024. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo. Um aumento (redução) da WACC em 1% resultaria em um aumento (redução) no valor justo das UGCs de, em média, 6,9% com um desvio padrão de 2,9%.

Outras divulgações sobre o ativo imobilizado

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$31.852 (R\$32.423 em 31 de dezembro de 2023), sendo compostos por: (i) R\$22.027 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis as imobilizações (R\$2.695 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) R\$9.825 referente aos não diretamente atribuíveis (R\$29.728 em 31 de dezembro de 2023); a taxa média de juros desses empréstimos e financiamentos é de 8,50% a.a. (13,76% em 31 de dezembro 2023), conforme nota explicativa nº 13. A Companhia possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas ("*Rubber Tyred Gantry - RTG*"), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2024, tinha o valor contábil de R\$116 (R\$232 em 31 de dezembro de 2023).

12. INTANGÍVEL

	Controladora							
	Vida útil definida							
	Direito de exploração (a)		Ágio de incorporação		Softwares	Outros intangíveis		
	Saboó 42.000m² (**)	Saboó 64.412m² (**)	Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento (***)	Total
Taxa de amortização (%)	32	37	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	18.220	25.011	120.702
Movimentações								
Aquisições/transferências	12.845	5.492	-	-	-	27.741	(20.281)	25.797
Baixas	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	2.438	(1.288)	1.150
Amortizações	(13.360)	(5.726)	(2.486)	(172)	(828)	(6.624)	-	(29.196)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	41.775	3.407	118.418
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo	41.368	15.550	321.264	37.760	18.983	76.032	3.407	514.364
Amortização acumulada	(37.720)	(13.989)	(261.810)	(36.083)	(12.087)	(34.257)	-	(395.946)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	41.775	3.407	118.418
Taxa de amortização (%)	-	-	3,1	6,3	4,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	41.775	3.407	118.418
Movimentações								
Aquisições/transferências	-	-	-	-	-	6.926	10.414	17.340
Baixas	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)
Reclassificações (*)	-	-	-	-	-	6.183	-	6.183
Amortizações	(3.648)	(1.561)	(2.486)	(171)	(830)	(11.630)	-	(20.326)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	56.968	1.506	6.066	43.158	13.821	121.519
Saldos em 31 de dezembro de 2024								
Custo	-	-	321.264	37.761	18.982	89.007	13.821	480.835
Amortização acumulada	-	-	(264.296)	(36.255)	(12.916)	(45.849)	-	(359.316)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	56.968	1.506	6.066	43.158	13.821	121.519

(*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(**) Contratos de direito de exploração encerrados em abril de 2024.

(***) O montante de R\$10.414, referem-se principalmente a investimentos da Companhia, aplicados em *softwares*.

	Consolidado							
	Vida útil definida						Vida útil indefinida	Total
	Direito de exploração (a)		Ágio de incorporação			Softwares	Outros intangíveis	
	Saboó 42.000m ² (***)	Saboó 64.412m ² (***)	Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento (****)	
								Ágio nas aquisições (b) Santos Brasil Logística (*)
Taxa de amortização (%)	32	37	3,1	6,3	4,4	20	-	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	4.163	1.795	61.940	1.849	7.724	20.159	26.009	39.465
Movimentações								
Aquisições/transferências	12.845	5.492	-	-	-	28.206	(20.262)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(35)	-
Reclassificações (**)	-	-	-	-	-	2.617	(2.172)	-
Amortizações	(13.360)	(5.726)	(2.486)	(172)	(828)	(7.261)	-	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	43.721	3.540	39.465
Saldos em 31 de dezembro de 2023								
Custo	41.368	15.550	321.264	37.760	18.983	88.568	3.540	47.576
Amortização acumulada	(37.720)	(13.989)	(261.810)	(36.083)	(12.087)	(44.847)	-	(8.111)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	43.721	3.540	39.465
Taxa de amortização (%)	-	-	3,1	6,3	4,4	20	-	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	3.648	1.561	59.454	1.677	6.896	43.721	3.540	39.465
Movimentações								
Aquisições/transferências	-	-	-	-	-	9.090	10.534	-
Baixas	-	-	-	-	-	(96)	-	-
Reclassificações (**)	-	-	-	-	-	8.011	-	-
Amortizações	(3.648)	(1.561)	(2.486)	(171)	(830)	(12.443)	-	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	56.968	1.506	6.066	48.283	14.074	39.465
Saldos em 31 de dezembro de 2024								
Custo	-	-	321.264	37.761	18.982	104.406	14.074	47.576
Amortização acumulada	-	-	(264.296)	(36.255)	(12.916)	(56.123)	-	(8.111)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	56.968	1.506	6.066	48.283	14.074	39.465

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(***) Contratos de direito de exploração encerrados em abril de 2024.

(****) O montante consolidado de R\$10.534, referem-se principalmente a investimentos da Companhia, aplicados em *softwares*.

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Saboó, desde 15 de maio de 2020 e sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento.

(b) Ágio nas aquisições

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2025 e o planejamento de longo prazo até 2028 + perpetuidade, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- A expectativa da taxa de crescimento de volume para os CLIA's é de 7,97% para 2025;
- Projeção de queda de volumes no Centro de Distribuição de 36,40% em 2025, queda importante, mas momentânea gerada por rotação de carteira de clientes;
- Em 2025 as unidades de Transportes consolidadas terão crescimento de 12,58%;
- Para os demais anos, não foi projetado crescimento de volumes para nenhum negócio;
- Concentração nas ações em custos com ganhos de eficiência e renegociações com clientes (tarifas ou mix de cargas);
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA (LAJIDA) como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2024 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto:	7,65%	7,73%

A taxa de desconto utilizada se deu por meio das taxas WACC divulgadas pelas entidades financeiras que acompanham a Companhia com dados de mercados.

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais, nesta nota explicativa e na nota explicativa nº 11 em 31 de dezembro de 2024, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas / utilizadas para o cálculo. Um aumento (redução) da WACC em 1% resultaria em um aumento (redução) no valor de justo de cerca de 13,3%.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Consolidado		Moeda da Transação
				31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Moeda nacional:								
FNE	IPCA (*) + 2,81% a.a.	-	Mensal	492.120	131.777	492.120	131.777	R\$
				492.120	131.777	492.120	131.777	
Moeda estrangeira:								
FINIMP (**)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	-	-	-	2.102	€
				-	-	-	2.102	
Total				492.120	131.777	492.120	133.879	
(-) Circulante				(5.731)	(2.017)	(5.731)	(4.119)	
Não circulante				486.389	129.760	486.389	129.760	

(*) Tendo como base a variação média percentual do IPCA, referente ao período compreendido entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de referência.

(**) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possuía *covenants*, vide principais compromissos e cálculo a seguir.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	131.777	-	133.879	6.652
Captação	358.324	133.943	358.324	133.943
(-) Custo das captações	(2.311)	(4.355)	(2.311)	(4.355)
Valor líquido captado	356.013	129.588	356.013	129.588
Juros e custos apropriados	1.046	33	1.078	309
Juros capitalizados (*)	22.027	2.695	22.027	2.695
Variação monetária e cambial	-	-	10	(190)
(-) Amortização da dívida	-	-	(2.052)	(4.307)
(-) Juros pagos (**)	(18.743)	(539)	(18.835)	(868)
Saldo final	492.120	131.777	492.120	133.879

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº11.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

A Companhia possui contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, crédito aberto no montante de R\$494.566, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que serão captados parcialmente e parceladamente, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, cuja primeira captação no montante de R\$133.943, ocorreu em 21 de setembro de 2023; a segunda captação no montante de R\$151.419, ocorreu em 4 de janeiro de 2024; a terceira captação no montante de R\$ 113.481, ocorreu em 18 de julho de 2024 e a quarta captação no montante de R\$ 93.625, ocorreu em 26 de dezembro de 2024.

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, finalizou em 1º de março de 2024.

Garantias

Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2024, em atendimento a exigência contratual do financiamento junto ao BNB, a Companhia possuía fiança bancária contratada, cujo saldo a valor de face era de R\$492.267 (R\$133.943 em 31 dezembro de 2023).

14. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Consolidado	
				31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures (a)	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	205.483	239.769	205.483	239.769
Debêntures (b)	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	-	-	46.222	50.238
Debêntures (c.1)*	0,55% a 0,70% a.a.	CDI	Anual	513.668	-	513.668	-
Debêntures (c.2)**	6,39% a 6,54% a.a.	IPCA	Anual	1.468.387	-	1.468.387	-
				2.187.538	239.769	2.233.760	290.007
(-) Circulante				(147.035)	(40.406)	(153.835)	(46.905)
Não circulante				2.040.503	199.363	2.079.925	243.102
* Séries institucionais							
** Séries incentivadas							

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024 (*)	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

(*) 1ª série finalizada conforme vencimento.

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. A operação foi liquidada em 3 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

- (c) Em 9 de agosto de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 5ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 4 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$2.000.000.

As séries incentivadas serão emitidas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), e do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024 ("Decreto nº 11.964"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como prioritário pelo Ministério de Portos e Aeroportos ("MPOR"), por meio: da Portaria do MPOR nº 170, de 2 de maio de 2024 ("Portaria"), a qual foi publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 15 de maio de 2024 ("Projeto").

Em 2 de setembro de 2024, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 4 de setembro de 2024 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (Bookbuilding)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série (Institucional)	15 de agosto de 2029	CDI + 0,55% a.a.	140.000
2ª Série (Institucional)	15 de agosto de 2031	CDI + 0,70% a.a.	360.000
3ª Série (Incentivada)	15 de agosto de 2034	IPCA + 6,39% a.a.	700.000
4ª Série (Incentivada)	15 de agosto de 2039	IPCA + 6,54% a.a.	800.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	239.769	274.458	290.007	328.415
Captações	2.000.000	-	2.000.000	-
(-) Custo das captações	(93.405)	(22)	(93.405)	(22)
Valor líquido	2.146.364	274.436	2.196.602	328.393
Juros e custos apropriados	66.663	4.011	68.994	6.469
Juros capitalizados (*)	9.825	29.728	9.825	29.728
Variação monetária s/ principal	23.796	-	26.233	2.483
(-) Amortização da dívida	(33.340)	(33.330)	(39.968)	(39.680)
(-) Juros pagos (**)	(25.770)	(35.076)	(27.926)	(37.386)
Saldo final	2.187.538	239.769	2.233.760	290.007

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº11.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil, cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon e Escritura da Quinta Emissão da Santos Brasil, cláusula 7.2 inciso XVIII, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia.

Para a Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e Escritura da Primeira Emissão da Convicon, em 31 de dezembro de 2024 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Índice financeiro		
Realizado	1,55	0,13
Exigido	≤ 3,00	≤ 3,00

Para a Escritura da Quinta Emissão da Santos Brasil, em 31 de dezembro de 2024 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado
	31.12.2024
Índice financeiro	
Realizado	1,54
Exigido	≤ 3,00

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão trabalhista (a)	13.022	16.069	22.458	22.012
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	11.004	10.428	13.766	13.387
Provisão tributária (d)	2.189	1.830	2.828	2.384
Outros processos	1.394	1.928	2.123	2.591
Total	27.609	30.255	41.175	40.374

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Relativos às contingências:				
Processos trabalhistas (a)	1.268	5.565	1.837	5.868
Processo FAP (b)	6.978	6.640	8.278	8.335
Processo CADE - multa (c)	-	2.596	-	2.596
Processo CADE - faturamento TRA (c)	87.417	223.377	87.417	223.377
Outros processos	243	230	243	531
Outros depósitos judiciais (e)	38.498	60.634	48.938	72.727
Subtotal	134.404	299.042	146.713	313.434
Relativo aos fornecedores:				
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	29.587	27.647	29.587	27.647
Subtotal	29.587	27.647	29.587	27.647
Total	163.991	326.689	176.300	341.081

(a) Trabalhista

Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$13.022 (R\$16.069 em 31 de dezembro de 2023), para os quais existem depósitos judiciais de R\$1.268 (R\$5.565 em 31 de dezembro de 2023) e 3 seguros garantindo o montante de R\$139.052 (R\$127.978 em 31 de dezembro de 2023); (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$5.403 (R\$3.655 em 31 de dezembro de 2023), para os quais existem depósitos judiciais de R\$84 (R\$224 em 31 de dezembro de 2023) e 2 seguros garantindo o montante de R\$43 (R\$43 em 31 de dezembro de 2023); e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$4.033 (R\$2.288 em 31 de dezembro de 2023), para os quais existem depósitos judiciais de R\$485 (R\$79 em 31 de dezembro de 2023) e 4 seguros garantindo o montante de R\$1.728 (R\$2.919 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP

O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$6.978 (R\$6.640 em 31 de dezembro de 2023), e de suas controladas compostos de: (i) R\$1.187 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2023) - Santos Brasil Logística; (ii) R\$80 (R\$77 em 31 de dezembro de 2023) - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$33 (R\$31 em 31 de dezembro de 2023) - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

(c) CADE

Em 2005, a Companhia ajuizou ações judiciais em face do CADE (0014995-56.2005.4.03.6100 e 0008783-19.2005.4.03.6100, em curso da 5ª Vara Federal de São Paulo) visando à desconstituição da decisão proferida pelo órgão em 27 de abril de 2005, no processo administrativo nº08012.007443/1999-17, a fim de se reconhecer o direito de o operador portuário cobrar pelo serviço de segregação e entrega de contêineres (SSE) prestado aos recintos alfandegados portuários e retroportuários nas importações realizadas pelo Porto de Santos/SP. A decisão do CADE, tomada em 2005, dispôs que a cobrança pelo referido serviço teria a potencialidade de lesar a concorrência entre operadores portuários e terminais retro alfandegados no mercado de armazenagem alfandegada de contêineres na importação. O CADE entendia que independente do lastro regulatório da cobrança, estaria configurada a infração à ordem econômica disciplinada na Lei nº 8.884/94 (atual Lei nº 12.529/2011). Ainda em 2005, decisões liminares proferidas nos processos determinaram que os valores referentes ao SSE deveriam ser depositados em juízo até uma decisão judicial de mérito sobre a controvérsia. Além dos depósitos judiciais referentes ao SSE, a Companhia efetuou em juízo depósitos relativos aos Impostos incidentes sobre as receitas de SSE que estavam em discussão nos referidos processos judiciais. Em outubro de 2013 foi proferida decisão de mérito de primeira instância, anulando a decisão do CADE e declarando a legalidade da cobrança do SSE. O CADE e operador portuário Marimex recorreram à segunda instância contra a decisão. Em 2015 a segunda instância da Justiça Federal de São Paulo confirmou a decisão de primeira instância e o CADE e Marimex recorreram contra a decisão ao Superior Tribunal de Justiça e posteriormente ao Supremo Tribunal Federal sem obterem êxito. Em fevereiro de 2024, a sentença judicial que anulou a decisão do CADE e declarou a legalidade do SSE transitou em julgado, sendo, portanto, devidos à Companhia os saldos dos depósitos judiciais referentes ao SSE e devidos à União e Estado de São Paulo os impostos incidentes sobre as receitas e que foram objeto de depósitos judiciais. Em 2024, a Companhia recebeu o saldo de depósitos judiciais referente aos SSE, acrescidos de correção monetária, no montante de R\$175.570 e ainda aguarda o levantamento pela União e Estado de São Paulo dos depósitos judiciais correspondentes aos impostos, no montante de R\$87.417, compostos por: (i) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL cujo montante é de R\$67.578 (R\$63.844 em 31 de dezembro de 2023); (ii) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, no montante de R\$19.839 (R\$18.668 em 31 de dezembro de 2023). Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$70.892 (R\$66.790 em 31 de dezembro de 2023), estão classificados no passivo não circulante.

(d) Tributária

O provisionamento consolidado, no montante de R\$2.828 (R\$2.384 em 31 de dezembro de 2023), refere-se, principalmente: (i) à ação anulatória de débitos fiscais e ação de execução fiscal, no montante de R\$2.189; e (ii) outros processos, no montante de R\$639.

(e) Outros processos

Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$3.388 (R\$3.260 em 31 de dezembro de 2023); (ii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$20.204 (R\$30.368 em 31 de dezembro de 2023); (iii) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 (R\$1.685 em 31 de dezembro de 2023); e (iv) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$13.221 (R\$13.259 em 31 de dezembro de 2023). Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$6.838 (R\$7.813 em 31 de dezembro de 2023), e a processos trabalhistas, no montante de R\$641 (R\$1.052 em 31 de dezembro de 2023); (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$487 (R\$918 em 31 de dezembro de 2023), outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$2.346 (R\$2.182 em 31 de dezembro de 2023), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2023); e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$121 (R\$121 em 31 de dezembro de 2023).

(f) SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar")

Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2024, esses depósitos representavam o montante de R\$29.587 (R\$27.647 em 31 de dezembro de 2023). O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante corrigido, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$29.527 (R\$27.586 em 31 de dezembro de 2023), na rubrica "Fornecedores". Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPAR para reconhecer a sucumbência parcial da Companhia na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração os quais aguardam julgamento. Para 31 de dezembro de 2024, não houve mudança no andamento do processo.

As movimentações das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2022	16.852	9.729	1.675	1.981	30.237
Adições	19	699	8	-	726
Pagamento de condenação	(14.616)	-	-	(532)	(15.148)
Outras movimentações (*)	13.814	-	147	479	14.440
Saldo em 31.12.2023	16.069	10.428	1.830	1.928	30.255
Adições	11	576	-	-	587
Pagamento de condenação	(14.826)	-	-	(1.543)	(16.369)
Outras movimentações (**)	11.768	-	359	1.009	13.136
Saldo em 31.12.2024	13.022	11.004	2.189	1.394	27.609

(*) O montante de R\$14.440 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda no montante de R\$14.758 e outras movimentações no montante de R\$(318).

(**) O montante de R\$13.136 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda no montante de R\$18.119 e outras movimentações no montante de R\$(4.983).

	Consolidado				Total
	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	
Saldo em 31.12.2022	21.507	12.487	2.179	2.515	38.688
Adições	22	900	58	-	980
Pagamento de condenação	(17.100)	-	(22)	(579)	(17.701)
Outras movimentações (*)	17.583	-	169	655	18.407
Saldo em 31.12.2023	22.012	13.387	2.384	2.591	40.374
Adições	33	379	84	-	496
Pagamento de condenação	(22.026)	-	-	(1.815)	(23.841)
Outras movimentações (**)	22.439	-	360	1.347	24.146
Saldo em 31.12.2024	22.458	13.766	2.828	2.123	41.175

(*) O montante de R\$18.407 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$18.461 e outras movimentações no montante de R\$(54).

(**) O montante de R\$24.146 refere-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$31.321 e outras movimentações no montante de R\$(7.175).

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$998.304 (R\$1.039.157 em 31 de dezembro de 2023), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras.

As movimentações dos processos possíveis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2023	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 31.12.2024
Aduaneira	2.880	42	170	3.092
Cível	64.561	17.116	29.383	111.060
Trabalhista (b)	270.395	41.153	(64.477)	247.071
Tributária (c)	689.237	5.010	(69.844)	624.403
Outras	12.084	430	164	12.678
Total	1.039.157	63.751	(104.604)	998.304

(*) Referem-se ao ingresso de novas ações contra a Companhia e que foram classificados com probabilidade de perda possível.

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de probabilidade de perda, e atualizações monetárias de processos em andamento. As principais movimentações do período são referentes a atualização da contingência dos Autos de Infração referentes ao ágio e PIS / COFINS (tributário), Processo Sindestiva (trabalhista), todos com explicações abaixo, nesta Nota.

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2022	Adições (*)	Outras movimentações (**)	Saldo em 31.12.2023
Aduaneira	9.210	168	(6.498)	2.880
Cível (a)	86.749	2.861	(25.049)	64.561
Trabalhista (b)	232.098	39.531	(1.234)	270.395
Tributária (c)	649.919	19.005	20.313	689.237
Outras	9.771	5	2.308	12.084
Total	987.747	61.570	(10.160)	1.039.157

(*) Referem-se ao ingresso de novas ações contra a Companhia e que foram classificados com probabilidade de perda possível.

(**) Referem-se, basicamente, a alterações de probabilidade de perda, e atualizações monetárias de processos em andamento. As principais movimentações do período são referentes a atualização da contingência dos Autos de Infração referentes ao ágio e PIS / COFINS (tributário), Processo Sindestiva (trabalhista), todos com explicações abaixo, nesta Nota.

a) Cível

A Companhia obteve decisão em Segunda Instância favorável em processo movido pela Transbrasa onde pleiteava a devolução de valores pagos à título de serviço de entrega postergada. Como o processo ainda não transitou em julgado, os valores anteriormente considerados como "possíveis" estão sendo considerados remotos.

b) Trabalhista

Processo SINDESTIVA

O Sindicato dos Estivadores de Santos que propôs ação judicial contra a Companhia visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Companhia a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R\$721.063 milhões, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R\$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Companhia apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R\$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interpôs recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos). Em 28 de outubro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Companhia.

Em 14 de agosto de 2023, foi publicado o acórdão que manteve a condenação da Companhia. A Companhia opôs embargos de declaração em face do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia aguardava a decisão dos embargos de declaração. Segundo os assessores legais da Companhia, há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável nos âmbitos do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado era de R\$96.588 (R\$120.597 em 31 de dezembro de 2023).

c) Tributária

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Companhia e sua controlada Numeral 80 impugnaram o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 06 de março de 2024, a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, ao analisar os Recursos Especiais interpostos, conheceu dos recursos apenas com relação à solidariedade e à concomitância das multas isoladas e de ofício. No mérito, foi dado parcial provimento aos recursos para afastar a multa isolada nos períodos em que há concomitância com a multa de ofício. Após o trânsito em julgado da decisão administrativa, em 25 de novembro de 2024, a Companhia ajuizou na 14ª Vara Cível Federal de São Paulo o processo judicial n.º 5033405-13.2024.4.03.6100, visando à anulação do auto de infração. Além da medida judicial, a Companhia apresentou ao Juízo seguro garantia no montante de R\$450.120. Após o ajuizamento da ação a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou petição no processo concordando com a garantia ofertada e determinando à Receita Federal a liberação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa e não inscrição do débito no CADIN. O valor da Autuação, para 31 de dezembro de 2024, é de R\$376.434 (R\$436.834 em 31 de dezembro de 2023).

Processo PIS / COFINS

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia se creditou de forma indevida de alguns insumos. A Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado é de R\$25.137 (R\$23.557 em 31 de dezembro de 2023).

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

a) Ativo de direito de uso

	Controladora									Consolidado									
	Santos Brasil Participações																		
	Concessão																		
	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Terminais Itaquí			Total do ativo	Santos Brasil Participações			Terminal Veículos/TEV	Santos Brasil Logística		Tecon Vila do Conde		Total do ativo	
						Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão		Concessão	Imóvel	Máquinas e equipamentos		Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão			
					IQI 03 (*)	IQI 11 (*)	IQI 12												
Saldo contábil 31.12.2022	1.515	-	530.934	367.691	6.528	59.791	103.915	72.244	1.142.618	1.515	-	1.141.103	199.725	55.506	-	-	1.050	24.672	1.423.571
Adições	92	-	28.668	17.533	248	-	-	-	46.541	92	-	46.449	21.993	3.160	-	-	3.736	2.504	77.934
Reversão	-	-	-	-	-	(4.049)	(1.586)	(1.223)	(6.858)	-	-	(6.858)	-	-	-	-	-	-	(6.858)
Depreciação	(533)	-	(21.659)	(36.882)	(718)	977	(1.709)	(1.122)	(61.646)	(533)	-	(61.113)	(18.374)	(9.041)	-	-	(4.416)	(2.421)	(95.898)
Saldo contábil 31.12.2023	1.074	-	537.943	348.342	6.058	56.719	100.620	69.899	1.120.655	1.074	-	1.119.581	203.344	49.625	-	-	370	24.755	1.398.749
Adições	846	1.723	25.505	14.546	193	1.466	1.340	12.653	58.272	846	1.723	55.703	5.500	4.127	7.918	1.843	3.113	2.228	83.001
Transferência (*)	-	-	-	-	-	(61.638)	(109.551)	171.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.215)	-	-	-	-	(12.215)
Depreciação	(649)	(439)	(22.856)	(38.517)	(743)	3.453	7.591	(23.928)	(76.088)	(649)	(439)	(75.000)	(18.985)	(9.000)	(571)	(1.382)	(3.483)	(2.642)	(112.151)
Saldo contábil 31.12.2024	1.271	1.284	540.592	324.371	5.508	-	-	229.813	1.102.839	1.271	1.284	1.100.284	189.859	32.537	7.347	461	-	24.341	1.357.384

b) Passivo de arrendamento

	Controladora									Consolidado									
	Santos Brasil Participações (I)									Terminal Veículos/TEV (III)		Santos Brasil Logística (II)		Tecon Vila do Conde (IV)					
	Concessão									Santos Brasil Participações (I)									
	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Tecon Santos	Tecon Imbituba (****)	TCG Imbituba (*****)	Terminais Itaquí			Total do passivo										
	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Tecon Santos	Tecon Imbituba (****)	TCG Imbituba (*****)	IQI 03	IQI 11	IQI 12		Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	Concessão	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Imóvel	Máquinas e equipamentos	Concessão	Total do passivo
Saldo contábil 31.12.2022	1.581	-	555.826	508.680	4.749	52.270	99.674	69.108	1.291.888	1.581	-	1.290.307	105.661	60.285	-	-	1.118	27.716	1.486.668
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.932	-	-	-	3.592	-	19.524
Juros apropriados	64	-	61.754	41.248	480	3.944	8.402	5.808	121.700	64	-	121.636	13.972	4.073	-	-	335	3.128	143.208
Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	94	-	28.667	17.535	248	(4.049)	(1.586)	(1.221)	39.688	94	-	39.594	6.060	3.158	-	-	143	2.503	51.552
Pagamentos	(596)	-	(66.359)	(19.492)	(570)	(11.007)	(13.645)	(9.606)	(121.275)	(596)	-	(120.679)	(19.270)	(12.085)	-	-	(4.795)	(4.624)	(162.049)
Saldo contábil 31.12.2023	1.143	-	579.888	547.971	4.907	41.158	92.845	64.089	1.332.001	1.143	-	1.330.858	122.355	55.431	-	-	393	28.723	1.538.903
Adições	846	1.723	-	-	-	-	-	6.913	9.482	846	1.723	6.913	-	2.274	7.918	1.843	3.114	-	24.631
Baixa (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.495)	-	-	-	-	(14.495)
Transferência (***)	-	-	-	-	-	(33.315)	(86.458)	119.773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros apropriados	104	124	64.237	40.343	468	1.998	4.743	10.560	122.577	104	124	122.349	14.155	3.372	774	99	71	3.181	144.229
Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	-	-	25.505	14.546	193	1.466	1.341	5.740	48.791	-	-	48.791	5.499	1.851	-	-	-	2.228	58.369
Pagamentos	(697)	(572)	(69.626)	(24.270)	(877)	(11.307)	(12.471)	(12.222)	(132.042)	(697)	(572)	(130.773)	(20.388)	(11.821)	(775)	(1.455)	(3.578)	(4.984)	(175.043)
Saldo contábil 31.12.2024	1.396	1.275	600.004	578.590	4.691	-	-	194.853	1.380.809	1.396	1.275	1.378.138	121.621	36.612	7.917	487	-	29.148	1.576.594

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 11.

(**) Baixa no montante de R\$14.495, refere-se ao cancelamento do contrato de aluguel do CD Imigrantes, conforme nota explicativa nº11.

(***) Contratos IQI03 e IQI11 unificados ao contrato IQI12 em agosto de 2024, conforme nota explicativa nº 1.1.

(****) Teccon Imbituba possui os montantes em aberto de R\$170.365 em 31 de dezembro de 2023 e R\$212.109 em 31 de dezembro de 2024 ref. ao processo de reequilíbrio econômico, conforme item c) desta nota explicativa.

(*****) TCG Imbituba possui em aberto os montantes de R\$582 em 31 de dezembro de 2023 e R\$515 em 31 de dezembro de 2024 de movimentação mínima contratual ref. ao processo judicial envolvendo a antiga Companhia Docas de Imbituba S.A. e a atual administradora do porto de Imbituba, SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Os pagamentos das parcelas fixas e variáveis dos contratos de arrendamento, estão apresentados a seguir:

Controladora							Consolidado					
31.12.2024			31.12.2023				31.12.2024			31.12.2023		
Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total	Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total		Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total	Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total
Imóvel	696	-	696	596	-	596	13.972	-	13.972	12.681	-	12.681
Máquinas e equipamentos	572	-	572	-	-	-	4.925	-	4.925	4.795	-	4.795
Concessão	112.421	18.353	130.774	107.148	13.531	120.679	125.897	30.249	156.146	119.801	24.772	144.573
	113.689	18.353	132.042	107.744	13.531	121.275	144.794	30.249	175.043	137.277	24.772	162.049

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) dos contratos de concessão, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024, o fluxo bruto tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora	Consolidado
Fluxo Bruto	2.747.525	3.049.718
2025	392.815	432.227
2026-2027	363.226	440.529
2028-2029	305.918	369.926
2030-2047	1.685.566	1.807.036
(-) Juros	(1.366.716)	(1.473.124)
	1.380.809	1.576.594

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora				Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação	2.534.898	1.168.185	2.581.328	1.161.054	2.837.092	1.363.970	2.910.147	1.367.956
Imóvel	1.636	1.396	1.192	1.143	44.399	38.495	67.973	56.574
Máquinas e equipamentos	1.452	1.275	-	-	11.433	9.192	398	393
Concessão	2.531.810	1.165.514	2.580.136	1.159.911	2.781.260	1.316.283	2.841.776	1.310.989
PIS/COFINS potencial (9,25%)	234.478	108.057	238.773	107.397	262.431	126.167	269.189	126.536
Imóvel	151	129	110	106	4.107	3.561	6.288	5.233
Máquinas e equipamentos	134	118	-	-	1.058	850	37	36
Concessão	234.193	107.810	238.663	107.291	257.266	121.756	262.864	121.267

Taxa de desconto dos contratos, períodos de vigência e seguro garantia

Contratos	Taxa de desconto a.a. (*)	Início do contrato	Término do contrato	Seguro garantia
Santos Brasil Participações (I)				
Imóvel	5,91%	dezembro/2020	dezembro/2025	-
Máquinas e equipamentos				
Lonado Armazém	12,01%	abril/2024	março/2027	-
Lonado Gate	11,67%	junho/2024	maio/2026	-
Concessão				
Tecon Santos	11,53%	novembro/1997	novembro/2047	abril/2024 a abril/2025
Tecon Imbituba	11,24%	abril/2008	abril/2033	julho/2024 a julho/2025
TCG Imbituba	11,28%	junho/2007	junho/2032	julho/2024 a julho/2025
IQI12 (**)	9,38% e 12,13%	abril/2022	abril/2042	agosto/2024 a agosto/2025
Terminal de Veículos/TEV (II)				
Concessão	11,31% e 16,23%	janeiro/2010	janeiro/2035	julho/2024 a julho/2025
Santos Brasil Logística (III)				
Imóvel				
CD São Bernardo	7,48%	julho/2021	dezembro/2028	-
Alemoa	12,13%	abril/2024	maio/2027	-
Máquinas e equipamentos	12,01%	março/2024	fevereiro/2029	-
Tecon Vila do Conde (IV)				
Imóvel	10,91%	abril/2024	abril/2025	-
Concessão	11,28% e 14,70%	setembro/2003	setembro/2033	julho/2024 a julho/2025

(*) A taxa de desconto foi calculada através das projeções do custo de crédito CDI e adicionado o *spread* (divulgado pelo ANBIMA) de acordo com o prazo dos contratos.

(**) Contratos IQI03 e IQI11 unificados ao contrato IQI12 em agosto de 2024, conforme nota explicativa nº 1.1.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de concessão, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2024 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento pelo IPCA:

Contratos	Em reais - R\$		
	Custo por contêiner movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Tecon Santos (a)	63,60	-	-
Tecon Santos (b)	31,66	-	-
Tecon Imbituba (c)	166,07	-	-
TCG Imbituba (d)	-	4,07	-
TCG Imbituba (e)	-	9,00	-
TCG Imbituba (f)	-	5,41	-
IQI12 (g) *	-	5,91	-
Tecon Vila do Conde (h)	41,84	-	-
Tecon Vila do Conde (i)	8,37	-	-
Tecon Vila do Conde (g)	-	4,19	-
Terminal de Veículos/TEV (j)	-	-	31,69

* Contrato com carência de 3 anos, em agosto de 2024 os contratos IQI03 e IQI11 foram unificados a este contrato, conforme nota explicativa nº 1.1.

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por tonelada.
- (h) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (i) Valor devido por contêiner vazio.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

Os contratos de arrendamento da Companhia e de suas controladas têm seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM conforme Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados, como segue:

Fluxo real	Controladora	Consolidado	Fluxo Inflacionário	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento	2.747.525	3.049.718	Passivo de arrendamento	5.827.037	6.243.353
(-) Juros	(1.366.716)	(1.473.124)	(-) Juros	(3.875.581)	(4.040.402)
	1.380.809	1.576.594		1.951.456	2.202.951

O Fluxo inflacionário foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos esperados até o final de cada contrato, incorporados à inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento que utilizam IPCA, para os contratos que utilizam IGP-M foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas no Relatório de mercado - FOCUS do Banco Central do Brasil.

A Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2024

	Controladora		Consolidado		Inflação projetada (*)
	Fluxo inflacionado	Taxa média desconto	Fluxo inflacionado	Taxa média desconto	
Fluxo de vencimentos	5.827.037		6.243.353		
2025	191.087	10,64%	230.699	11,33%	7,18%
2026-2027	426.180	11,29%	511.988	11,74%	7,55%
2028-2029	419.382	11,11%	502.075	11,90%	8,81%
2030-2047	4.790.388	11,13%	4.998.591	11,67%	7,66%

c) Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba

Em 29 de abril de 2022, a Companhia requereu pedido de renovação da suspensão da cobrança dos valores da MMC para o período de 2021/2022. Em 5 de maio de 2022, foi deferida a tutela antecipada requerida pela Companhia para (i) suspender a cobrança da MMC até nova decisão em contrário; (ii) autorizar a apresentação de garantias sobre o valor controverso e (iii) determinar a transferência dos valores incontroversos à SCPAR. Em 25 de julho de 2024, foi proferida decisão judicial determinando a suspensão do processo pelo prazo de seis meses para que as partes possam negociar uma solução consensual para o litígio. Em 31 de dezembro de 2024 as partes permaneciam discutindo uma resolução negociada para a revisão da cláusula de MMC.

d) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Santos Brasil Logística também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e máquinas e equipamentos, com vencimentos no circulante, os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, geraram despesas no montante de R\$103 (R\$226 em 31 de dezembro de 2023, referente à Companhia).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.12.2024	31.12.2023
Existentes no início do exercício	864.170.369	863.652.406
Opção de ações exercidas/entregues através do plano de incentivo durante o exercício	-	517.963
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	864.170.369	864.170.369

Do total de ações em 31 de dezembro de 2024, 851.688.622 (856.596.274 em 31 de dezembro de 2023) encontravam-se em circulação, ou seja, 98,55% e 99,12%, respectivamente, do capital total ("freefloat"), sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 14 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital social, no montante de R\$1.600.000. Em 15 de outubro de 2024, após o encerramento do prazo legal de 60 dias referente ao artigo 174 da Lei nº 6.404/76, sem que tenha sido apresentada a oposição de qualquer credor foi dada a continuidade à redução de capital social. O capital social da Companhia passou de R\$1.879.484 para R\$279.484, mediante a restituição de capital aos acionistas proporcionalmente a suas participações acionárias, e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$64.212 em 31 de dezembro de 2024 (R\$64.537 em 31 de dezembro de 2023) e do plano de incentivo atrelado a ações: *Performance Shares*, no montante de R\$15.698 (R\$11.582 em 31 de dezembro de 2023) e *Matching* de ações, no montante de R\$9.857 (R\$6.907 em 31 de dezembro de 2023), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica "Capital social" da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica "Reserva de capital".

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Em 2020, a Companhia registrou custos de emissão complementar de ações referente às novas ações emitidas para Oferta Restrita, no montante de R\$(24.753).

Até 31 de dezembro de 2024, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(25.104) (R\$(14.123) até 31 de dezembro de 2023).

c) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital, tendo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$123 (R\$123 em 31 de dezembro de 2023).

Recompra de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram entregues 1.345.641 ações em tesouraria (1.470.302 ações em 31 de dezembro de 2023) referentes a opções exercidas de *Stock Option*, a ações entregues de *Matching* de ações, e também, a ações exercidas de *Performance Shares*, gerando um resultado de R\$12.998 (R\$12.122 em 31 de dezembro de 2023).

Em 9 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programa de recompra de ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”), que serão mantidas em tesouraria, a princípio, sem redução do capital social. O Programa de Recompra reforça a confiança da Companhia no valor justo de sua ação e tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas.

O Programa de Recompra será limitado a 85.000 (oitenta e cinco milhões) ações ordinárias de emissão da Companhia, em atendimento ao artigo 8º da Instrução CVM nº 567/2015, que estabelece o máximo de 10% de ações em tesouraria de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado, e terá prazo máximo de 18 meses, contados da sua aprovação.

Em 7 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a continuidade do Programa de Recompra de Ações, então aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2022, que ora se encerra, sendo substituído pelo “Novo Programa de Recompra” limitado a 85.745 (oitenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, em atendimento ao artigo 9º da Resolução CVM nº 77/2022, que estabelece o máximo de 10% de ações em tesouraria de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado, e terá prazo máximo de 18 meses, contados da sua aprovação.

A seguir, posição em 31 de dezembro de 2024 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	12.977.245	97.436	170.391	11,34	7,44	13,72
(-) Ações entregues	(8.907.130)	(44.808)				
Saldo Atual	4.070.115	52.628	53.441			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do período.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	%	31.12.2024
Lucro líquido do exercício		741.966
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	185.492
Remuneração aos acionistas		
Dividendos intermediários, adiantados no decorrer do exercício de 2024 (a)		359.829
Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2024 (b)		146.925
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (c)		(13.392)
Dividendos complementares propostos (d)		235.212
Remuneração líquida aos acionistas (a + b – c + d)		728.574
Remuneração bruta aos acionistas (a + b + d)	100%	741.966
Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos e creditados por classe de ação foram:		
Ações ordinárias		493.363
Quantidade de ações ordinárias		860.100.254
Valor unitário de dividendos e juros sobre o capital próprio por ação		R\$0,862651375

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 25), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

18. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita bruta	2.424.685	1.649.279	3.291.006	2.428.594
Terminais Portuários	2.364.317	1.611.076	2.564.965	1.790.325
Operações Portuárias	1.556.982	1.008.375	1.674.656	1.112.740
Armazenagem Alfandegada	784.517	585.263	837.809	641.399
Carga Geral	22.818	17.438	52.500	36.186
Logística	-	-	526.685	478.721
Transportes	-	-	55.446	47.668
Armazenagem Alfandegada	-	-	431.807	373.056
Centro de Distribuição	-	-	30.747	49.881
Terminais Logísticos	-	-	8.685	8.116
Terminal de Veículos/TEV	-	-	138.988	121.345
Armazenagem Alfandegada	-	-	135.108	121.345
Carga Geral	-	-	3.880	-
Terminais de Líquidos	60.368	38.203	60.368	38.203
Operações Portuárias	60.368	38.203	60.368	38.203
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(223.353)	(158.245)	(341.174)	(263.688)
Outras	(27.877)	(19.143)	(46.816)	(29.981)
Total	2.173.455	1.471.891	2.903.016	2.134.925

19. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mão de obra avulsa	(39.036)	(25.314)	(42.658)	(28.153)
Taxas - Companhias Docas	(31.105)	(19.742)	(30.223)	(18.837)
Energia elétrica	(14.104)	(15.294)	(16.040)	(17.230)
Combustíveis e lubrificantes	(47.098)	(32.609)	(66.106)	(51.074)
Fretes	(22.794)	(15.794)	(72.569)	(48.002)
Movimentação de veículos	-	-	(28.438)	(28.460)
Despesas com pessoal	(534.739)	(394.178)	(661.655)	(508.429)
Consultoria, assessoria e auditoria	(72.162)	(49.911)	(77.659)	(52.170)
Outros serviços de terceirização	(55.125)	(47.645)	(82.977)	(73.494)
Manutenção operacional	(66.306)	(47.875)	(87.073)	(63.593)
Depreciação e amortização	(197.050)	(164.940)	(262.092)	(221.013)
Aluguéis / condomínios - áreas operacionais	-	-	(12.826)	(11.685)
Comissões sobre vendas de serviços	(31.890)	(26.449)	(144.829)	(121.952)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	25.196	6.253	23.087	6.572
Outras despesas	(71.252)	(49.756)	(154.345)	(122.109)
Total	(1.157.465)	(883.254)	(1.716.403)	(1.359.629)
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(913.926)	(703.059)	(1.315.680)	(1.049.450)
Despesas com vendas	(49.296)	(38.789)	(170.734)	(144.369)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	25.196	6.253	23.087	6.572
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(219.439)	(147.659)	(253.076)	(172.382)
Total	(1.157.465)	(883.254)	(1.716.403)	(1.359.629)

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Outras receitas operacionais:				
Ganho na venda de ativos	397	215	5.420	1.178
Ganho na baixa de direito de uso	-	-	2.280	-
Receita com depósitos não identificados	1.906	796	3.801	1.830
Recuperação de energia elétrica	14	92	14	92
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	7.369	-	8.676	-
Ressarcimento de ISS sobre vendas canceladas	27	50	30	183
Reembolso de seguro	-	176	-	180
Remuneração sobre contrato de folha de pagamento	3.000	-	3.000	-
Outras receitas	506	340	757	706
Total	13.219	1.669	23.978	4.169
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(1.991)	(2)	(2.608)	(81)
ISS sobre vendas canceladas	(561)	(196)	(703)	(306)
Total	(2.552)	(198)	(3.311)	(387)

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	64.022	34.269	82.611	58.830
Variações monetárias e cambiais ativas	251	-	4.815	5.127
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	-	-	410	3.875
Correção impostos a recuperar	2.042	2.600	2.408	2.773
Correção de depósitos judiciais (*)	3.282	(3.451)	4.042	2.468
Correção de adiantamento para dragagem	1.057	(531)	1.057	(531)
Outras receitas	1.382	1.148	2.281	2.237
Total	72.036	34.035	97.624	74.779
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(67.709)	(4.044)	(70.072)	(6.776)
Variações monetárias e cambiais passivas	(24.047)	-	(30.820)	(8.565)
Valor justo da operação de <i>Swap</i>	-	-	(3.458)	(1.762)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(1.374)	(141)	(1.420)	(166)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(141)	(488)	(141)	(488)
Juros sobre arrendamento mercantil	(122.577)	(121.699)	(144.229)	(143.208)
Comissões e taxas financeiras	(871)	(1.616)	(941)	(1.699)
Correção Movimentação Mínima Contratual - MMC TI (**)	(7.841)	(5.342)	(7.841)	(5.342)
(-) Crédito PIS / COFINS sobre juros CPC 06	9.324	8.199	10.793	9.630
Outras despesas	(11.350)	(1.781)	(15.415)	(2.764)
Total	(226.586)	(126.912)	(263.544)	(161.140)

(*) Em 2023, o montante de R\$(3.451), refere-se, principalmente, a ajuste na correção de depósitos judiciais do processo do TRA.

(**) Conforme nota explicativa nº 16.c) - "Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba".

22. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") da Companhia onde cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Em 2023 foram exercidos parte dos programas de 2017, 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda, no montante de R\$584, sendo este contabilizado em reserva de capital. Já em 2024 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda, no montante de R\$325, sendo este, também, contabilizado em reserva de capital.

As opções exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 3,17%.

Os últimos exercícios desse plano foram finalizados em abril de 2024.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

Performance Shares

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as ações que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Performance Shares* para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de *Performance Shares* para o ano de 2022, em 7 de fevereiro de 2023, foi aprovado para o ano de 2023, e, em 1 de fevereiro de 2024 foi aprovado para o ano de 2024, sendo os programas com as mesmas características do programa de 2021.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
Programa 2017	1.970.443			597.403	1.373.040	-
02/07/20 - Programa 2020	889.877		5,27	483.872	183.535	222.470
1º Lote anual	222.469	02/07/22		161.291	61.178	-
2º Lote anual	222.469	02/07/23		161.291	61.178	-
3º Lote anual	222.469	02/07/24		161.290	61.179	-
4º Lote anual	222.470	02/07/25		-	-	222.470
25/02/21 - Programa 2021	896.683		5,23	325.048	123.294	448.341
1º Lote anual	224.171	25/02/23		162.524	61.647	-
2º Lote anual	224.171	25/02/24		162.524	61.647	-
3º Lote anual	224.171	25/02/25		-	-	224.171
4º Lote anual	224.170	25/02/26		-	-	224.170
09/03/22 - Programa 2022	821.944		7,09	148.977	56.509	616.458
1º Lote anual	205.486	09/03/24		148.977	56.509	-
2º Lote anual	205.486	09/03/25		-	-	205.486
3º Lote anual	205.486	09/03/26		-	-	205.486
4º Lote anual	205.486	09/03/27		-	-	205.486
07/02/23 - Programa 2023	804.262		6,86	-	-	804.262
1º Lote anual	201.066	07/02/25		-	-	201.066
2º Lote anual	201.066	07/02/26		-	-	201.066
3º Lote anual	201.065	07/02/27		-	-	201.065
4º Lote anual	201.065	07/02/28		-	-	201.065
02/02/24 - Programa 2024	833.435		8,49	-	-	833.435
1º Lote anual	208.359	02/02/26		-	-	208.359
2º Lote anual	208.359	02/02/27		-	-	208.359
3º Lote anual	208.359	02/02/28		-	-	208.359
4º Lote anual	208.358	02/02/29		-	-	208.358
Total das ações outorgadas	6.216.644			1.555.300	1.736.378	2.924.966

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$6.101 (R\$5.195 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2023 foram exercidas 323.815 ações referentes ao 2º lote do programa de 2020 e ao 1º lote do programa de 2021, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$1.112, sendo este contabilizado em reservas de capital. Já em 2024 foram exercidas 472.791 ações referentes ao 3º lote do programa de 2020, 2º lote do programa de 2021 e 1º lote do programa de 2022 tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$1.986, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital.

Das ações vigentes até 31 de dezembro de 2024, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,18% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,34%.

Matching de ações

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora ("Matching"), após 3 (três) anos ("Período de Carência") da data de adesão, até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 903.896 ações ordinárias para o Programa de Matching de ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de Matching de ações para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência. Nesses programas, caso o beneficiário faça a adesão, utilizando recursos imediatamente superiores ao valor correspondente a 50% do bônus, receberá além de 1 (uma) ação ordinária, mais 0,5 (meio) ação complementar.

Em 9 de março de 2022, foi aprovado o novo programa de Matching de ações para o ano de 2022, em 7 de fevereiro de 2023, foi aprovado para o ano de 2023, e, em 1 de fevereiro de 2024 foi aprovado para o ano de 2024, sendo os programas com as mesmas características do programa de 2021.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas/caducadas	Quantidade de ações - saldo
Programas 2017 a 2019	2.042.750			634.989	1.407.761	-
02/07/20 - Programa 2020	646.880		5,27	539.179	107.701	-
1º Lote anual	161.720	2 anos		134.796	26.924	-
2º Lote anual	161.720	3 anos		134.795	26.925	-
3º Lote anual	161.720	4 anos		134.794	26.926	-
4º Lote anual	161.720	5 anos		134.794	26.926	-
25/02/21 - Programa 2021	651.828		5,23	538.853	112.975	-
1º Lote anual	162.957	2 anos		134.713	28.244	-
2º Lote anual	162.957	3 anos		134.713	28.244	-
3º Lote anual	162.957	4 anos		134.713	28.244	-
4º Lote anual	162.957	5 anos		134.714	28.243	-
09/03/22 - Programa 2022	682.652		7,09	401.600	281.052	-
1º Lote anual	170.663	2 anos		100.400	70.263	-
2º Lote anual	170.663	3 anos		100.400	70.263	-
3º Lote anual	170.663	4 anos		100.400	70.263	-
4º Lote anual	170.663	5 anos		100.400	70.263	-
07/02/23 - Programa 2023	819.141		6,86	501.830	317.311	-
1º Lote anual	204.785	2 anos		125.458	79.327	-
2º Lote anual	204.785	3 anos		125.458	79.327	-
3º Lote anual	204.785	4 anos		125.457	79.328	-
4º Lote anual	204.786	5 anos		125.457	79.329	-

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas/caducas	Quantidade de ações - saldo
02/02/24 - Programa 2024	942.285		8,49	-	-	942.285
1º Lote anual	235.571	2 anos		-	-	235.571
2º Lote anual	235.571	3 anos		-	-	235.571
3º Lote anual	235.571	4 anos		-	-	235.571
4º Lote anual	235.572	5 anos		-	-	235.572
Total das ações outorgadas	5.785.536			2.616.451	2.226.800	942.285

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$4.084 (R\$3.322 em 31 de dezembro de 2023), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 31 de dezembro de 2024, foram realizadas adesões de 1.489.292 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,17%, as não aderidas, caso fossem totalmente aderidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,11%.

Em 2023 foram entregues 320.135 ações, referentes ao programa de 2019, e também, referentes ao 1º lote do programa de 2020, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$778, sendo este contabilizado em reservas de capital. Já em 2024 foram entregues 328.572 ações, referentes ao 2º lote do programa de 2020, e também, referentes ao 1º lote do programa de 2021, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$1.134, sendo este, também, contabilizado em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas de 0,13%.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes da tributação	990.126	626.737	1.041.364	692.717
Exclusão de equivalência patrimonial	(118.018)	(129.506)	-	-
Lucro antes da tributação ajustado	872.108	497.231	1.041.364	692.717
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(296.493)	(169.034)	(354.039)	(235.500)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(209.306)	(119.335)	(249.927)	(166.252)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(87.187)	(49.699)	(104.112)	(69.248)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	39.112	43.077	38.005	42.314
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(3.563)	(981)	(3.563)	(981)
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	(3.463)	(2.895)	(3.463)	(2.895)
Outras	(6.314)	(2.997)	(7.545)	(3.796)
Exclusões permanentes:				
Juros sobre capital próprio pagos	49.955	48.321	49.955	48.321
Opções exercidas e ações entregues	1.816	1.613	1.816	1.613
Correção impostos - SELIC	681	16	805	52
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	7.066	2.751	14.815	4.081
Incentivos fiscais	7.066	2.751	14.815	4.081
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(250.315)	(123.206)	(301.219)	(189.105)
Alíquota efetiva	28,70%	24,78%	28,93%	27,30%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	(25)	19
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(25)	19
VI - Ajustes extraordinários:	2.156	773	1.850	673
IRPJ e CSLL de exercício anterior	2.156	773	1.850	673
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	(248.159)	(122.433)	(299.394)	(188.413)
IRPJ e CSLL - correntes	(255.407)	(126.594)	(313.909)	(189.430)
IRPJ e CSLL - diferidos	7.248	4.161	14.515	1.017
Total	(248.159)	(122.433)	(299.394)	(188.413)

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora					
	31.12.2024			31.12.2023		
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	849	306	1.155	364	131	495
Provisão para contingências	32.007	11.522	43.529	31.157	11.218	42.375
Amortização do ágio	(14.242)	(5.127)	(19.369)	(14.864)	(5.351)	(20.215)
Depreciação	(66.281)	(23.861)	(90.142)	(51.179)	(18.424)	(69.603)
Perda por desvalorização de ativos	3.683	1.326	5.009	4.124	1.485	5.609
Arrendamento mercantil	39.059	14.060	53.119	34.487	12.415	46.902
Provisão de fornecedores - MMC	58.726	21.141	79.867	46.387	16.699	63.086
Outras	9.894	4.337	14.231	9.918	3.735	13.653
Perdas atuariais	(6.890)	(2.480)	(9.370)	(6.576)	(2.367)	(8.943)
Total	56.805	21.224	78.029	53.818	19.541	73.359
Ativo	56.805	21.224	78.029	53.818	19.541	73.359

Ativo (passivo)	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.387	499	1.886	596	214	810
Provisão para contingências	35.249	12.688	47.937	33.548	12.079	45.627
Amortização do ágio	(24.108)	(8.679)	(32.787)	(24.730)	(8.903)	(33.633)
Depreciação	(72.656)	(26.156)	(98.812)	(57.247)	(20.609)	(77.856)
Perda por desvalorização de ativos	3.683	1.326	5.009	4.124	1.485	5.609
Arrendamento mercantil	46.719	16.817	63.536	41.273	14.858	56.131
Provisão de fornecedores - MMC	58.726	21.141	79.867	46.387	16.699	63.086
Outras	13.628	5.684	19.312	9.970	3.755	13.725
Precatórios a receber	(1.886)	(681)	(2.567)	(1.799)	(648)	(2.447)
Perdas atuariais	(9.365)	(3.372)	(12.737)	(8.842)	(3.183)	(12.025)
Total	51.377	19.267	70.644	43.280	15.747	59.027
Ativo	63.514	23.639	87.153	58.212	21.123	79.335
Passivo	(12.137)	(4.372)	(16.509)	(14.932)	(5.376)	(20.308)

Até 31 de dezembro de 2024, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

24. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro líquido do exercício	741.966	504.304
Média ponderada das ações	860.100.254	863.425.448
Resultado por ação básico	0,86265	0,58407

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro líquido do exercício	741.966	504.304
Média ponderada das ações	860.100.254	863.425.448
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	4.414.258	4.095.292
Resultado por ação diluído	0,85825	0,58132

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

25. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Hipóteses	31.12.2024	31.12.2023
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	7,44%	5,49%
Inflação Econômica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade ("Aging Factor")	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,77%	35,84%
<u>Outras hipóteses</u>		
Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real	<u>Participantes Ativos</u> 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho <u>Participantes Assistidos</u> Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações atuariais	(131)	946	(253)	1.258
Perdas atuariais calculadas	9.948	10.257	12.302	13.133
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	9.817	11.203	12.049	14.391

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	11.203	19.800	14.391	26.342
Custo do serviço	240	331	307	471
Juros sobre a obrigação	965	1.830	1.241	2.434
Benefícios pagos no ano (-)	(1.336)	(1.216)	(1.801)	(1.647)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(1.255)	(9.542)	(2.089)	(13.209)
Saldo Final	9.817	11.203	12.049	14.391
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(1.255)	(9.542)	(2.089)	(13.209)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	427	3.244	710	4.491
Equivalência sobre (Ganho) / Perda	(551)	(2.420)	-	-
Efeito no patrimônio líquido	(1.379)	(8.718)	(1.379)	(8.718)

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	10.309	12.392	12.706	16.024
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	8.613	10.158	10.537	12.962
Tábua de mortalidade -10%	10.002	12.029	12.311	15.502
Tábua de mortalidade +10%	8.888	10.482	10.886	13.422
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	11.396	13.932	14.105	18.143
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	7.830	9.078	9.542	10.980

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024		31.12.2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Caixa e bancos	-	9.685	9.685	14.250	14.250	22.572	22.572	17.462	17.462
		9.685	9.685	14.250	14.250	22.572	22.572	17.462	17.462
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	282.423	282.423	205.426	205.426	359.401	359.401	302.674	302.674
Dividendos a receber	2	28.076	28.076	30.794	30.794	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	7.550	7.550	8.808	8.808
		310.499	310.499	236.220	236.220	366.951	366.951	311.482	311.482
Valor justo por meio do resultado:									
Aplicações Financeiras	2	539.901	539.901	167.932	167.932	723.496	723.496	354.155	354.155
		539.901	539.901	167.932	167.932	723.496	723.496	354.155	354.155
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	492.120	492.120	131.777	131.777	492.120	492.120	133.879	133.879
Debêntures	2	2.187.538	2.134.740	239.769	240.981	2.233.760	2.176.094	290.007	288.348
Fornecedores	2	156.623	156.623	138.012	138.012	211.397	211.397	174.648	174.648
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	36.283	36.283	69.776	69.776	36.283	36.283	69.776	69.776
Precatórios a pagar (*)	2	-	-	-	-	6.040	6.040	6.214	6.214
		2.872.564	2.819.766	579.334	580.546	2.979.600	2.921.934	674.524	672.865
Valor justo por meio do resultado:									
Swap	2	-	-	-	-	1.654	1.654	2.841	2.841
		-	-	-	-	1.654	1.654	2.841	2.841

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outros passivos", no passivo não circulante.

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A controlada Convicon utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Identificação	Valor		Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
	nominal	Vencimento				Dez./2024	Dez./2023		
Consolidado	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	(1.623)	238	1.654	2.841	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam financiamentos denominados em moeda estrangeira.

b.1) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente e dos arrendamentos estão expostas ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados IPCA e IGP-M. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

				Controladora				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	12,15%	539.901	65.598	81.977	98.397	49.198	32.799
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,83%	492.120	23.769	29.712	35.654	17.827	11.885
Debêntures	CDI	12,15%	719.151	87.377	109.221	131.065	65.533	43.688
Debêntures	IPCA	4,83%	1.468.387	70.923	88.654	106.385	53.192	35.462
Arrendamento mercantil	IGP-M	6,54%	1.859	122	152	182	91	61
Arrendamento mercantil	IPCA	4,83%	1.378.950	66.603	83.254	99.905	49.952	33.302
Dívida líquida			3.520.566	183.196	229.016	274.794	137.397	91.599
				Consolidado				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	12,15%	723.496	87.905	109.881	131.857	65.929	43.952
Swap	CDI	12,15%	1.654	201	251	301	151	100
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,83%	492.120	23.769	29.712	35.654	17.827	11.885
Debêntures	CDI	12,15%	719.151	87.377	109.221	131.065	65.533	43.688
Debêntures	IPCA	4,83%	1.514.609	73.156	91.444	109.733	54.867	36.578
Arrendamento mercantil	IGP-M	6,54%	1.859	122	152	182	91	61
Arrendamento mercantil	IPCA	4,83%	1.574.248	76.036	95.045	114.054	57.027	38.018
Dívida líquida			3.576.837	172.354	215.442	258.530	129.265	86.178

c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$5.550, representando 1,52% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, essa provisão era de R\$2.384, equivalente a 0,78%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	533.612	178.046	730.094	367.481
Contas a receber	282.423	205.426	359.401	302.674
Aplicações financeiras	15.974	4.136	15.974	4.136
Dividendos a receber	28.076	30.794	-	-
Precatórios a receber	-	-	7.550	8.808
Total	860.085	418.402	1.113.019	683.099

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora					
	Saldo contábil 31.12.2024	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	492.120	888.890	35.089	87.539	166.546	599.716
Debêntures	2.187.538	6.321.534	270.713	468.789	533.234	5.048.798
Fornecedores	156.623	156.623	127.096	29.527	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	36.283	36.283	36.283	-	-	-
Arrendamento mercantil	1.380.809	2.747.525	392.815	363.226	305.918	1.685.566
Total	4.253.373	10.150.855	861.996	949.081	1.005.698	7.334.080

	Saldo contábil 31.12.2024	Consolidado				
		Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	492.120	888.890	35.089	87.539	166.546	599.716
Debêntures	2.233.760	6.386.165	279.597	486.930	551.844	5.067.794
Fornecedores	211.397	211.397	181.870	29.527	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	36.283	36.283	36.283	-	-	-
Arrendamento mercantil	1.576.594	3.049.718	432.227	440.529	369.926	1.807.036
Precatórios a pagar	6.040	6.040	-	6.040	-	-
Total	4.556.194	10.578.493	965.066	1.050.565	1.088.316	7.474.546

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital - WACC*").

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Total dos passivos circulante e não circulante	4.509.748	2.121.566	4.880.283	2.490.827
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(549.586)	(182.182)	(746.068)	(371.617)
Dívida líquida	3.960.162	1.939.384	4.134.215	2.119.210
 Total do patrimônio líquido (*)	 661.359	 2.217.018	 661.359	 2.217.018
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	5,98792	0,87477	6,25109	0,95588

(*) Em 15 de outubro de 2024, em consonância com as disposições legais pertinentes, a Companhia procedeu à redução de seu capital social no montante de R\$ 1.600.000, mediante a restituição aos acionistas, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital, sem prejuízo de sua expansão e capacidade de investimento.

27. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Capitalização de juros no imobilizado	(31.852)	(32.423)	(31.852)	(32.423)
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	-	(18.337)	-	(18.337)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(58.273)	(39.686)	(70.785)	(71.076)
Transações das atividades de investimentos	(90.125)	(90.446)	(102.637)	(121.836)

28. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de mercadorias, transporte de passageiros e embarcações, danos morais, furto e desvio de carga, danos aos cascos de embarcações e acidentes pessoais de passageiros (APPs).

Produto	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	74.000	US\$	jan-25
Responsabilidade civil - ampla	50.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	4.000	US\$	
Seguro de operador portuário - SOP terminais granéis líquidos (*)	82.500	R\$	jan-25
Responsabilidade civil - ampla	30.000	R\$	
Bens móveis e imóveis	45.000	R\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	7.500	R\$	
Seguro da frota de veículos (passeio) - por veículo	460	R\$	out-25
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.300	R\$	out-25
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	10.000	R\$	out-25
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	out-25
Responsabilidade civil por danos ambientais	30.000	R\$	ago-25
Responsabilidade civil - administradores e diretores	40.000	R\$	jun-25
Responsabilidade civil - POSI (Public Offering of Securities Insurance)	60.000	R\$	out-25

(*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia.

(1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

29. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2024, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$11.854 (R\$13.818 em 31 de dezembro de 2023), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações financeiras.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o TCG Imbituba; e (c) Tecon Vila do Conde. Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, suas atividades são as de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos, suas atividades são as de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Terminais Líquidos, com unidades de negócio no Porto de Itaquí, suas atividades são as de movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os exercícios a que se referem estas demonstrações financeiras.

a) Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional

Contas	Terminais Portuários		Logística		Terminal de Veículos		Terminais Líquidos		Institucional		Eliminações		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional bruta	2.566.515	1.791.779	540.063	486.424	138.987	121.345	60.368	38.203	-	-	(14.927)	(9.157)	3.291.006	2.428.594
Deduções da receita	(269.900)	(193.583)	(89.570)	(76.925)	(21.090)	(18.093)	(8.603)	(5.879)	-	-	1.173	811	(387.990)	(293.669)
Receita operacional líquida	2.296.615	1.598.196	450.493	409.499	117.897	103.252	51.765	32.324	-	-	(13.754)	(8.346)	2.903.016	2.134.925
Custo dos serviços prestados	(1.007.803)	(788.774)	(232.063)	(199.176)	(52.038)	(47.263)	(37.530)	(22.583)	-	-	13.754	8.346	(1.315.680)	(1.049.450)
Custos variáveis / fixos	(806.237)	(615.766)	(213.707)	(181.819)	(32.571)	(28.513)	(20.188)	(15.507)	-	-	13.754	8.346	(1.058.949)	(833.259)
Depreciação / amortização	(201.566)	(173.008)	(18.356)	(17.357)	(19.467)	(18.750)	(17.342)	(7.076)	-	-	-	-	(256.731)	(216.191)
Lucro bruto	1.288.812	809.422	218.430	210.323	65.859	55.989	14.235	9.741	-	-	-	-	1.587.336	1.085.475
Despesas operacionais	(110.712)	(87.891)	(131.302)	(115.519)	(7.968)	(4.835)	(4.188)	(4.251)	(125.886)	(93.901)	-	-	(380.056)	(306.397)
Despesas com vendas	(25.109)	(32.479)	(115.713)	(100.536)	(4.916)	(3.629)	(1.564)	(1.070)	-	-	-	-	(147.302)	(137.714)
Despesas gerais e administrativas	(98.005)	(56.268)	(20.540)	(16.459)	(3.063)	(1.282)	(2.292)	(2.876)	(124.160)	(90.758)	-	-	(248.060)	(167.643)
Depreciação / amortização	(305)	(188)	(416)	(111)	-	-	(332)	(305)	(4.308)	(4.218)	-	-	(5.361)	(4.822)
Outras	12.707	1.044	5.367	1.587	11	76	-	-	2.582	1.075	-	-	20.667	3.782
EBIT	1.178.100	721.531	87.128	94.804	57.891	51.154	10.047	5.490	(125.886)	(93.901)	-	-	1.207.280	779.078
Depreciação / amortização	201.871	173.196	18.772	17.468	19.467	18.750	17.674	7.381	4.308	4.218	-	-	262.092	221.013
EBITDA (LAJIDA)	1.379.971	894.727	105.900	112.272	77.358	69.904	27.721	12.871	(121.578)	(89.683)	-	-	1.469.372	1.000.091
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	(165.920)	(86.361)	-	-	(165.920)	(86.361)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	118.018	129.506	(118.018)	(129.506)	-	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-	(299.394)	(188.413)	-	-	(299.394)	(188.413)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	741.966	504.304

Em 31 de dezembro de 2024 as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$743.993 (R\$553.593 em 31 de dezembro de 2023), equivalentes a 29,0% (30,9% em 31 de dezembro de 2023) do total da receita bruta consolidada.

b) Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional

Contas	Terminais Portuários		Logística		Terminal de Veículos		Terminais Líquidos		Institucional		Eliminações		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Capital empregado														
Ativo circulante	350.046	295.137	66.919	45.115	14.949	13.493	2.541	2.207	735.789	364.251	(8.817)	(3.387)	1.161.427	716.816
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	730.094	367.481	-	-	730.094	367.481
Outros	350.046	295.137	66.919	45.115	14.949	13.493	2.541	2.207	5.695	(3.230)	(8.817)	(3.387)	431.333	349.335
Ativo não circulante	2.919.980	2.811.118	206.059	209.073	194.997	208.140	841.471	559.101	793.605	724.216	(575.897)	(520.619)	4.380.215	3.991.029
Outros	167.396	329.952	8.750	10.977	33	31	-	-	137.102	116.404	-	-	313.281	457.364
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	575.897	520.619	(575.897)	(520.619)	-	-
Imobilizado	2.699.004	2.431.824	153.096	157.367	194.964	208.109	837.523	557.298	15.985	19.105	-	-	3.900.572	3.373.703
Intangível	53.580	49.342	44.213	40.729	-	-	3.948	1.803	64.621	68.088	-	-	166.362	159.962
Passivo circulante	(233.972)	(162.848)	(57.457)	(39.115)	(5.056)	(3.862)	(36.812)	(39.759)	(39.344)	(32.803)	8.817	3.387	(363.824)	(275.000)
Fornecedores	(110.504)	(86.876)	(41.755)	(24.445)	(2.498)	(1.849)	(31.393)	(35.242)	(2.495)	(239)	6.775	1.589	(181.870)	(147.062)
Outros	(123.468)	(75.972)	(15.702)	(14.670)	(2.558)	(2.013)	(5.419)	(4.517)	(36.849)	(32.564)	2.042	1.798	(181.954)	(127.938)
Passivo não circulante	(133.212)	(127.848)	(7.867)	(6.393)	(402)	(395)	-	-	(24.172)	(28.076)	-	-	(165.653)	(162.712)
Fornecedores	(29.527)	(27.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.527)	(27.586)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(32.794)	(33.473)	(7.867)	(6.393)	(402)	(395)	-	-	(112)	(113)	-	-	(41.175)	(40.374)
Outros	(70.891)	(66.789)	-	-	-	-	-	-	(24.060)	(27.963)	-	-	(94.951)	(94.752)
Total	2.902.842	2.815.559	207.654	208.680	204.488	217.376	807.200	521.549	1.465.878	1.027.588	(575.897)	(520.619)	5.012.165	4.270.133
Fontes de capital														
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	616.681	492.725
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.566	51.024
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.283	69.776
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.159
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420.832	365.766
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.734.125	1.560.390
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.566.314	372.862
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.155.762	1.173.137
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.049	14.391
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	661.359	2.217.018
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	636.636	2.193.674
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.723	23.344
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5.012.165	4.270.133

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Vitor José Azevedo Marques (Independente)
Marco Antonio Souza Cauduro (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto (Presidente)
Luis Fernando Moran de Oliveira
Gabriel Lopes Winck

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador

Santos Brasil Participações S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório anual resumido do comitê de auditoria

Parecer do conselho fiscal

Declarações da diretoria



RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO SOCIAL 2024

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria da Santos Brasil Participações S.A (SBPAR) é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, com autonomia operacional e orçamentária, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos dos Estatuto Social da Companhia.

Instalado na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021, teve seu Regimento Interno aprovado com o objetivo de disciplinar a composição e o funcionamento do órgão, em atendimento e de acordo com o novo Regulamento do Novo Mercado da B3. A função de seus membros é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

Tem como objetivo supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos, as atividades da auditoria interna e dos auditores independentes. Por se tratar de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que tais recomendações devem ser fundamentadas.

2. Composição:

De acordo com o seu Regimento Interno, é composto por 3 (três) membros, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e sendo ao menos 1 (um) membro independente do Conselho de Administração conforme o Regulamento do Novo Mercado e ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Atualmente o Comitê de Auditoria da Santo Brasil é composto por 3 (três) membros independentes, conforme abaixo:

NOME	FUNÇÃO	INDEPENDENTE
Vitor José Azevedo Marques	Coordenador e Membro Efetivo	Sim
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior	Membro Efetivo	Sim
Eduardo de Barros Montarroyos	Membro Efetivo	Sim

3. Atribuições e Responsabilidades

O Comitê se reporta diretamente ao Conselho de Administração trimestralmente e dentre as principais atribuições, compete ao Comitê de Auditoria da Companhia:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, resultados, conclusões alcançadas e as recomendações feitas;
- (iv) supervisionar as atividades da Auditoria Interna, do Programa de Compliance, da Gestão de Riscos Corporativos e de Controles Internos da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.
- (vi) Acompanhar e dar tratamento às denúncias encaminhadas ao canal de ética denominado de Portal Confidencial da Santos Brasil (<https://contatoseguro.com.br/santosbrasil> - telefone 0800 800 0818) e direcionadas pela área de Compliance ao Comitê de Auditoria, especialmente as denúncias de corrupção que devem ser acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, sem prejuízo de outras que sejam posteriormente indicadas para tratamento pelo Comitê de Auditoria.

4. Atividades Desenvolvidas

O Comitê de Auditoria da Santos Brasil Participações S.A reuniu-se 3 (três) vezes em sessões ordinárias e 1 (uma) sessão extraordinária durante o exercício de 2024.

A reunião ordinária do Comitê de Auditoria agendada para 02 de maio de 2024 não foi realizada devido à incompatibilidade de agenda entre os membros, mas sem prejuízo do acompanhamento das demandas, que foram devidamente tratadas pelo Comitê na reunião de 01 de agosto de 2024.

Dentre os assuntos abordados cabem destacar os seguintes pontos:

- a) Análise dos resultados e do release da Companhia;
- b) Conhecimento do Ofício B3 1267.2023-SLS – Regimento Interno a fim de garantir que o Comitê tenha meios adequados para tratar informações sobre descumprimento de normas legais e códigos internos.
- c) Análise e discussão da Política de Auditoria Interna e do Plano de Auditoria 2024;
- d) Comunicação do Comitê de Compliance ao Comitê de Auditoria sobre as denúncias recebidas pela Companhia;
- e) Tomou conhecimento da contratação dos serviços de auditoria independente para o exercício 2025.

Com relação ao item “b” descrito acima, a Companhia tomou conhecimento do ofício emitido pela B3 1267.2023-SLS com a orientação para implementar medidas e garantir que



o Comitê de Auditoria tenha os meios adequados para tratar informações sobre descumprimento de normas legais e códigos internos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2024 foi aprovada a atualização do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, com o objetivo de atender às diretrizes do ofício da B3, assegurando que o Comitê de Auditoria possua meios adequados para recepção e tratamento de informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e/ou códigos de conduta internos.

Por meio da correspondência recebida em 13 de janeiro de 2025, a Bolsa de Valores B3 avaliou o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e, reconheceu a atualização realizada pela Companhia.

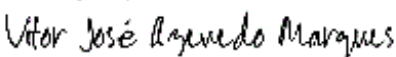
5. Resultados, conclusões e recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração

Durante as reuniões realizadas no período em questão, foram discutidas ações para aprimorar os processos de controle e a gestão dos negócios. Os respectivos atendimentos às ações propostas foram devidamente registrados. O Comitê acompanha periodicamente a implementação dessas melhorias e as adequações sugeridas.

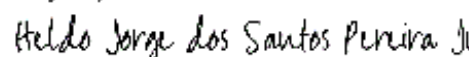
O Comitê realizou a análise dos resultados e do release da Companhia, apresentando seus comentários, questionamentos e ponderações. Contudo, não foram identificados pontos relevantes que pudessem alterar o conteúdo ou a precisão das informações a serem apresentadas.

Por fim, foi revisitado pelos membros do Comitê, o relatório dos pontos de controle da Companhia, medidas que estão sendo implementadas, visando o aprimoramento dos controles sugeridos e, conseqüentemente, a eliminação de tais apontamentos pela auditoria externa.

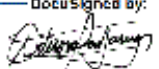
São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:

A2BB145403B4452...

Vitor José Azevedo Marques
Coordenador e Membro Efetivo

Signed by:

1CE1E4-A-6J3A05

Helder Jorge dos Santos Pereira Junior
Membro Efetivo

DocuSigned by:

7CE19D7000B740A...

Eduardo de Barros Montarroyos
Membro Efetivo

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04
NIRE 35300350057

117ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2025

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício, todos referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2024**. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, com indicação de aprovação.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:
Leonardo Guimarães Pinto
387755143803481

Leonardo Guimarães Pinto
Presidente de Conselho Fiscal

Signed by:
Gabriel
48820F990E13492...

Gabriel Lopes Winck
Membro do Conselho Fiscal

DocuSigned by:
LUIS FERNANDO MORAN DE OLIVEIRA
202-E00603147A...

Luís Fernando Moran de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da **SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:
Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
+99102923002=1442...

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e
Diretor de Operações

DocuSigned by:
[Handwritten Signature]
70BBA799CE-045...

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da **SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:
Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
+7906943009=14F2...

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e
Diretor de Operações

DocuSigned by:
Daniel Pedreira Dorea
+551138428783=14F2...

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores